

FERNANDO MARCINIAK

**ÁGUAS PARA O DESERTO: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos
Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - PR (1987-2017)**

**IRATI
2018**

FERNANDO MARCINIAK

**ÁGUAS PARA O DESERTO: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos
Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - PR (1987-2017)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro - Oeste -UNICENTRO-PR.
Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner.

**IRATI
2018**

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

MARCINIAK, Fernando.

M319a ÁGUAS PARA O DESERTO: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos
Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias – PR (1987-2017) /
Fernando Marciniak. – Irati, PR : [s.n], 2018.
116f.

Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Área de
Concentração: História e Regiões. Universidade Estadual do Centro-Oeste,
PR.

1. História - Paraná. 2. Companhia Paranaense de Energia – COPEL. I.
Schörner, Ancelmo. II. UNICENTRO. IV. Título.

CDD 981.62



TERMO DE APROVAÇÃO

Fernando Marciniak

Águas Para o Deserto: o processo de adaptação socioeconômica nos reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-PR (1987-2017)

Dissertação aprovada em 20/06/2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr.^a Eunice Sueli Nodari

Universidade Federal de Santa Catarina

Titular

Dr. Oseias de Oliveira

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Titular

Dr. Ancelmo Schörner

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR

2018

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado de esforço conjuntivo daqueles com quem convivi durante a minha vida, alguns em períodos mais extensos de que outros, porém todos imensamente significativos. Primeiramente eterna gratidão a família, especialmente ao meu pai Jorge, mãe Santina e minha irmã Bruna Marciniak que independentemente das dificuldades sempre me apoiaram e incentivaram na continuação dos estudos. Às essenciais contribuições de minha futura esposa Arlize Soletti, fazendo-se presente desde a primeira viagem até a cidade de Irati, quando realizei a prova escrita. Ao meu tio, Francisco Marciniak, pela albergaria enquanto vendedor de móveis na cidade de Dois Vizinhos, estimulando a submissão de projeto de pesquisas em programas de Mestrado, “Grande Guri”.

Agradeço as orientações dos professores da graduação, onde incessantemente auxiliaram em escolhas de temas, localização e seleção de fontes, bem como nos aportes teóricos necessários para ingressar nas áreas de concentração das pesquisas científicas. Não poderia esquecer-se das amizades que construí nesses dois anos, conhecendo pessoas de diferentes regiões do Brasil, as quais integraram a turma do PPGH de 2016, grandes companheiros nas correções de artigos, trocas de referenciais teóricos e experiências de pesquisa. Um agradecimento muito especial aos colegas Anderson Teixeira Renzcherchen e Simone Kuczniur, verdadeiras divindades terrestres que permitiram acomodar-me em sua residência para pernoita em Irati, frequentando as aulas do dia seguinte.

Sinto-me honrado pela oportunidade de entrevistar personagens que vivenciaram os dilemas da construção da UH de Salto Caxias, simplicidade única encontrada nos reassentamentos que tornou a temática ainda mais fascinante, muito obrigado pela atenção. Eterna admiração pelo profissionalismo dos Doutores Oséias de Oliveira e Eunice Nodari examinadores da dissertação, os quais com muita clareza apontaram as melhorias necessárias sobre a estruturação textual.

Obrigado, orientador Ancelmo Schörner pelo acompanhamento realizado desde meu egresso na instituição, aprendizado que ultrapassa as fronteiras científicas na formação humana e profissional, virtudes que me acompanhara por toda a vida.

Meus sinceros agradecimentos.

Para estudar o passado de um povo, de uma instituição, de uma classe, não basta aceitar ao pé da letra tudo quanto nos deixou a simples tradição escrita. É preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes mudos que enchem o panorama da história e são muitas vezes mais interessantes e mais importantes do que os outros, os que apenas escrevem a história.

Sérgio Buarque de Holanda

RESUMO

Esta dissertação apresenta discussões acerca das problemáticas que envolveram o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, empreendimento da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), projetada sobre o rio Iguaçu. Entrou em funcionamento no ano de 1999 com o desafio de ampliar a oferta de eletricidade que tecnicamente possibilitaria a aceleração do desenvolvimento socioeconômico do Estado. A formação desse reservatório atingiu nove municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná, removendo centenas de famílias que ocupavam há gerações os territórios alagados, através de reivindicações organizadas por movimentos sociais os atingidos conseguiram a opção de realocar-se em reassentamentos coletivos na utópica perspectiva de prosperidade econômica enfatizada pela COPEL. As principais análises concentram-se essencialmente nas transformações do sobre as relações de trabalho com as terras indenizadas, as quais conseqüentemente implicaram na modificação dos princípios econômicos, sociais e culturais dos afetados, dificultando drasticamente os processos de readaptações. Isso proporcionou o abandono das atividades no campo por parte dos pequenos produtores rurais, resultado das dificuldades individuais e coletivas de ressignificar suas práticas cotidianas que se mantinham na contramão dos interesses mercadológicos energéticos. Nesse sentido, as contextualizações pautaram-se em fontes orais coletadas por meio de entrevistas cedidas pelos personagens que vivenciaram esse processo de modificação social, bem como dos projetos de eletrificação do Paraná e das revistas informativas elaboradas pela COPEL, apresentando as ideologias propagandistas do setor energético que justificavam as necessidades de construir Salto Caxias. Através disso, é possível diagnosticar os múltiplos interesses envolvidos nessas obras, acompanhados pelos desdobramentos históricos.

Palavras-chave: Hidrelétrica de Salto Caxias. Território. Reassentamentos. Readaptações.

ABSTRACT

This dissertation presents discussions about the problems that involved the process of construction of the Salto Caxias Hydroelectric Power Plant, an enterprise of Companhia Paranaense de Energia (COPEL), projected on the Iguaçu River. It started operating in 1999 with the challenge of expanding the supply of electricity that technically will possibility to accelerate the socioeconomic development of the State. The formation of this reservoir reached nine municipalities in the West and Southwest of Paraná, removing hundreds of families that had occupied the flooded territories for generations, through claims organized for social movements, those affected got the option of relocating in collective resettlement in the utopian perspective of prosperity emphasized by COPEL. The analyzes of this work are mainly focused on the transformations on the labor relations with the indemnified lands, which consequently implied in the modification of the economic, social and cultural principles of the affected ones, hindering drastically the processes of readaptations. This provide to the abandonment of activities in the field of small rural producers, as a result of the individual and collective difficulties of re-signifying their daily practices that remained against the mercadological interests of energy. In this sense, the contextualizations were based on oral sources collected through interviews provided for the characters that experienced this process of social modification, as well as the electrification projects of Paraná and the informative magazines elaborated by COPEL, presenting the propagandist ideologies of the energy sector that justified the needs of building Salto Caxias. Through this, it is possible to diagnose the multiple interests involved in these works, accompanied by historical developments.

Keywords: Salto Caxias hydroelectric plant. Territory. Resettlement. Readaptations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Propaganda de Eletrodomésticos com funcionalidade elétrica.	39
Figura 2 - Sistema Elétrico do Paraná - 1960.....	47
Figura 3 - Sistema Elétrico do Paraná - 1975.....	47
Figura 4- Reportagem sobre a representação da COPEL no Paraná.....	57
Figura 5 – Governador Apresenta Projeto Básico de Salto Caxias.....	59
Figura 6 - Reunião sobre as desapropriações dos atingidos da UHE Salto Caxias.....	62
Figura 7 – Ata de Reunião entre Copel e os Expropriados da UHE Salto Caxias.....	64
Figura 8 – Carta do Sindicato do Município de Dois vizinhos-PR.....	67
Figura 9 – Resposta da COPEL ao Sindicato de Dois Vizinhos-PR.....	68
Figura 10 – Anúncio sobre o início das Obras da UHE de Salto Caxias.....	70
Figura 11 – Os Investimentos financeiros efetivados na região afetada pela UHE.....	73
Figura 12 – Manifestação dos Atingidos pela UHE de Salto Caxias no Município de Boa Esperança do Iguaçu.....	75
Figura 13 – Reportagem sobre a Realocação dos Atingidos por Salto Caxias.....	77
Figura 14 – Representação das Propriedades atingidas pela UHE de Salto Caxias.....	94
Figura 15 – Idade base para o cálculo da força de trabalho.....	95

GRÁFICO

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Energético por Categoria no Paraná.....	35
--------------------------------------------------------------------------------	----

TABELA

Tabela 1 – O Crescimento Populacional Paranaense 1940-1980.....	44
------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Usinas Hidrelétricas no Paraná.....	12
Mapa 2 – Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion.....	42
Mapa 3 – Municípios do Sudoeste do Paraná em 2006.....	53

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Quadra de Esporte no Reassentamento de Boa Esperança.....	99
Imagem 2 - Casa vendida no reassentamento Centenário - UHE Salto Caxias.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – Desenvolvimentismo: o Progresso Energético Brasileiro e Paranaense entre as décadas de 1940-1980	24
1.1 História e Regiões.....	25
1.2 Políticas Públicas e a Geração de Energia.....	34
1.3 Paraná e o Plano Hidro-Elétrico de Moysés Lupion	40
1.4 COPEL e o Desenvolvimento Paranaense	43
CAPÍTULO II - A Construção e Transformação do Sujeito Atingido por Barragem.....	49
2.1 Os Colonos no Sudoeste do Paraná	50
2.2 Os ATINGIDOS por Salto Caxias	55
2.3 O Ser Reassentado em Salto Caxias	72
CAPÍTULO III - Disputa pelo Território - Sentido e Memória.....	80
3.1 A Legislação Ambiental e suas Repercussões.....	81
3.2 Reassentamentos: Os obstáculos da readaptação social	95
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
FONTES IMPRESSAS	115
FONTES ORAIS	116

INTRODUÇÃO

O principal propósito dessa dissertação é analisar os discursos sobre o território na construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias¹ e suas relações com os ideais de progresso desenvolvimentista, disseminados pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL) antes, durante e após à edificação da barragem, apresentando suas múltiplas alterações nas regiões abrangentes. Posteriormente serão enfatizadas as atuações sindicais que reivindicavam indenizações justas, representando os interesses dos atingidos frente aos grandes projetos da engenharia moderna. Ao buscar pesquisas acadêmicas (principalmente por programas de pós-graduação universitários) sobre essa temática no campo da História, identificam-se produções voltadas essencialmente para os impactos econômicos e sociais das áreas afetadas. Tais produções contribuem para a ampliação das reflexões sobre os problemas que cercam a construção de hidrelétricas, especialmente em suas múltiplas relações históricas entre as ações humanas e os recursos naturais nas atividades produtivas, culturais e ambientais compartilhando experiências vividas no território ocupado. O recorte temporal estabelecido fixa-se entre 1987 a 2017, intervalo justificado pelas primeiras manifestações contrárias a esse empreendimento, o qual foi seguido pela elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no início da década de 1990, enquanto diagnóstico dos impactos dessa construção até o reestabelecimento dos afetados. A maior parte das negociações, envolvendo a construtora e atingidos, em torno das compensações financeiras, aconteceram até o início dos anos 2000, diminuindo a medida em que a hidrelétrica atingia sua potência máxima de geração energética em 1.200 Megawatts. O enfraquecimento do sindicalismo, as dificuldades econômicas e os obstáculos de readaptação ainda são os principais motivos que levam à venda ou troca das propriedades em reassentamentos. Isso exige do pesquisador, minuciosas análises históricas para contextualizar a amplitude das ambiguidades que envolveram esse processo.

A incessante preponderância na ampliação da geração e distribuição de energia elétrica no Paraná aumentou significativamente a partir do Plano Hidro-Elétrico

¹ A Hidrelétrica de Salto Caxias passou a ser chamada de Usina Governador José Richa a partir do decreto Estadual 14467/2004, como homenagem e reconhecimento ao ex-governador, mas no presente trabalho de será mencionada como Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

a viabilidade desse empreendimento ocorreu entre as décadas de 1960 a 1980, quando examinaram as potencialidades hidráulicas e as características gerais da região, entretanto, somente em janeiro de 1995 o curso natural do rio passou a ser interrompido para dar espaço à barragem que ocuparia a área de 140,99 km² com seu reservatório. Esta obra influenciou a transformação sociocultural de milhares de pessoas, alterando as organizações político-econômicas dos municípios diretamente afetados. Atualmente, além da geração de energia, às margens do reservatório da barragem surgiram praias artificiais que proporcionam lazer e diversão para milhares de indivíduos, como opção de entretenimento e convívio social, porém necessita-se de inúmeras pesquisas sobre as conjunturas históricas que envolvem tais paisagens.

A partir do ano 2000, as perquirições sobre as implicações causadas pelas hidrelétricas aumentaram, quantitativamente e qualitativamente, no âmbito acadêmico, tanto em esferas estaduais quanto federais, instruindo inúmeras produções científicas apresentadas³ para bancas ou em congressos, seminários e periódicos. Isso demonstra que essa temática além de oferecer desafios instigantes aos pesquisadores aponta a perpetuação de problemas que envolvem o assunto ao longo do tempo, podendo se referir desde os desrespeitos às normas ambientais chegando até aos desacordos com indenizações. Trata-se de um objeto de interesse social, principalmente por implicar no orçamento familiar com a conta de energia, isso constitui o juízo popular que quanto maior for a oferta de eletricidade menor será seu custo ao consumidor. Entretanto, pouco se anuncia sobre transformações que as barragens hidrelétricas proporcionam sobre os territórios, bem como seus impasses de compensações aos bens perdidos que acabam destruindo sociabilidades constituídas por comunidades ao longo dos tempos.

A partir desse contexto, já se elaboraram pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento humano como a geografia, sociologia, antropologia e história. Em virtude dos complexos fenômenos que se envolvem, é necessário utilizar um arcabouço de ferramentas para examinar integralmente os vários aspectos sobre os quais a construção

³ Entre as principais bibliografias que serviram de base para a fundamentação dessa dissertação estão: RAMOS, R. W. **O Impacto da Construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga na Região do Médio Iguçu**. Passo Fundo: Cidadela, 2005. KARPINSKI, C. **Sobre as Águas e Memória: relações de Poder e Subjetividade durante a Implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, 2007. GERMANI, I. G. **Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu**. 2. ed. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. Sobre os reassentamentos: SCHREINER, D. F. **Entre a Exclusão e a Utopia - Um Estudo sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo- USP, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

da hidrelétrica de Salto Caxias pode ser observada. Ao modelo de questões intimamente ligadas à geração de energia, estruturas humano-históricas das ocupações das áreas atingidas, os discursos que cercaram a edificação da barragem, seguindo pelos processos de negociações para formar os reassentamentos como forma de indenização, até os desdobramentos na remodelação do cotidiano que deixou embaixo da água sentimento de pertencimento em relação às práticas socioculturais das propriedades perdidas.

Essa conjuntura passou a ser observada com mais atenção a partir da construção de Itaipu – 1974-1982, cujos impactos são difíceis de serem calculados ainda nos dias atuais, em virtude da enorme abrangência territorial envolvendo, em suas extremidades, o Brasil e Paraguai. As implicações podem ser classificadas em diferentes categorias, porém, destacamos duas para melhor diagnosticar seus efeitos. Primeiramente sob perspectivas progressistas-evolucionistas empregadas no empreendimento, os quais trilhariam o desenvolvimento através da geração de energia elétrica. Em outro plano se encontram as disputas entre os expropriados das terras com a Itaipu, demarcando conflitos pelo reconhecimento de seus direitos exigindo compensações justas pelo alagamento das propriedades (GERMANI, 2003).

A partir disso, outras hidrelétricas foram construídas nos anos seguintes, como é o caso da Usina Governador Ney Aminthas de Barros Braga – Salto Segredo - 1987 a 1991. Tal empreendimento projetado e edificado no Rio Iguaçu segundo orientações da COPEL deixou à mercê vários indivíduos que saíram de suas moradias para dar espaço à hidrelétrica, detentora de poderoso discurso que alteraria os rumos da história paranaense, transformando-se em Usina modelo na geração de energia sustentável. Paralelamente a isso, a COPEL preocupava-se em amenizar as críticas emitidas pelos atingidos, afirmando ter prestado todo auxílio necessário desde a locomoção com automóveis até questões hospitalares, procurando conquistar a retidão desses sujeitos, minimizando as reclamações ao mesmo tempo em que ampliava a confiabilidade sobre a empresa. Isso conseqüentemente somou-se com a despolitização sindical dos afetados, auxiliando o desempenho da construtora que controlava a circulação de informações sobre o empreendimento (RAMOS, 2005).

Algumas pesquisas sobre a construção de barragens⁴ procuram analisar problemáticas que envolvem a população atingida, trabalhando principalmente com as memórias esquecidas nos grandes recortes temporais da história, omitindo sujeitos de seus direitos sobre as terras alagadas, reforçando os discursos dos projetos hidrelétricos. Essas investigações rompem com paradigmas conservadores, produzindo análises problemáticas em torno das ocupações humanas das regiões, desdobrando-se na constituição das relações socioculturais, até momentos antes das obras, estas diluem as relações de convivência, instaurando agitações e perturbação sociais. Além disso, as fontes orais coletadas através dos rigores metodológicos em entrevistas ou depoimentos entre os afetados são fortemente utilizadas, procurando diagnosticar os múltiplos impactos dessas construções. Ao relacionar esses dados aos pressupostos teóricos, identifica-se que as causas dos problemas investigados estão em sua grande maioria pautada nas baixas indenizações financeiras oferecidas aos agricultores, destacando a insuficiência dos amparos institucionais anteriores e posteriores às obras, ao mesmo tempo em que realçam as conquistas atingidas pelas manifestações e organizações sindicais. Os altos custos dos ressarcimentos são as justificativas mais utilizadas pelos empreiteiros para explicar esse descaso, alegando se tratar de números muitos expressivos, fora da realidade orçamentária, desconsiderando que as Hidrelétricas conseguiram arrecadar num curto período os investimentos empregados para efetivar seu funcionamento.

Esse contexto influenciou os historiadores a produzirem análises sobre os impactos das hidrelétricas enquanto objeto de pesquisa, essencialmente a partir dos anos 2000, incorporando dissertações e teses já referenciadas nos programas de pós-graduação, posicionando-se nas áreas de concentração de estudo. A prepotência de gerar energia em largas escalas aprofundou-se durante o Regime Militar Brasileiro 1964-1985, período em que altos empréstimos foram contraídos no exterior para injetar na economia nacional almejando o pleno desenvolvimento industrial, considerado atrasado em relação aos norte-americanos ou europeus. Tais valores eram empregados nos discursos governamentais com a pretensão de construir consciência coletiva, em que a geração de energia seria a principal solução para as mazelas que atormentavam o

⁴ A sustentação do âmbito historiográfico pautam-se nos trabalhos de, KARPINSKI, Cezar. Relações e Situações durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1990-2001). *Diálogos*, v.13, n.3, p.715-739, 2009, além de FORCELINI, Melody. “Colossal, Complexa, Imprescindível”: Tecnologia de Força Bruta e a Usina Hidrelétrica de Itá/SC. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, Irati, 2017.

crescimento industrial e tecnológico brasileiro. Considerando esses pressupostos, o progresso nos anos 1980-90 possuía uma solução: as Hidrelétricas. Desse processo, surgiram problemáticas que se mantiveram durante a construção de Salto Caxias, possíveis de serem interpretadas em vários ângulos e perspectivas, decodificando os sentidos que justificam a construção de novas barragens, servindo como referencial para futuros trabalhos.

Os pesquisadores que trabalham com a barragem de Salto Caxias enquanto temática enfrentam dificuldades acentuadas na localização das fontes primárias, isso porque a principal instituição responsável pelas negociações com a COPEL era a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens no Rio Iguaçu (CRABI), que não possui acervo ou arquivo documental próprio, impossibilitando várias averiguações que envolveram as negociações. Esse órgão foi criado em 1986, mas passou atuar efetivamente a partir de 1991, constituindo-se enquanto instituição que não privilegiava defesas partidárias, religiosas ou étnicas. Após inúmeras lutas, a comissão entra num círculo de desintegração, diluindo-se em meados da década de 2000, com isso, seu patrimônio documental se dispersou, em partes, com as lideranças sindicais e outra quantidade significativa, segundo estes, foram queimadas por não se ter local adequado para armazenamento.

Tal situação aumenta os desafios dos pesquisadores no rastreamento de possíveis atas, correspondências, recorte de jornais ou termos de negociação que possam ser analisados, problematizados e reinterpretados. Outra dificuldade pauta-se no acesso aos registros que estão em posse da COPEL, isso em virtude da enorme burocratização somada às várias instâncias responsabilizadas, em que cada órgão correspondente transfere a outro setor reciprocamente, em diferentes localidades, exigindo disponibilidade financeira e tempo exclusivo. Essa conjuntura implica a consolidação do produto final das pesquisas, as quais necessitam aprofundar as discussões teóricas e ampliar os posicionamentos críticos sobre fontes, afastando-se das narrativas cronológicas sem a devida contextualização. Por outro lado, graças às transformações teórico-metodológicas dos estudos históricos, na segunda metade do século XX, abriu-se a possibilidade da utilização das fontes orais como importante ferramenta documental, atribuindo historicidade aos indivíduos esquecidos nos documentos oficiais.

Este problema pode ser constatado nas Revistas Copel Informações⁵, publicadas entre 1992-2000, onde foram divulgados com maior intensidade discursos da prosperidade econômica que a Usina geraria na região e para o Estado. As matérias enfatizam as novas tecnologias empregadas na construção civil, reafirmando constantemente a necessidade no aumento da geração de energia. Em relação aos atingidos, o informativo apresenta a concepção em que a COPEL teria ofertado uma nova vida, isso porque se pauta nas características físicas, estruturais e econômicas disponibilizadas nos reassentamentos, comparando-as com as antigas moradias, afirmando diversas vezes que estavam realizando uma reforma agrária no Paraná em virtude de incluírem nas indenizações os meeiros, arrendatários e posseiros. O discurso do desenvolvimento econômico é aplicado enquanto legitimador do empreendimento hidrelétrico, possibilitando assim, analisar as relações de interesses, domínio e sujeição da COPEL sob os atingidos.

Contrapondo os discursos inclusos nas Revistas da COPEL, analisam-se correspondências dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da CRABI emitidas à empresa construtora, apresentando seus anseios por maiores informações sobre o empreendimento. As respectivas respostas enviadas pela COPEL a esses órgãos contemplam importantes conteúdos na consolidação dos empreendimentos hidrelétricos. Outro material que auxilia nessa contextualização são as Atas das reuniões entre a COPEL e CRABI, reivindicando justas indenizações aos impactos causados. Os planos de desenvolvimento dos reassentamentos rurais de Salto Caxias contemplam uma importante ferramenta que contribui na decomposição das oralidades coletadas através de entrevistas cedidas pelos atingidos residentes em assentamentos ou indenizados com cartas de créditos. Entendemos que houve interferência na identidade das comunidades atingidas, alterando diferentes valores praticados coletivamente, principalmente no que se refere à organização social desses grupos. Isso porque os moradores dessas áreas preservavam os antigos modos de produção econômica-cultural herdados de seus ancestrais, pautados necessariamente na subsistência da pequena lavoura e na criação de alguns animais, práticas consideradas arcaicas e improdutivas para o Estado capitalista.

⁵ A revista Copel Informações é uma espécie de boletim interno que passou a ser publicado desde outubro de 1969, nesses são impressos as principais ações desenvolvidas pela empresa na geração e distribuição de energia no Paraná.

Referente à metodologia utilizada nessa pesquisa, procede-se as transformações do território com a construção da Usina de Salto Caxias, envolvendo os impactos socioculturais – identitários dos indivíduos e das regiões amparando-se principalmente na análise do território que envolveu a construção. De um lado se tem os discursos dos atingidos e em outro da empresa construtora. Busca-se a decomposição dos referidos discursos para identificar questões não resolvidas, as quais implicaram o surgimento de vários problemas posteriores ao funcionamento da hidrelétrica. Essa investigação busca ampliar os horizontes de compreensão sobre os efeitos provocados pela geração de energia, possibilitando reconhecer as implicações política, econômica e social do empreendimentos no Estado. Portanto, a essência desse trabalho está na materialidade histórica das relações de poder nos discursos sobre o território para aumentar a geração de energia elétrica através das barragens, constituindo-se enquanto *corpus* dessa pesquisa.

Entre os principais estudiosos do discurso encontra-se o filósofo francês Michel Pêcheux, o qual se dedicou na segunda metade do século XX a compreender o funcionamento das exposições dos discursos por meio da ideologia, contribuindo assim, para a elaboração da teoria de análise de discurso (AD). Grande parte de seus ensaios teóricos encontra-se na obra, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Nesse livro, trabalha principalmente com os limites metodológicos utilizados pelos lingüísticos, demonstrando suas fragilidades em explicar as complexidades no funcionamento do discurso, isto porque defende a ideologia como materialidade da linguagem, a qual não funciona previamente concebida por sistemas de regras formais como ocorre na sintaxe. Assim Pêcheux considera a linguagem em sua prática, na qual se elaboram os significados dos discursos.

Nesse sentido, entende-se que “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (ORLANDI, 2015, p. 14). É de suma importância compreender a forma como o discurso é produzido e como se coloca em prática, dicotomia que permite compreender os interesses estabelecidos nas relações de poder entre construtora e atingidos.

[...] as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições,

isto é em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2014, p. 146).

A partir do momento que se localiza o funcionamento discursivo no tempo e no espaço, torna-se mais simples o reconhecimento das conjunturas do poder inclusas nas ações humanas, sejam estas ideológicas ou políticas. Isso acontece principalmente pelas relações históricas determinando os dizeres dos sujeitos, diferente dos pressupostos utilizados pelos lingüísticos, “todos aqueles que recorrem à linguística com diferentes fins tropeçam frequentemente em dificuldades que decorrem do desconhecido do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos” (PÊCHEUX, 2014, p.139-140). A linguística possui seu próprio objeto, a língua, sendo assim se detém com as ordens implícitas na linguagem e não com a conjuntura abrangente.

Esta vertente de Análise do Discurso (AD) é desconstrucionista, ou seja, dilui em pequenas partes o objeto de estudo, produzindo várias análises que compõem a estrutura dos grandes trabalhos, pois tem como maior propósito identificar no discurso suas lacunas, incumbências e desordens, sem a intenção de alterá-lo, ou seja, não possui a finalidade de reerguê-lo ou rebaixá-lo. Contudo, essa metodologia distancia-se da análise de conteúdo, a qual se delimita em entender o texto escrito ou oral por ele mesmo, respondendo “o que ele significa”. Assim, acaba ignorando que o escritor ou orador é sujeito afetado diretamente por conjunturas históricas que orientam a organização e colocação de seus enunciados. Todavia, esses pressupostos metodológicos da AD são assegurados por três grandes áreas do conhecimento “Psicanálise, Linguística, Marxismo” (ORLANDI, 2015, p. 18), articulando-se com parte desses campos teóricos para se constituir em pressupostos de pesquisas.

Nessa fronteira epistemológica se constitui a fundamentação da teoria da AD, espaços em que grandes intelectuais⁶ travaram inúmeras discussões sobre as interpretações desse termo. Realizando releituras de algumas concepções teóricas, a exemplo do marxismo, Michel Pêcheux realizou as adaptações necessárias para a fundamentação dos princípios que analisariam o discurso.

Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, na psicologia social. Ele afirmava, no momento da publicação de *Análise*

⁶ Vários autores contribuíram para o amadurecimento dessas discussões, como por exemplo, Althusser, Lacan, Bakhtin, Foucault.

automática do discurso, que ali se encontrava seu objetivo profissional principal. Nessa tentativa, ele queria se apoiar sobre o que lhe parecia já ter estimulado uma reviravolta na problemática dominante das ciências sociais: o materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno a Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo (HENRY, 1997, p. 14).

Por meio dessa configuração, a AD não pode ser encarada enquanto monodisciplinar, primeiramente por seu fundador não a idealizar nesses moldes e posteriormente por abranger três diferentes princípios de estudo. No aprofundamento teórico-metodológico da AD identificam-se três grandes fases a sua concretização, inicialmente entre 1969 a 1975, fortemente marcada pelos debates teóricos sobre o conceito de ideologia entre Pêcheux e Althusser. Este último trabalhava com a concepção que a ideologia é um “sistema de representações, mas essas representações na maior parte das vezes imagens, às vezes conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem aos homens sem passar para a sua ‘consciência’” (MOTTA; SERRA, 2014, p. 129). A ideologia refere-se, então, a vinculações de experiências dos homens com o mundo.

A principal questão discutida nesse período voltava-se para métodos estruturados em grandes textos políticos escritos, numa análise automática dos processos discursivos interrogando o papel do analista. A característica deste momento é de apresentar métodos “que atua por etapas sobre um *corpus* fechado de sequências discursivas. Utiliza-se aqui uma álgebra discursiva, que permite construir formalmente a estrutura geradora do processo associado ao corpus” (MAZZOLA, 2009, p. 13).

Nesse sentido, o sujeito estaria submetido àquilo que Pêcheux chamou de máquina discursiva.

Um processo de produção discursiva é concebido como urna máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que "utilizam" seus discursos quando na verdade são seus "servos" assujeitados, seus "suportes". (PÊCHEUX, 1997, p. 311).

Esses paradigmas esclarecem que os discursos emitidos pelos sujeitos estavam dotados de ideologias vindas dos aparelhos ideológicos - já dito - os quais se

movimentam no inconsciente transmitindo a ilusão de que tais enunciados eram próprios, sendo que já estavam assujeitados.

A segunda questão estende-se entre 1975 a 1980, quando aumenta a necessidade em reformular as concepções teóricas da AD em virtude das incertezas construídas a partir de algumas pesquisas que percorreram até então às metodologias automáticas do discurso. Nesse momento observa-se grande aproximação com a Formação Discursiva (FD) empregada por Foucault⁷, entendendo que não se tratava de “um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais” (PÊCHEUX, 1997, p. 314). Por meio disso, as reflexões concentravam-se em contextualizar as relações que se travam entre as máquinas discursivas, em suma, durante essa fase da AD segundo Mazzola (2009, p. 14) “é marcado por duas incorporações: a) do conceito de aparelhos ideológicos de estado, de L. Althusser; b) da releitura da noção de FD, de Foucault, mas no interior das lutas de classe”.

A última fase desse campo de estudo ainda não é bem delimitada pelos intelectuais. Alguns definem sua duração de 1980 a 1983, entretanto outros asseguram sua continuidade até os dias de hoje. Entre os principais destaques deste momento tem-se a incorporação conceitual da heterogeneidade dos discursos do filósofo Mikhail Bakhtin (2016). A partir disso, entendeu-se que a FD não se forma de maneira isolada em relação às demais, todavia se constitui paralelamente dentro de diferentes interdiscursos, quando a materialidade da linguagem assumiu a possibilidade de análise, a exemplo das imagens ou enunciados do cotidiano. AD se aproximou de uma ciência que se dedica ao estudo dos signos, dos modos que representa algo diferente de si mesmo, e de qualquer sistema de comunicação presente numa sociedade.

A partir desses pressupostos em torno do discurso, buscou-se analisar as representações na construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, contextualizando as disputas sobre o território em relação aos seus atores, objetos e simbolismos. Para atender tal propósito, a escolha metodológica deveria oferecer mecanismos para a compreensão dos múltiplos impactos proporcionados pela obra.

⁷ Os conceitos teóricos da Formação Discursiva e do próprio Discurso segundo Michel Foucault estão essencialmente abordados nas seguintes obras: *Arqueologia do saber* (1969) e *Arqueologia das ciências* (1966), quando o autor delimita os elementos históricos enquanto essenciais para abranger a constituição e interpretação desses elementos.

Entre os elementos chave da pesquisa está as experiências vividas pelos atingidos pela barragem. Sendo assim, desenvolveram-se quatro entrevistas com indivíduos indenizados por Salto Caxias, as quais foram coletadas em atividade de campo, objetivando “identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.17). Os conteúdos obtidos foram digitalizados e confrontados com os elementos instrumentais encontrados nos documentos oficiais da COPEL, a exemplo do RIMA, EIA, Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion e as Revistas: Copel Informação, abordando as relações de poder existentes. As produções discursivas se organizam em duas vertentes, primeiramente pelas manifestações sociais dos atingidos, reivindicando a legitimidade das sociabilidades históricas sobre o território, seguidas dos princípios mercadológicos do setor energético, compreendendo a instrumentalidade destas terras por meio do viés político-econômico.

As distintas interpretações sobre o território “elaboraram seus discursos, pois necessitavam desenvolver elementos que permitissem aos seus membros reproduzi-los e, ao mesmo tempo, terem suporte simbólico para acreditar no significado de suas ações” (CORSO, 2012, p. 26). Através das entrevistas obtivemos fragmentos de representação do passado que ao serem vinculados ao conjunto de fontes, possibilitaram identificar graves problemáticas que envolveram a construção e o funcionamento desta barragem, bem como as ideologias impregnadas e suas consequências socioambientais. Nesse processo buscaram-se documentos relacionados à temática no Arquivo Público do Estado do Paraná, localizado em Curitiba, material importante para alcançar os objetivos da pesquisa.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, são fundamentados os conceitos sobre História e Regiões, seguindo pelos princípios desenvolvimentistas nas políticas públicas na geração de energia elétrica em esferas nacionais e estaduais, problematizando as propostas do Plano Hidro-Elétrico Paranaense de Moysés Lupion, bem como a atuação da COPEL. O segundo capítulo aborda o processo histórico-ocupacional dos territórios afetados pela Hidrelétrica de Salto Caxias, apresentando as características socioculturais até o início das obras da barragem, quando se constituiu o cenário de disputa entre a COPEL, interpretado por meio das reportagens das revistas informativas, contra as reivindicações compensatórias dos atingidos, apresentadas e argumentadas pelas Atas de Reuniões, cartas de sindicatos ou em entrevistas orais. A

terceira etapa desse trabalho discutirá as problemáticas que envolvem historicamente as legislações ambientais enquanto burocratizações institucionais, muitas vezes aliadas aos interesses do grande capital econômico. A partir disso, as análises se dedicam sobre as realocações nos reassentamentos permeadas pelos obstáculos que envolvem as readaptações sociais, econômicas e culturais.

CAPÍTULO I –

Desenvolvimentismo: o Progresso Energético Brasileiro e Paranaense entre as décadas de 1940-1980

Para compreender o funcionamento das estruturas socioeconômicas de determinados grupos de indivíduos em suas temporalidades, é necessário uma revisão daquilo que se tem escrito sobre o assunto, analisando os problemas que envolvem as fontes, teorias e metodologias da temática histórica, a fim de possibilitar a compreensão dos instrumentos empregados nas investigações. Esse procedimento amplia a capacidade pessoal de análise e síntese teórica, quando os instrumentos usados abrem os caminhos para o pensamento epistemológico, afastando-se das simples narrativas subjetivas. Tais fundamentos são vistos como correntes intelectuais que possuem seu tempo histórico, predominando umas sobre outras em virtude do desenvolvimento das ciências, que exigem readaptações nas formas de organização dos conhecimentos.

Entre essas áreas de pesquisa se encontra a História, a qual foi muito utilizada para favorecer comunidades que buscavam nesse campos, fortalecer e comprovar suas versões sobre acontecimentos do passado. Porém, como a cientificidade incorporou objetos históricos, especificamente do tempo e espaço, houve a necessidade de incluir na construção do pensamento epistemológico a junção de teoria, técnica e criatividade na caracterização de pesquisas interpretativas. Assim, Hobsbawm (1997, p. 371) estabelece que “O problema para os historiadores profissionais é que seu objeto tem importantes funções sociais e políticas. [...] Essas funções dependem de seu trabalho, mas ao mesmo tempo estão em conflito com seus padrões profissionais”. Muitos leitores que desconhecem os procedimentos acadêmicos em textos de história, não se incomodam com a falta de rigores científicos ou pelo excesso de retóricas, porém as pesquisas são o exercício da ciência na indagação e reconstrução de realidades, exigindo-se maiores rigores. Assim, aumenta-se o comprometimento dos historiadores na orientação de seus olhares sobre os fenômenos estudados, pois “todos os seres humanos, coletividades e instituições necessitam de um passado, mas apenas ocasionalmente o passado é revelado pela pesquisa histórica” (HOBSBAWM, 1997, p. 372).

Considerando estes elementos, apresentaremos nesse capítulo algumas transformações que as concepções do conhecimento histórico sofreram, essencialmente no século XX, bem como os princípios que envolvem as delimitações temporais e espaciais no conceito de regiões, os quais cada vez mais vêm ganhando espaço nas pesquisas acadêmicas. Isso contribuirá para as interpretações dos planos de desenvolvimento econômico, industriais e energéticos da federação brasileira num segundo momento, enfatizando o comportamento paranaense entre a década de 1940 até princípio de 1980, em contexto com os desdobramentos de políticas públicas que transformaram as organizações territoriais.

1.1. História e Regiões

A partir de 1920, aumentava-se a fragilidade do tradicionalismo político nas narrativas históricas, as quais se preocupavam em memorar datas e personagens heroicos, importantes para determinadas nações. Assim, Bloch (2001, p. 88) afirma, “Ora por muito tempo o historiador passou por uma espécie de juiz dos infernos, encarregado de distribuir o elogio ou o vitupério aos heróis mortos. Acreditamos que essa atitude corresponde a um instinto poderosamente enraizado.” Considerando esses anacronismos, iniciaram-se revisões historiográficas que caminhavam em busca de novas formas interpretativas do passado - nova história – superando as ultrapassadas técnicas metódicas.

No início do século XIX, as ciências sociais são uma novidade na ordem do saber. Elas serão possíveis graças à “crise do sujeito”, que lançou o homem entre os objetos da ciência ou, senão da ciência, de um discurso objetivante. O homem deixou de ser considerado pelo pensamento como “sujeito” e tornou-se “objeto”. (REIS, 2000, p. 37).

O descontentamento com esses artefatos levou em 1929 dois grandes historiadores - Lucien Febvre e Marc Bloch – a apresentarem uma das mais importantes revistas de história, a qual denominaram *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Essa por sua vez coloca o homem como objeto de estudo, protagonizando diferentes caminhos para elaboração dos estudos históricos que excedeu as pobres narrativas focadas extremamente nas relações de poder entre as classes dominantes de diferentes nações, ignorando a existência de agrupamentos humanos em outras estruturas.

A antiga forma de conhecer o passado era considerada insignificante para os fundadores dos Annales, isso porque encararam os seres humanos como indivíduos complexos em suas maneiras de pensar, agir e sentir, reduzir-lhes na história, a grandes personagens em suas relações de poder, o que impossibilitaria a compreensão das sociedades e dos homens dentro de sua plenitude. Entretanto, já no século XVIII, existiam iniciativas de produzir uma história das sociedades, influenciada principalmente pelos ideais iluministas, provando que Bloch e Febvre não foram os pioneiros dessa ruptura metodológica. Todavia, essas provocações marginalizadas em seu surgimento seriam empregadas posteriormente, isso porque durante mais de cem anos prevaleceriam os aspectos historicistas, representados principalmente pela figura do alemão Leopold Von Ranke, que por sua vez marginalizava os aspectos socioculturais por meio de narrativas que buscavam descrever verdadeiramente os acontecimentos. Nesse sentido, ampliou-se a ênfase sobre documentos oficiais e arquivos solenes, porém como a maior parte da sociedade não produz fontes escritas permaneceram por longos períodos excluídos da história.

A tarefa do historiador consiste em reunir um número suficiente de dados, assente em documentos seguros; a partir destes factos, por si só, o registro histórico organiza-se e deixa-se interpretar. Qualquer reflexão teórica é inútil, mesmo prejudicial, porque introduz um elemento de especulação. Segundo Von Ranke, a ciência positiva pode atingir a objetividade e conhecer a verdade da história. (BOURDÉ; MARTIN. 1983, p.114).

Os Annales formaram o principal movimento para retirar as perspectivas sobre determinados grupos sociais que até então eram negados, e ao mesmo tempo projetavam novos panoramas sob a liberdade humana, não como elemento antagônico aos determinismos das estruturas culturais, políticas e econômicas, condicionadoras das tomadas de decisões e formas de agir, mas como possibilidade de situar as vontades do homem no meio em que se insere. Assim, era possível trabalhar entre as circunstâncias sociais e as escolhas individuais, sem que isso fosse contraditório. Isso possibilitou o surgimento da história problema, a qual responderia, através de hipóteses, questões colocadas pelo próprio campo de estudo durante as pesquisas.

Esse movimento intelectual almejou produzir história de todas as ações humanas, ultrapassando os limites políticos que não proporcionavam amplitude sobre a realidade vivida pelas pessoas que estavam além dessa esfera do poder. Somando-se a

essa proposta, estavam as iniciativas de cooperação entre as disciplinas das áreas afins, como geografia, sociologia, antropologia e psicanálise. Demonstração disso está no comitê editorial da revista dos *Annales*, não constituído somente por historiadores. Esse modo analítico percorreu três grandes fases ou gerações, caracterizadas da seguinte forma: Primeira (1929 – 1945), importante período pelos intensos debates teóricos contra as narrações da história política tradicional, entretanto no final desse período, Marc Bloch é morto em um campo de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. A continuação desse movimento no pós-guerra ocorreu entre (1945-1968), momento de maior repercussão sobre as definições das normas intelectuais que constituíam os *Annales*, incorporando novos conceitos, como por exemplo, de estrutura e conjuntura. Além disso, os métodos da história serial ampliaram-se na demonstração das mudanças em análises de longa duração, tendo como maior expoente Fernand Braudel⁸. Ainda nessa geração as perspectivas da história quantitativa ampliaram seu espaço, a começar pela economia da qual se utilizavam com mais frequência, migrando para outros campos sociais da história populacional e cultural. A terceira entre (1968-1989) concentra-se sobre a grande influência exercida pelos *Annales* fora da França, a qual era de tamanha expressão que dificulta situar seus principais legados, entretanto destaca-se a inexistência de figuras centrais como as identificadas anteriormente, pluralizando maior florescimento de ideias e perspectivas (BURKE, 1991).

Na conjuntura teórico-conceitual da terceira geração, surgem novos panoramas no estudo da história. Entre eles evidenciam-se as esferas micro, para posteriormente lançar interpretações às secções macro. Assim, intensificavam-se os estudos sobre as histórias das regiões. Entretanto, esse conceito permanecia sob posse da geografia, isso porque esta ficava à frente das demais ciências no protagonismo dessa abordagem. Segundo Gomes (1995), a denominação região, provém desde os períodos de existência do Império Romano, quando utilizavam a palavra *regione* para se referir aos espaços que não estavam sob seus domínios, e ao mesmo tempo utilizavam-na como elemento centralizador do poder político. Essa conjuntura sofreu grandes transformações com a fragmentação política europeia de 476 d.C, quando as invasões dos povos bárbaros descentralizam a administração do Imperador Rômulo Augusto. Mas a Igreja reforçaria os ideais regionalistas por meio de suas gestões hierárquicas, retomando o modelo Romano.

⁸ Entre os maiores trabalhos realizados por Fernand Braudel em torno das estruturas temporais de longa duração está sua tese “O Mediterrâneo na Época de Felipe II”.

Entre os séculos XIX até a primeira metade do XX, a geografia ocupava-se principalmente com duas correntes metodológicas sobre os estudos das regiões, primeiramente em abordagens de escala regional⁹, seguidos das análises planetárias¹⁰. Ambas apresentavam inúmeras armadilhas¹¹ sobre os resultados apresentados, isso em virtude da polarização de seus ensaios. Nesse mesmo período, tanto a geografia quanto a história, enfrentavam graves crises epistemológicas pelo esgotamento de suas pesquisas. Esta última, necessitando ultrapassar as narrativas heroicas e cronológicas empregadas pelos tradicionalistas metódicos, lançou diferentes acepções sobre o conceito teórico de “região”, indicando grandes possibilidades de perquisição que prosseguiram caminhos diferentes em relação à área vizinha.

[...] “regiões” designa uma categoria historiográfica que permite perceber campos de forças de intensidade diversas (ora convergentes, ora conflitantes), como constituintes de práticas sociais e simbólicas que dão coerência a sujeitos regionais, suas identidades, suas alteridades e relações com o ambiente, em múltiplas temporalidades. (SOCHODOLAK, 2010, p. 14).

A aproximação com esse campus de estudo exacerbou-se principalmente nas décadas de 1960, intensificando-se progressivamente no desenvolvimento de análises que almejavam ultrapassar as divisões politico-administrativas, delimitadoras das fronteiras regionais, estaduais e federais. Outro elemento facilmente encontrado nas estagnações do conceito de “regiões” estão os elementos físicos, tais como relevo, vegetação ou clima, compondo a delimitação desses espaços. Entretanto, as perspectivas historiográficas desse momento, procuravam captar as ações dos homens nas regiões por meio dos tempos, identificando as relações políticas, econômicas e culturais. Para isso subordinou o espaço em detrimento do tempo, diferenciando-se da geografia.

A realidade social evocada no espaço [...] exigiria o reconhecimento de espacialidades diferenciais, cujas dimensões e significados variam, cujos limites se superpõem e se recortam, de tal modo que, num ponto

⁹ Representada principalmente por Vidal de La Blache, corrente positivistas que privilegiava abertamente uma forma de dividir o espaço, podendo explicar os fenômenos segunda a redução da escala de observância nas regiões.

¹⁰ Abordagem totalizante – materialista- que se absteve a macro narrativo, responsável pelas explicações do funcionamento dos mecanismos culturais, políticos e econômicos, tais perspectivas diluíam as pequenas análises regionalistas.

¹¹ Os problemas enfrentados em grandes análises é a perda de importantes características socioculturais elaboradas historicamente pelos homens em seus cotidianos, entretanto ao se restringir exclusivamente às pequenas abordagens pode ocasionar anacronismos, principalmente pelas influencias externas sobre as múltiplas relações praticadas em determinados ambientes.

qualquer do planeta, não estaremos no interior de um mas, de diversos conjuntos espaciais definidos segundo variáveis também diversas. Regiões unívocas, definidas de uma vez para sempre, deveriam deixar-se de lado em favor de regiões operacionais de diferentes tipos, com dimensões e significados variáveis e complementares. (CARDOSO, 2005, p. 38).

O interior dessas regiões possibilitou inúmeras pesquisas historiográficas, isso porque as significações não seriam mais dadas pelo pressuposto da unicidade e sim pela multiplicidade das relações humanas no tempo-espço. Nesse contexto é possível abster-se em análises de como o simbólico interliga as identidades coletivas e os sentimentos de pertencimento, identificando as significações tradicionais desenvolvidas pelos homens ao passar dos anos, com suas constantes metamorfoses. Essa complexa relação é estabelecida muitas vezes por meio de conflitos, exigindo a utilização de estratégias que permeiam os poderes políticos, econômicos e sociais, para sua perpetuação ou ruptura. Assim Albuquerque (2010, p.21), estabelece que “[...] as regiões têm uma historicidade, não apenas porque nelas fatos históricos aconteceram ou ocorrem, mas porque as divisões regionais mesmas se modificam com o passar do tempo [...]”. Por meio dessas considerações, procura-se entender o desenvolvimento dos sujeitos através dos saberes que os caracterizam e os distinguem dos demais, envolvendo-os numa dinâmica que procura na história os elementos compatíveis de identificações coletiva e individual.

Os problemas enfrentados na epistemologia das regiões colaboraram para a ampliação das abordagens historiográficas, as quais obtiveram significativos avanços utilizando às fontes orais, responsáveis pela composição de importantes pistas nas investigações do passado. As cuidadosas interpretações das memórias, recolhidas em entrevistas pelos historiadores, possibilitaram a expansão dos dados que evidenciam o funcionamento das micro e macro estruturas sociais, além de possibilitar a participação de personagens que expressam suas significações em várias conjunturas históricas.

Baseando-se nos estudos de história e regiões, será analisada a elaboração das políticas públicas para geração-distribuição de energia elétrica no Brasil e no Paraná no século XX, situando as relações socioeconômicas entre os centros urbanos e o meio rural. Nas áreas interioranas, as terras são compreendidas enquanto elemento responsável pelo reconhecimento legitimador das vinculações afetivas do homem com o meio. Essa instrumentalidade permite contextualizar as particularidades desses territórios, bem como seus modos de vida, saberes e ideologias que se originaram no

passado, mantendo-se vivas nos registros memoriais, protegendo as peculiaridades dos espaços atingidos pela construção de barragens.

[...] um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2004, p. 254).

Assim, Little (2004), com o objetivo de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, utiliza o conceito de cosmografia, entendido a partir dos saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Segundo Litte (2004, p. 254), “a cosmografia de um grupo inclui: seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. Essa representação territorial está entre as principais abordagens de pesquisas acadêmicas, apresentando os constantes conflitos travados ao longo do tempo entre grupos étnicos que lutam pela expansão das fronteiras nacionais. Bourdieu (1989), ao trabalhar o conceito de região, destaca os princípios da *di-visão* dos espaços e das sociedades, que diluiu as imposições dos valores preservados nos modos de repartir e classificar as fronteiras nos espaços. Segundo o autor, “A *regio* e as suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território [...] de impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território”. A essa noção fica explícita a imposição de discursos dominantes no reconhecimento dos novos sentidos inclusos nas definições fronteiríssimas.

Todavia, esses desdobramentos ligavam estreitamente a formatação identitária regional e seus habitantes, os quais recorrem constantemente ao passado na condição de autoridade que legitima a subjetividade encontrada no presente. Dito de outra maneira, o sentimento de pertencimento ao território está conectado diretamente com as experiências concretas herdadas ou vividas em tempos anteriores, o que fortalece a representação de determinados lugares a seus habitantes.

A sociabilidade coletiva está pautada principalmente em normas e valores que remetem às características particulares de uma cultura, a qual não se originou do nada

sobre o nada. Assim, o território possibilita ser interpretado de várias maneiras. Dentre elas encontram-se as perspectivas legitimadoras exercidas pelo Estado, contudo essa vertente fundamenta-se em assegurar a dominação de qualquer território pautado em questões judiciais, definida por meio de códigos legislativos que determinam as atividades a serem desenvolvidas sobre o mesmo, constituindo-se enquanto parte inerente do Estado (ALLIÈS, 1980). É fundamental destacar as relações de poder que envolvem essas conjunturas, principalmente por meio das diversidades representativas do território, disputadas entre as ideologias estatais em contraposição das posturas de resistências adotadas pelos habitantes locais (RAFFESTIN, 1993).

Mesmo com a proximidade conceitual entre espaço e território, é essencial esclarecer suas diferenciações. Assim, Nogueira (2009, p.124) delimita que “[...] O espaço é algo dado, preexistente, com possibilidades potenciais, a partir de onde se produzirá o território, por meio da ação humana e da representação humana”. Sendo assim, entende-se que pela ação humana em determinados espaços, se produz a materialização simbólica do território.

Atualmente, os principais embates discutidos judicialmente, em torno das questões territoriais, envolvem as contestações sob as formas como o Estado ou empresas privadas se apropriam dos recursos naturais espalhados pelo interior da nação. O uso restrito desses bens, como por exemplo, rios, matas e propriamente as terras, está colocando em risco a sobrevivência-permanência de várias comunidades em seus espaços de origem, sejam estas tradicionais ou não. A mercantilização desses recursos vem sendo legitimada em discursos instrumentalistas baseados na interpretação das leis, desrespeitando muitas vezes as sociabilidades culturais ali desenvolvidas por inúmeras gerações. A constituição de conflito vincula-se aos interesses econômicos capitalistas, tanto por parte do Estado quanto de grandes empresários, os quais se veem impossibilitados de proporcionar as transformações territoriais necessárias para alavancar o desenvolvimento dessas áreas, em virtude das relações socioeconômicas estabelecidas por determinados grupos em seus territórios. Ao mesmo tempo, essas populações lutam pelo reconhecimento de seus direitos legais de uso e posse das terras, entretanto a principal barreira deposita-se no âmbito legislativo.

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos

baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformação na estrutura agrária. (ALMEIDA, 2004, p.10).

As várias particularidades nas organizações dos recursos territoriais são realizadas por meio de conhecimentos herdados ou adquiridos das próprias experiências, ignoradas ou categorizadas enquanto atrasadas em virtude das divergências econômicas inadequadas a crescente competitividade do mercado capitalista. Segundo Quijano (1988), os ideais da razão instrumental estatal ganharam amplitude com o fim da Segunda Guerra Mundial, acelerando pressão sobre as nações latino-americanas a delinearem caminhos que viabilizassem a modernidade. O autor reforça que *“Esto es, ya para una racionalidad despojada de toda conexión con las promesas primigenias de la modernidade, [...] urgencias del capital, de la productividad, de la eficacia de los medios para fines impuestos por el capital y por el imperio”*. Essas agitações caracterizam-se pelas diferentes concepções sob o uso dos territórios. Uma das ideologias baseia-se nas demandas práticas do mercado consumidor capitalista, assegurada pelos requisitos legislativos que permanecem em constante conflito com as atividades cotidianas realizadas por grupos sociais nos seus habitats, os quais nas últimas décadas, em virtude das ameaças recebidas vêm resgatando a valorização das memórias, como legitimadoras das dimensões simbólicas e materialistas.

A COPEL usa da razão instrumental no progresso econômico a partir da evolução tecnológica-industrial para justificar a construção de novas hidrelétricas, mesmo com a grande densidade de impactos socioambientais. Nesse processo, os anseios das populações atingidas não se comparam as dificuldades que o Estado e a sociedade em geral sofreriam caso as obras não fossem concluídas, argumentos que atropelam qualquer posicionamento contrário a esse tipo de obra.

O resgate das memórias locais proporcionou certo desconforto às classes dominantes, isso porque durante longos períodos ignoraram as pequenas conjunturas sociais, detendo-se aos desdobramentos políticos e diplomáticos das grandes capitais. Entretanto, esse mecanismo além de se portar como ferramenta essencial na ampliação das abordagens historiográficas está sendo utilizado como elemento de união entre os grupos ameaçados pela lógica instrumental, os quais somam forças nas disputas de poder e na defesa dos direitos básicos. Sobre a relevância da reminiscência do passado, (LE GOFF, 2003, p.422) estabelece que “[...] Tornar-se senhores da memória e do

esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. Isso demonstra o grande potencial depositado sob a história nas tentativas de solucionar situações atuais que auxiliam no fortalecimento das identidades coletivas de determinados lugares, sentindo-se parte integrante do todo. Esse simbolismo é ressaltado por meio da revitalização memorial, expressando os obstáculos e desafios enfrentados por seus ancestrais, cuja resistência ao longo do tempo, aumentou os valores sentimentais sobre determinado território.

A palavra identidade por si só, contempla inúmeras representações e significados na caracterização das particularidades, proporcionando grandes debates entre as ciências sociais. A constituição desse elemento vincula-se tanto às dimensões coletivas quanto individuais, moldando os comportamentos humanos por meio das relações sociais, com reflexos nos hábitos, costumes e na conduta moral dos sujeitos. A identidade social, segundo Nogueira (2009, p. 107) é “[...] o compartilhamento de experiências que remetem o sujeito para um significado coletivo, frequentemente encapsulado pela memória do grupo. Trata-se de um universo imaginado, que dá relativa unidade ao grupo frente a outros”. Com o tempo os indivíduos acumulam outras diferentes identidades por estarem diretamente ligadas às atividades por eles desenvolvidas.

As multiplicidades de identidades, vinculam-se aos mecanismos pós-modernos, característicos pelas mutações e flexibilizações de culturas globalizantes em determinados contextos sociais.

As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível” essa expressão genérica implica, como saber, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que são presumivelmente realizadas na plenitude de tempo – na identidade. (BAUMAN, 2004, p. 16-17).

As investigações que se concentram no estudo das transformações identitárias em determinados grupos sociais, propõem constantes desafios aos pesquisadores, pois implicam em sistemáticas reflexões e indagações dos modos de vida, bem como das representações materiais e imateriais que produzem determinados sentidos no cotidiano dos sujeitos analisados. Somente após várias interpretações dos resultados obtidos, se conseguirá proclamar com segurança o resultado final das pesquisas. A partir disso, pretende-se abordar as ideologias e práticas dos planos de desenvolvimento econômico

no Brasil entre 1930-1990, frisando especialmente o posicionamento ativo dos governos paranaenses com as políticas hidro energéticas.

1.2. Políticas Públicas e a Geração de Energia

O Estado nacional brasileiro intensificou medidas desenvolvimentistas essencialmente a partir de 1930, as quais serão contextualizadas entre suas oscilações até a década de 1990. A justificativa dessa periodização está no propósito que antes da Era Vargas¹² o Brasil teve apenas alguns surtos de industrialização por meio de modestas atividades fabris, não possuindo consistência nem durabilidade.

Para o Brasil, o período 1929-1945 representa a ruptura com um passado político liberal e com uma política econômica livre-cambista. Foram principalmente duas radicais mudanças: uma profunda reorganização do Estado Nacional, que passaria a ser fortemente intervencionista, e uma radical mudança do processo de acumulação de capital, que alterou a mudança do Centro Dinâmico da Economia Nacional [...]. (CANO, 2015, p. 445).

As políticas públicas, a partir da década 1930, em torno da industrialização substituíram o antigo modelo econômico de importação, quando os brasileiros passaram a produzir matérias primas que até então vinham do exterior, focalizando principalmente em seu mercado interno. Todavia, Vargas se baseou no populismo para a criação e ampliação da legislação trabalhista, concedendo benefícios à classe empregada, nas contratações com carteira de trabalho assinada, salário mínimo e férias. Através dessas ações “a urbanização e a classe trabalhadora urbana tiveram crescimento acelerado, impondo novas e maiores ações públicas de caráter urbano e social” (CANO, 2015, p.450).

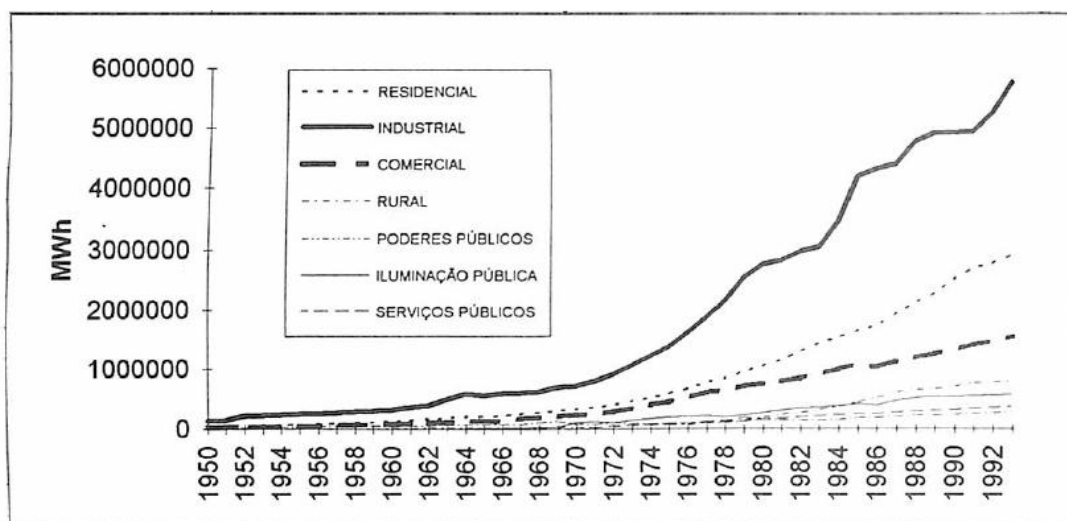
Paralelamente à reorganização econômica, o governo federal preocupou-se em estabelecer mecanismos para desenvolver as indústrias de base, possibilitando consequentemente o funcionamento de outras fábricas, revigorando ainda mais a

¹² Não será contextualizado os processos da Revolução de 1930, movimento armado e organizado pelos Estados do Rio Grande do Sul e Paraíba, os quais ficaram descontentes com o resultado das eleições presidenciais, culminado assim no golpe de Estado que retirou Washington Luís da presidência em outubro de 1930, impedindo que Júlio Preste, vencedor da eleições assumisse o cargo de presidente, ao mesmo tempo que elevou Getúlio Vargas como governante brasileiro.

modernização nacional. A partir da década de 1940 originaram-se várias empresas estatais, destacando-se a Companhia Siderúrgica Nacional CSN (1941), a Vale do Rio Doce (1942), o BNDE (1952), Petrobrás (1953) e a Eletrobrás (1962). Todas, objetivavam servir de pilar central para o crescimento industrial, disponibilizando matérias-primas e energia para demais setores. Houve assim, rápido aumento dos contingentes populacionais em centros urbanos de vários Estados, destacando-se Paraná, que possuía entre suas necessidades a geração e distribuição de energia elétrica, principalmente pela dependência dos bens de consumo duráveis a essa matriz.

Durante o século XX, o Paraná registrou transformações significativas no campo econômico, principalmente com as atividades exploratórias de seus recursos naturais em torno da madeira e da erva-mate. Essas iniciativas atraíram a presença de imigrantes italianos, poloneses e ucranianos tanto para as cidades em atividades industriais, quanto no campo, no desmatamento, preparo e cultivo do solo. Segundo Siqueira, et al (1994, p. 34) “[...] o Estado passou a constituir, porém, polo de atração de fluxos migratórios internos, período assinalado pelas primeiras concessões de terras no norte do Paraná, na margem esquerda do rio Tibagi”. Conseqüentemente, os movimentos migratórios somados com o crescimento industrial alavancaram ainda mais o consumo da eletricidade a partir da década de 1950.

Gráfico 1 – Evolução do Consumo Energético por Categoria no Paraná.



Fonte: SIQUEIRA, et al., 1994, p. 112.

Essa energia até então muito utilizada pelos serviços públicos de iluminação e transporte, passou a ser incluída como setor econômico no governo de Vargas,

compreendida como elemento modernizador na aceleração das produções fabris capitalistas, possibilitando a funcionalidade de pequenos motores que evoluíram constantemente com o tempo. Em primórdios de 1930, o governo brasileiro mantinha-se afastado do desenvolvimento das matrizes energéticas, responsabilizando as iniciativas privadas estrangeiras o fornecimento desse sistema, alcançando alguns pontos isolados do Estado.

Com a centralização dos poderes e as ressignificações nacionalistas promovidas por Getúlio, o setor elétrico que era completamente dominado pelo capital estrangeiro passou a sofrer alterações em virtude dos novos investimentos realizados na ampliação das infraestruturas, pois até então as cidades deveriam ter grandes demandas para compensar os altos investimentos das principais empresas, situação que deixava centenas de municípios sem opção restando como alternativa os geradores movidos a óleo diesel. Nesse contexto, algumas medidas adotadas pelo governo federal buscavam a estatização nas explorações desses recursos.

Em 1934, Getúlio Vargas promulgou o Código de Águas, que estabelecia a competência exclusiva do governo federal como poder concedente dos aproveitamentos hidrelétricos e previa a fixação de tarifas pelo estudo do serviço. Em 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica com o objetivo de aperfeiçoar a legislação e solucionar as dificuldades que se delineavam na oferta de energia elétrica. (LAMARÃO, 1997, p. 41)

A enorme dimensão territorial brasileira conquistada historicamente proporcionou abundância em recursos hídricos que não eram extensivamente utilizados, alterando-se por meio das tendências desenvolvimentistas que se concentravam em explorar as lucratividades que esses bens naturais poderiam oferecer à nação. Através do Decreto nº 20.395 baixado em setembro de 1931, ficou estabelecido que qualquer concessionária que almejasse explorar o potencial energético por meio das forças hidráulicas dos rios deveria ter a autorização do governo federal. O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) de 1939 adotou “a nacionalização progressiva das quedas d’água consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica e/ou militar do país. Isso não implicava que os bens fossem, a princípio, do Estado, mas sim controlados por brasileiros” (SILVA, 2011, p. 35). Por meio destas prerrogativas, limitou-se às atuações estrangeiras que operavam desde o século XIX na geração e distribuição de energia, entretanto “significava o abandono do nacionalismo

“revolucionário” dos anos de 1930 e a opção pelo estabelecimento de um fórum de entendimento dentro do governo, com vistas à cooperação com os grupos estrangeiros do setor” (CORRÊA, 2005, p. 282).

O governo federal foi forçado a ceder em alguns princípios legais da Constituição de 1937, prorrogando prazos de concessões e abrindo novos contratos. Segundo Silva (2011) entre as décadas de 1930 a 1940 aumentaram-se os receios de investimentos estrangeiros no setor elétrico brasileiro, isso em virtude da forte regulamentação instalada pelo conselho fiscal e o código de águas e energia, proporcionando baixo desenvolvimento desta área, período que mais se elevou a demanda em grandes centros urbanos.

As consequências desse cenário eram extremamente delicadas, isso porque, se os investimentos na geração de eletricidade não fossem realizados, conseqüentemente o crescimento industrial estaria comprometido. Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, as pressões diplomáticas efetivadas pelos Estados Unidos fizeram com que o Brasil entrasse no conflito defendendo as forças aliadas. Isso conseqüentemente influenciaria os rumos das políticas econômicas brasileiras nas décadas seguintes. No mundo pós-guerra, denota-se a aproximação brasileira do modelo econômico liberal estadunidense, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas deixa o governo.

Na década e meia que Getúlio Dornelles Vargas esteve no poder, a economia e o setor de energia passaram por alterações significativas. O setor elétrico, antes carente de regulação federal, sofreu fortes mudanças em 1934 com a promulgação do Código de Águas, que centralizou a tomada de decisões sobre os aproveitamentos hidroelétricos. Com a constituição de 1937, o governo federal impôs maior quantidade de regras sobre o setor, reflexo das alterações estruturais impostas também sobre o Estado brasileiro. No entanto, ao longo do início da década de 1940, a rigidez do controle foi ligeiramente flexibilizada para não haver inviabilização da realização de novos investimentos. (SILVA, 2011, p. 41)

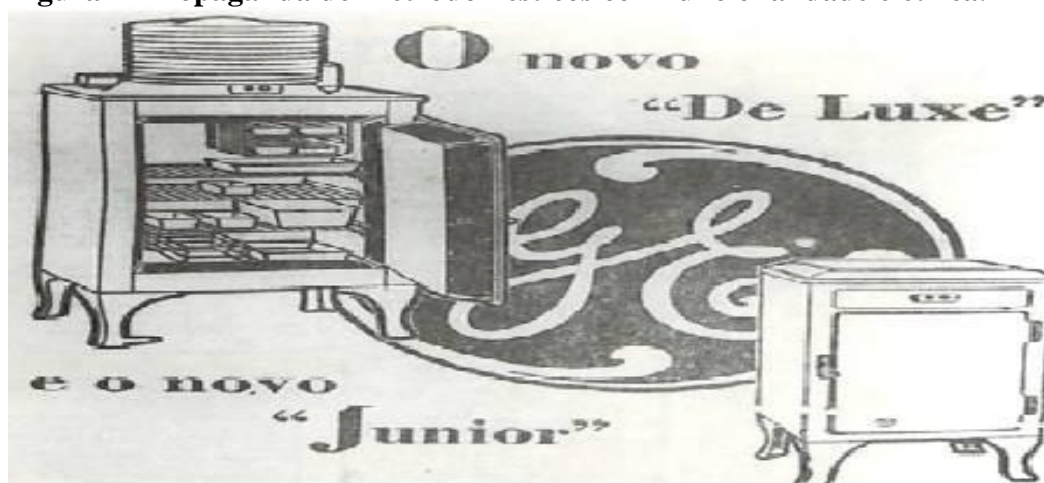
As fortes relações internacionais fizeram com que rapidamente aumentassem as importações, abrindo as fronteiras nacionais para os investimentos externos. Visando superar as altas taxas de inflação e estimular o desenvolvimento de setores como saúde, alimentação, transporte e energia, o governo de Eurico Gaspar Dutra cria o Plano SALTE¹³ em 1948, tendo suas estratégias parcialmente cumpridas, pois foi

¹³ O Plano SALTE atendia a quatro importantes pautas do governo de Dutra (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia).

abandonado entre 1951-52. Vargas trabalhava durante esse período como senador do Rio Grande do Sul, candidatando-se na década de 1950 à presidência, quando foi eleito através do voto popular. Nesse momento, estabelecia alianças políticas regionais para apagar a imagem ditatorial construída durante o Estado Novo. Reutilizou as características de defesa aos pobres e trabalhadores, entretanto deu-se origem a fortes contradições, essencialmente por se autodenominar governo progressista enquanto preservava seus ministérios extremamente conservadores. A partir disso é criado o Plano LAFER, voltado essencialmente às necessidades da infraestrutura brasileira, a exemplo do transporte, portos e energia, contudo os desdobramentos sociopolíticos que cercaram a morte de Vargas suspenderam tais ações.

Até então, muitos estados brasileiros entre eles o Paraná, enfrentavam as dificuldades no funcionamento de pequenas empresas do sistema elétrico em relação à grande demanda dos serviços, situação que obrigou diversas vezes o racionamento de energia em determinados períodos do dia, multiplicando rapidamente o descontentamento popular. A geração hidráulica de eletricidade necessitava de altos investimentos em curtos períodos, todavia sua rentabilidade não era imediata, precisando décadas para colher os frutos dessas aplicações. Na contra mão desse complexo, o desenvolvimento do capital estrangeiro caracterizou significativas mudanças no cotidiano social, especialmente com o uso de eletrodomésticos, aumentando o nível civilizatório e a qualidade de vida dos sujeitos endinheirados.

Figura 1- Propaganda de Eletrodomésticos com funcionalidade elétrica.



A General Electric apresenta o Novo Refrigerador "De Luxe". Enriqueceu-o com dez melhoramentos que o tomaram o mais perfeito que se conhece.

Novo mecanismo, novo gabinete todo de aço, nova câmara congeladora de aço inoxidável, novo controle de temperatura, iluminação automática do interior, pedal

para abrir a porta, e outros aperfeiçoamentos, fazem este elegante, silencioso, automático e econômico. Refrigerador indispensável ao conforto e modernismo do seular,

A General Electric apresenta igualmente o novo Refrigerador G. E. "Junior", ao alcance dos que precisam de refrigeração eléctrica com a máxima economia inicial.

Fonte: SIQUEIRA, et al., 1994, p. 74.

A figura referencia o acesso da elite a bens de consumo durável, produto usado majoritariamente nos centros urbanos paranaenses. Por ser ambicionado por muitas pessoas, influenciava a opinião pública em exercer pressão aos agentes políticos no intuito de agilizar soluções cabíveis aos problemas energéticos. Esse elemento era essencial, pois se tratava de tecnologia estrangeira que necessitava dessa força para a funcionalidade de suas fábricas, bem como para as atividades que esses produtos desenvolveriam nos lares.

Outro problema enfrentado nesse período estava sob a modernização tecnológica das linhas de transmissão. Entretanto, como o Brasil possuía vários campos além do energético para aplicar suas receitas orçamentárias, prolongavam-se cada vez mais esses investimentos, obrigando "Empresários de todos os setores da economia e dos mais diversos ramos de atividades procuravam resolver, por si sós, o problema da obtenção de um fornecimento regular e economicamente viável de energia elétrica" (SIQUEIRA, et al, 1994, p. 64). Em 1940, paralelamente às iniciativas de nacionalização energética aprofundava-se a crise de abastecimento, em virtude de fatores climáticos e pela

conjuntura de importação proporcionada pela Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos proibiram a fabricação e venda de produtos elétricos que não fossem de uso militar. Essas condições dificultavam a evolução do sistema elétrico que dependia de tecnologia e equipamentos estrangeiros, segundo Silva (1993, p. 73) “No período de 1930-1945 o crescimento do setor apresenta uma elevação média anual da ordem de 3,7 %, contrastando com o período de 1900-1930 cujo crescimento médio foi de 17,4%”. Entretanto, identifica-se que as aplicações financeiras neste setor não acompanharam a ampliação do consumo, refletidas pela expansão industrial e urbana.

1.3. Paraná e o Plano Hidro-Elétrico de Moysés Lupion

Próximo ao início de 1950, os paranaenses continuavam sofrendo os efeitos da crise energética originizada pelas políticas de controle nas jazidas minerais e das quedas d'água, comandadas até então pelo capital internacional, essencialmente ligado às empresas Light, responsável pela geração e distribuição de energia entre Rio de Janeiro e São Paulo e a American & Foreign Power Company (AMFORP) que atuava no interior paulista, estendendo suas dominações até Curitiba. As barreiras institucionais impostas pelas regulamentações do Código de Águas dificultaram durante décadas a resolução do problema energético. Isso afetou diretamente o crescimento industrial urbano, motivando decisivamente a interferência estatal nessa área, intencionando a continuidade do desenvolvimento econômico. No princípio, o Estado exercia papel mediador em duas esferas complementares desse setor, criando empresas estatais na tentativa de suprir as necessidades de investimentos e posteriormente, concentrou-se na elaboração de planejamentos de interligação aos sistemas elétricos nacionais com os regionais, disponibilizando financiamentos que custeassem tais despesas (SILVA, 1993).

Na segunda metade de 1940, responsabilizaram-se os governos estaduais em aumentar a geração e distribuição de energia elétrica, assim, desviava-se o foco sobre concessões exploratórias às empresas estrangeiras. Essa questão era debatida entre nacionalistas e privatistas. Os primeiros almejavam extinguir o capital estrangeiro enquanto os demais reforçavam a tese dos prejuízos econômicos causados pelos limites constitucionais impostos. Entre as iniciativas públicas voltadas ao setor energético

estava o Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion¹⁴, organizado a partir de 1947 estabelecendo em seu primeiro paragrafo, justificativas sobre a importância da intervenção estatal nesta área.

Os progressos e a expansão da coletividade em todos os sectores de conhecimento, obrigam o Estado moderno a intervir na vida e nas relações entre uns e outros de seus administrados. O Estado dos nossos dias, longe de ser o espectador inconciente e indiferente do angustioso problema econômico, é o coordenador, o diretor de normas administrativas, anulando ações dispersivas ferindo interesses individuais em benefício da coletividade. (PLANO HIDRO-ELÉTRICO PARANAENSE MOYSÉS LUPION, 1949, p. 07).

O discurso governamental propagado na primeira gestão de Lupion 1947-1950 demonstrava a necessidade de ações estratégicas que amenizassem as dificuldades no fornecimento energético, resultando posteriormente no crescimento industrial. As iniciativas paranaenses baseavam-se nas deliberações do Código de Águas - 1934, em atribuições do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica – 1939, bem como no Plano Nacional de Eletrificação apresentado em 1947 pelo Conselho Nacional de Comércio Exterior. A estratégia era dividir o território em regiões autossuficientes de recursos energéticos, centralizando suas produções na interligação de localidades isoladas pelos respectivos sistemas elétricos, estabilizando momentaneamente o déficit no abastecimento. Durante este período, impulsionou-se a criação de empresas estatais ou de economia mista, viabilizando construções de novas hidrelétricas bem como na ampliação das redes distributivas.

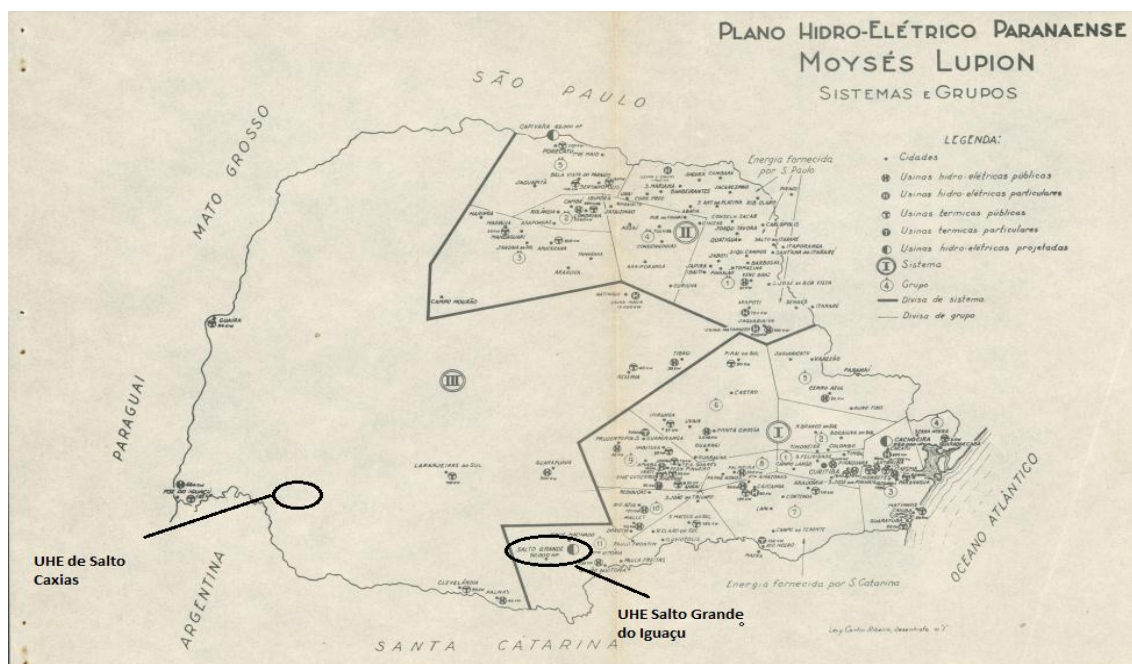
O plano Hidro-Elétrico Paranaense propunha a realização de um conjunto de obras em duas etapas. Na primeira seriam construídas a Central de Cotia (30.000 HP- 22. 371 kw), a Usina de São João (7.800 HP – 5.816, 46 kw), as Usinas de Santa Fé e Caiganga (3.000 HP cada – 2.237, 1 kw cada) e outras oito usinas hidrelétricas de potência mais baixa; prevista ainda a implantação de subestações distribuidoras e centenas de quilômetros de linha de ligação. (SIQUEIRA et al., 1994, p. 98).

Por meio de preliminares estatísticos do Plano Lupion, o Paraná encontrava-se entre os primeiros Estados brasileiros com maior potência hidráulica, situação que

¹⁴ A referida denominação: Plano Hidro Elétrico Paranaense “MOYSÉS LUPION” contendo o nome do Governador do Estado, era dedicada enquanto homenagem ao mesmo. Sendo um grande industrial nessa época, sentiu-se na obrigação enquanto gestor público de ampliar e coordenar o aproveitamento dos recursos hidráulicos do Estado.

impulsionava cada vez mais novas pesquisas em torno das potencialidades hidrográficas de seu território, bem como do melhor aproveitamento nos recursos hidro - elétricos em usinas existentes. Estava prevista a divisão em três áreas ou sistemas: 1º sul, com o aproveitamento energético dos rios Cachoeira – Capivari; 2º norte, utilizando as forças do rio Paranapanema ou Capivara; por fim o 3º grupo no oeste, com a construção da usina Salto Grande no rio Iguazu, conforme a ilustração a seguir (SILVA, 1993).

Mapa 2 – Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion.



Fonte: PARANÁ, 1949, p. 16. (Com adaptações do autor).

Os orçamentos das obras de infraestrutura que o Plano Lupion desencadearia eram altíssimos, impossibilitando a prática imediata de ações estratégicas na eletrificação, pois estes dependiam dos recursos do Plano SALTE, auxílio federal efetivado durante o governo de Dutra, abordado anteriormente. Os recursos internacionais desse período concentravam-se na reconstrução urbana, industrial e econômica da Europa, destruída pela segunda guerra mundial. Essa situação limitava as transformações promovidas pelo governo estadual, cujas medidas estavam longe de ser entendidas como sucesso, mas priorizavam, segundo os dirigentes administrativos, as determinações legislativas desconsideradas pelas iniciativas anteriores, propondo-se duplicar capacidade de energia instalada e almejando triplicá-la em dez anos.

Em virtude das precariedades dos serviços prestados somando-se com o rápido aumento populacional dos centros urbanos industriais, Lupion propôs acordos com iniciativas privadas, ressaltando a importância de sua atuação no abastecimento energético até então realizado. A efetivação do Plano ficou sobre responsabilidade do Departamento de Água e Energia Elétrica, o qual em virtude dos problemas orçamentários ficava dependente dos recursos suplementares aprovados pela Assembleia Legislativa, que eram gastos em construções de Usinas a diesel – hidrelétricas de emergência nos municípios com precariedades energéticas. Assim, segundo Siqueira (1994, p. 102) “feitas as contas, o governo Lupion pôde comemorar um modesto aumento das disponibilidades energéticas do estado [...]” ao final de sua gestão.

Iniciadas as disputas eleitorais ao governo do estado de 1950, o governador eleito Bento Munhoz da Rocha, durante sua campanha criticou inúmeras vezes o Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion, porém deu continuidade aos projetos previstos anteriormente sem mencionar a denominação norteadora de suas iniciativas.

1.4 COPEL e o Desenvolvimento Paranaense

O início da década de 1950 ainda é marcado pela continuidade da crise no abastecimento energético das grandes capitais brasileiras, levando assim, dezenas de estados a encaminharem propostas as Assembleias Legislativas para solucionar este problema. Resultado dessas iniciativas foi à criação das Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA) em São Paulo em 1953. Parte desta energia obtida seria consumida no norte do Paraná.

Como os financiamentos de estruturas continuavam sendo problema, o governo federal por meio da Lei 1.628 de junho de 1952 criou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), cuja principal função era o custeio de obras que viabilizassem a continuidade do desenvolvimento industrial. Outro elemento que previa auxílio ao plano de elétrico paranaense era o Fundo de Eletrificação de 1953, que incorporou 10% dos impostos sobre as vendas e contratos, ao mesmo tempo em que viabilizou a criação de uma empresa mista na exploração e comércio de energia elétrica, originando a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL. Esse ato institucional demonstra como o estado responsabilizava-se cada vez mais pela produção

de energia, enquanto o setor privado durante alguns períodos encarregou-se da distribuição.

Além da COPEL, outras empresas desse setor foram criadas nos anos seguintes, a exemplo de: Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) 1956, Centrais Elétricas do Maranhão (CEMAR) 1958, Companhia Elétrica de Alagoas (CEAL) 1961, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) 1959. Inúmeras medidas foram adotadas na década de 1950 em torno da geração de energia, destacando-se:

[...] em 1953 encaminha-se a instituição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e do Fundo Federal de Eletrificação, que são aprovados em agosto de 1954; a regulamentação da distribuição e aplicação de Imposto único sobre Energia Elétrica pertence aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovada em novembro de 1956 e a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A., cuja constituição se dá somente em junho de 1962. O Plano Nacional de Eletrificação que foi apresentado ao Congresso, em abril de 1954, nunca foi por ele formalmente aprovado, porém, serviu de base para nova organização institucional do setor. (SILVA, 1993, p. 81).

Os elementos descritos fundamentavam a intervenção estatal nessa área, mesmo contrariando as tendências neoliberalistas, pois Almeida (1980, p.66) salienta que “[...] ser o responsável pela expansão do setor elétrico, era impreterível uma justificativa ‘racional’, baseada em objetiva análise das condições econômicas do setor, que respaldasse a intervenção do Estado no ramo [...]”. Como o Paraná teve partes de seu território ocupado tardiamente, o grande fluxo migratório promoveu o surgimento de muitos centros urbanos nas décadas de 50 e 60, segundo o (SIQUEIRA et al., 1993, p. 83) “[...] alguns anos em particular chamam a atenção pela profusão aludida: 1952 – 41 novos municípios; 1955 – 32; 1964 – 30; e o recordista é 1961, somente ele, com 81 novos municípios”, proporcionando à COPEL competências de geração e distribuição de energia, monopolizando nas décadas seguintes os serviços elétricos.

Tabela 1 – O Crescimento Populacional Paranaense 1940-1980.

ANOS	TOTAL DA POPULAÇÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
1940	1.235.849	-
1950	2.112.893	70,0
1960	4.268.239	102,0
1970	6.929.868	62,0
1980	7.063.466	10,0

Fonte: SILVA, 1993, p. 87.

A partir disso, baseando-se em estudos já realizados e com os orçamentos disponíveis a COPEL iniciou seu plano de eletrificação, estabelecendo cronogramas de construção de Usinas hidrelétricas e redes de transmissão. Essas iniciativas ganharam forças a partir 1955 durante as candidaturas ao governo do Estado. Lupion, então senador, foi reeleito em seu segundo mandato como governador (1956-1960), possuindo em suas metas “civilizar” o Paraná, dedicando-se na ampliação e melhoria das infraestruturas industriais com a oferta de energia e as ligações rodoviárias, fundamentais no escoamento das produções agrícolas das regiões interioranas.

Em 1956, Juscelino Kubitschek, ex-governador de Minas Gerais foi nomeado o mais novo presidente escolhido pelos brasileiros. Por meio da política de aceleração desenvolvimentista do agrário ao industrial deveria segundo Lafer (2002, p. 48) “resolver os problemas de um país populoso, com grande mercado interno em potencial e dotado de adequados recursos naturais”. Colocando em prática a famosa frase de fazer o Brasil crescer “cinquenta anos em cinco”, Kubitschek pretendia fomentar as indústrias, como “O setor de energia era o foco principal do Plano, respondendo por 43,4% dos investimentos totais, sendo 23,7% dos recursos direcionados à eletricidade e 19,7% para as demais fontes de energia” (SILVA, 2011, p. 47).

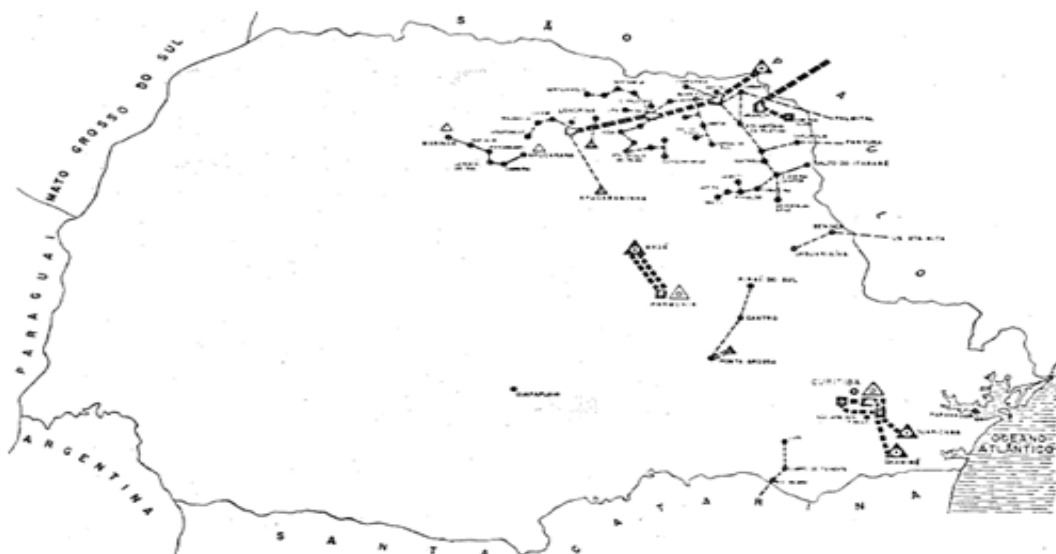
A COPEL concentrava-se no segundo governo de Lupion com alguns projetos da década de 1940, usando as potencialidades dos rios Capivari-Cachoeira, bem como da participação paranaense nos benefícios da Usina do Paranapanema, amenizando os racionamentos no norte do estado. Mesmo com dificuldades acentuadas, o plano estava sendo colocado em prática, não somente com as hidroelétricas, mas também termelétricas, a exemplo de Figueira, aproveitando os recursos naturais da região. A gestão governamental de Ney Braga (1960-1965) começa identificar em gráficos resultados dos investimentos realizados anteriormente. Agora os esforços concentrar-se-iam aos elementos das políticas nacionais de eletrificação, impulsionando o Paraná na interligação do sistema elétrico com seus estados vizinhos. Em 1961 ocorria a mudança no Plano de Eletrificação Estadual, abandonavam-se as divisões em regiões adotando a categoria de Sistema Tronco (Curitiba – Ponta Grossa); Sistema Central (Proximidades de Ponta Grossa); Sistema Litoral, Sistema Sul(próximo ao Rio Iguçu); Sistema Sudoeste (próximo rio Chopim); Sistema Norte e Sistema do Rio Mourão (SIQUEIRA et al., 1994).

É necessário ressaltar as mudanças que o setor econômico paranaense vinha sofrendo, isso porque com a ocupação definitiva do Oeste e Sudoeste novas potencialidades surgiam, abrindo margens para outros sistemas produtivos, diferentes da tradicional monocultura cafeeira brasileira que estava em crise. A alta dependência desse setor e a ausência de parques industriais desenvolvidos preocupava o governo do estado, que passou a dedicar atenção especial na ampliação dos serviços energéticos e de transporte, como alternativa viabilizadora do crescimento econômico.

Para fazer frente a este objetivo, o governo do Estado cria em 1962 o Fundo de Desenvolvimento Econômico, que vai ampliar as possibilidades de intervenção direta no campo econômico. O FDE destinava-se à produção e distribuição de energia elétrica; investimentos do Estado do Paraná na constituição de infra-estrutura econômica e empréstimos, com baixas taxas de juros, a empreendimentos industriais privados. (SILVA, 1993, p. 89).

A urgente necessidade de criar mecanismos para alavancar o desenvolvimento industrial fez com que os governos estaduais e municipais criassem estrutura que condicionasse os orçamentos na construção de novas Usinas hidrelétricas, bem como de rodovias, a exemplo da BR 277 e BR 376, interligando áreas importantes do Paraná no escoamento de suas produções. Além disso, vários empréstimos foram adquiridos ao BNDE e instituições internacionais denominadas Aliança para o Progresso. O acesso ao capital financeiro permitiu à COPEL em 1967 concluir as obras da Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, além de outras Usinas a diesel. Dois anos mais tarde sua capacidade geradora aumentava consideravelmente com a finalização da Hidrelétrica Júlio de Mesquita Filho no rio Chopim somadas com a Governador Parigot de Souza, localizada no rio Cachoeira. As ilustrações a seguir demonstram a evolução do setor elétrico paranaense ao longo das décadas de 1960-70, progresso adquirido por meio da COPEL nas ampliações orçamentárias para a execução do Plano Estadual de Eletrificação.

Figura 2 - Sistema Elétrico do Paraná - 1960.



Fonte: SILVA, 1993, p. 97.

Mesmo com inúmeras tentativas não conseguimos melhorar a resolução dos mapas, entretanto isso não atrapalha seu principal intuito de análise sobre a distribuição do sistema elétrico paranaense em 1960, estando limitada em pontos próximos a capital Curitiba ou na região norte. As proporções territoriais interioranas ficavam à mercê de qualquer ponto de geração ou distribuição que as interligasse ao sistema elétrico. Esse obstáculo precisava ser superado pelas administrações governamentais que formaram parcerias com a COPEL, demonstrando significativos avanços nas décadas seguintes.

Figura 3 - Sistema Elétrico do Paraná - 1975



Fonte: SILVA, 1993, p. 101.

A crescente atuação estadual na geração de energia elétrica a partir de 1965, fez com que gradativamente as pequenas matrizes de propriedades privadas deixassem de atuar, isso porque a operação de usinas de grande porte diminuíram o preço do KWh, tornando-se inviável as manutenções particulares. Assim, muitos industriais autônomos passaram a utilizar os serviços energéticos da COPEL, que atendia cada vez mais municípios. Com o aumento de oferta, ampliou-se o consumo na iluminação de ruas, praças e prédios públicos, seguido da utilização comercial e residencial.

O considerável aumento no consumo energético a partir da década de 1970 se relaciona paralelamente à ampliação da industrialização paranaense, principalmente no que se refere à oferta de produtos de bens duráveis, eletrodomésticos do tipo televisores, rádios, ventiladores, etc. Assim, os órgãos governamentais em esferas federais e estaduais reforçaram seus discursos sobre a necessidade de construir barragens represando as águas dos rios para transforma-las em potencialidades hidráulicas. Essa política foi trabalhada no Paraná, realizando levantamento das características físicas de seus rios, a exemplo do Iguaçu que entusiasmou vários dirigentes administrativos pela grandiosidade de recursos naturais. Demonstração disso está na construção das barragens de UHE de Foz do Areia – 1980, Salto Segredo – 1992, Salto Caxias – 1999, Salto Santiago – 1980 e Salto Osório 1975. As duas últimas estão sobre controle de empresa privada, enquanto as demais permanecem sobre o comando da COPEL.

No próximo capítulo, serão discutidas as consequências das políticas públicas governamentais na construção da UH Salto Caxias, enfatizando os impactos socioculturais proporcionados aos sujeitos afetados que em menos de dez anos passaram de colonos para atingidos por barragens e conseqüentemente reassentados. Essas mudanças somadas às dificuldades econômicas e as problemáticas de adaptação identitária, influenciaram muitas desistências nas atividades rurais, levando a venda ou a troca das propriedades.

CAPÍTULO II -

A Construção e Transformação do Sujeito Atingido por Barragem

Com essa revisão sobre os parâmetros norteadores das políticas públicas concentradas no desenvolvimento do setor energético, passa-se a descrever e analisar a historicidade dos sujeitos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias na década de 1990. Esse capítulo a ocupação dos colonos no sudoeste paranaense a partir de 1940, evidenciando os contrastes culturais carregados e mantidos enquanto estabeleciam-se nessas terras, bem como suas experiências em conflitos de resistência na manutenção de seus interesses sobre o território. Em seguida, enfoca-se sobre narrativas que abordam o processo de instalação da Usina na região, diagnosticando as mudanças que transformaram a vida dos sujeitos que deixaram de ser colonos, para categorizar-se atingidos por UHE. Nessa atividade, são utilizadas entrevistas sobre o evento, as quais foram coletadas a partir do consentimento desses indivíduos seguindo os rigores teóricos e metodológicos, não procedendo rigorosamente suas sequências, a fim de evitar anacronismos sobre ênfases de determinadas narrativas. Os resultados serão confrontados com conteúdos extraídos da Revista Copel Informações, que expressava princípios da razão instrumental aplicada pelo Estado na justificativa do desenvolvimento econômico industrial, favorável à construção de hidrelétricas. A análise desse processo possibilitará compreender a constituição do ‘reassentado de Salto Caxias’, identificando suas experiências na expropriação territorial sofrida pelo grupo após a edificação da Usina, vista como progressista para o capital financeiro.

A representatividade sindical desses indivíduos será abordada na institucionalização da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens no rio Iguaçu – (CRABI), apresentando suas conquistas sociais ameaçadas pela inconstitucionalidade histórica na construção de Usinas Hidrelétricas. Tal organização perdeu forças com a finalização das obras de Salto Caxias, experiência que se integrou ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Tais desdobramentos serão analisados no presente capítulo.

2.1 Os Colonos no Sudoeste do Paraná

Em virtude da baixa densidade populacional desse território¹⁵, o Governo Federal criou, em 1943, através do Decreto número 12.417 a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), localizada na área correspondente à Gleba das Missões. Essa medida era ilegal, sobretudo porque o sistema judiciário não havia pronunciado quem teria o direito sobre essas terras¹⁶. Essa organização tinha como objetivo “[...] atrair o excedente de mão-de-obra agrícola e resolver a escassez de terras no Rio Grande do Sul” (ABATTI; GELLER, 2015, p. 12). Por meio das condições disponibilizadas pela CANGO com oferta de terras gratuitas, além de sementes e ferramentas, o número de colonos aumentou consideravelmente nos anos seguintes.

Com as profundas transformações político-administrativas em âmbito nacional provindas com o fim da ditadura do Estado Novo, dois grandes grupos econômicos se instalaram na região, a Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA) e a Pinho e Terras.

Em novembro de 1950, o governo da União vendeu à CITLA toda a gleba Missões e parte da gleba Chopim. Poucos dias após vendia à PINHO E TERRAS 11.500 alqueires da própria gleba Missões. Vendia também 300.000 pinheiros à Companhia de Madeira de Alto Paraná. (WACHOWICZ, 1995, p. 214).

A partir de 1951 ocorriam no Sudoeste fenômenos de ações contrárias protagonizadas por duas instituições, primeiramente a CANGO que assumiu o importante papel no assentamento dos colonos sulistas, por outro lado, a CITLA projetando a comercialização das terras que já estavam ocupadas. Na medida em que o crescimento populacional aumentava, os problemas políticos ganhavam proporções amplas (PEREIRA, 2015).

Entretanto o Governador Bento Munhoz da Rocha 1951-1955 decide aguardar a decisão judicial sobre essas terras “[...] proibiu, através da portaria nº 419, de 2 de junho

¹⁵ No início do século XX as terras do sudoeste do Paraná eram essencialmente ocupadas por caboclos, indígenas e populações de outras nacionalidades, isso colocava em risco a soberania nacional dessas regiões, entretanto durante muito tempo essa questão passou despercebida aos olhos governamentais, alterando-se somente com as políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, que se preocupou em constituir frentes colonizadoras, deslocando o excedente populacional de outros estados do sul para essa região, a fim de legitimar o domínio sobre essas terras na conhecida ‘Marcha para Oeste’.

¹⁶ Essas terras haviam sido colocadas como forma de pagamento à Railway Companhia pela construção da ferrovia que ligava Rio Grande do Sul a São Paulo, entretanto o governo paranaense e federal incorporou sobre suas competências o domínio sobre essas áreas, situação que chegou aos tribunais de justiça para averiguar quem tinha o direito de posse, a qual foi dada posteriormente ao Estado.

de 1952, o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, ‘Sisas’, de qualquer transação imobiliária nas glebas missões e Chopim” (GOMES, 1987, p. 38). Por essa determinação as ações da CITLA estavam engessadas, porém tal situação se modifica em 1955 quando Moyses Lupion começa a governar o Paraná em sua segunda gestão. Esse, por sua vez, revoga a portaria do antigo governador, entretanto duas novas imobiliárias passaram a atuar no Sudoeste, a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda (COMERCIAL) além da Companhia Colonizadora Apucarana Ltda (APUCARANA). Ambas procuravam fazer com que a população local assinasse promissória, comprometendo-os a pagar suas terras, e quando se recusavam, eram ameaçados de morte. Essa postura ofensiva e intimatória constituiu clima de tensão e medo entre os colonos, os quais gradativamente passaram a se organizar em defesa de seus interesses, contribuindo para a eclosão da revolta de 1957.

Toda a sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato. (MARTINS, 1995, p. 74).

Os ideais da Colônia Agrícola e da CITLA eram opostos, isso por que segundo Gomes (1987, p.40) “a partir de 1951, a CANGO teve suas atividades praticamente paralisadas”. Essa colocação se reforça a partir do governo Lupion, grande industrial paranaense que ativou políticas favoráveis aos projetos capitalistas das companhias instaladas no Sudoeste, contando com auxílio de jagunços¹⁷ nas possibilidades de utilizar força física e violência como mecanismo intimidador. O acúmulo desses problemas sociais constituiu a base do movimento armado, em outubro de 1957, que rapidamente adquiriu repercussões de projeção nacional, pois os posseiros passaram a contestar a legalidade das escrituras da CITLA, recusando-se a assinar os contratos.

Essa situação fez com que se forjasse o embrião da resistência armada que alcançou seu auge em 1957, quando milhares de posseiros tomaram as ruas das cidades sudoestinas, invadiram os escritórios das

¹⁷ A nomenclatura jagunço denomina os indivíduos contratados pelas Companhias colonizadoras enquanto matadores de especializados, de mau caráter que cobravam as promissórias das terras ocupadas pelos colonos.

companhias e destruíram os documentos que um dia muitos deles haviam sido obrigados a assinar. Essa reação alcançou a cena pública, ganhando destaque nos jornais e nos discursos proferidos na Câmara e no Senado. (AMANCIO, 2009, p. 500).

Em 10 de outubro de 1957 aproximadamente 6 mil colonos se organizaram para ocupar a cidade de Francisco Beltrão, prendendo e expulsando os jagunços além de destruir os escritórios das empresas colonizadoras, incluindo a documentação que haviam sido obrigados a assinar. Esse movimento não finalizou os problemas sobre a validade das posses, isso porque os colonos foram obrigados a esperar alguns anos para adquirir as escrituras. O impulso maior para a resolução desse problema deu-se em março de 1962, quando o então presidente da República, João Goulart visitou o município de Pato Branco juntamente com o governador, do Estado do Paraná, Ney Braga, comprometendo-se a criar órgãos regulamentadores dos respectivos lotes de terras conforme a posse dos colonos. Assim, mais de 50 mil posseiros transformaram-se em proprietários.

Todos os procedimentos legislativos partiram do decreto nº 51.431, o qual originou o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), segundo Wachowicz (1985, p.285) nos “três meses depois da União e o Estado firmarem um acordo renunciando aos seus argumentos jurídicos de se tornarem proprietários dessas terras”, quando os colonos passaram a receber suas escrituras juridicamente reconhecidas. Segundo Orben (2014, p. 60-61), era essencial que as “terras da região fossem devidamente medidas e cedidas gratuitamente, regularizadas e com título de propriedade. Ao encerrar suas atividades em 1973, o GETSOP tinha titulado cerca de 55 mil lotes rurais e urbanos, sem custo algum ao colono”.

Ao solucionar os embates que atormentavam as questões das terras Sudoestinas, intensificou-se a vinda de colonos sulistas para a região, moldando essencialmente as características socioculturais desse território. Os mecanismos populacionais contribuíram para o surgimento de vários outros municípios nas décadas seguintes, reivindicando suas necessidades em ampliar as autonomias político-administrativas, priorizando assim, os interesses populacionais das vilas que atualmente constituem as respectivas cidades, conforme demonstra o mapa a seguir.

tempo organizações próprias, especialmente em torno das comunidades religiosas¹⁸. Paralelamente a esse processo ocupacional, o estado paranaense realizava diversos estudos sobre a potencialidade hidrelétrica dos maiores rios em extensão territorial. Contando com seus 1.320 km, o Iguaçu possui sua nascente entre os limites de São José dos Pinhais com Curitiba, desaguando no extremo Oeste em Foz do Iguaçu. Essa denominação é herança dos antigos povos nativos da América - Kaingangue e Guarani – cujo significado deriva de “água grande”. Ao longo da segunda metade do último século, o Rio Iguaçu sofreu enorme interferência humana no bloqueamento de seu leito por meio de barragens, represando suas águas no aproveitamento das forças hidráulicas, causando profundas transformações ambientais, sociais e econômicas.

[...] num primeiro momento, o rio Iguaçu foi constituído através das descrições de suas paisagens belas e pitorescas num discurso que buscava não apenas descrever, mas fundar um lugar e um território do Paraná, agora o discurso visa impregnar esse mesmo espaço como um recurso natural potencialmente apto para gerar energia e desenvolvimento. (KARPINSKI, 2011, p. 253).

Projetam-se sobre estas águas vários discursos políticos, majoritariamente em perspectivas desenvolvimentistas, impulsionando o Estado no cumprimento de suas funções administrativas para a apropriação dos recursos naturais existentes. Dessa maneira, muitos governantes procuravam legitimar o convencimento popular que a fórmula ideal para superar os atrasos socioeconômicos se encontrava na geração de energia elétrica. Entretanto, desconsideravam-se muitas vezes as percepções dos colonos atingidos, os quais habitavam há gerações os mesmos locais almejados pelos projetos hidrelétricos, desenvolvendo fortes vínculos nas relações sociais estabelecidas entre os sistemas produtivos e os elementos naturais. É com melancolia que muitos afetados descrevem as perdas entre vizinhanças na estruturação das dinâmicas trabalhistas cotidianas, a exemplo disso, está o relato do seu Antônio, residente no município de Boa Esperança do Iguaçu, atingido pela Usina de Salto Caxias.

Como era a convivência entre os vizinhos da comunidade antes da construção da Usina? A os vizinhos eram tudo genti boa né. Naquela época que nois morava lá até hoje eu acho ruim não te igual nois tinha

¹⁸ A composição religiosa dos grupos colonizadores eram essencialmente cristã católica, por meio disso, muitas atividades cotidianas respeitavam as temporalidades sagradas, moldando suas características identitárias.

a vizinhança igual nois tinha lá em baixo. Que a genti tinha uma amizade com o pessoal de lá que era coisa fora do serio. Como acontecia se precisava da ajuda do outro? Trabalhava sem custo nenhum, nois ia lá e ajudava eles, quando nois tinha serviço ali eles vinha ajudava, negócio de hoje se eu convida um pra i trabalha comigo lá primeiro quanto que se paga, é e naquela época não, que nois morava ali não. Um ajudava o outro. (Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 13/05/2017, por Antônio Coelho).

Segundo os fundamentos progressistas traçados pelos governos do Paraná a partir de 1950, esse tipo de organização tradicional pautada em mecanismos de sociabilidade comunitária descritas por seu Antônio, caracterizava o atraso econômico-industrial, agregando impossibilidades de grandes avanços desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, os elementos apresentados expressam as particularidades dos modos, comportamentos e condutas vivenciadas por esses sujeitos às margens do rio Iguazu antes da construção da barragem. Assim iniciam-se os “processos generalizados de ruptura dos condicionamentos espaciais das formas sociais vigentes nas áreas de influência desses empreendimentos governamentais” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p.61).

Os padrões de expansão capitalistas energético acabam dissolvendo boa parte das práticas em pequenas propriedades rurais, bem como alteram os meios físicos, biológicos e socioeconômicos das regiões abrangentes. Porém, essas propostas de transformações radicais são colocadas em panoramas possibilistas, ou seja, tais indivíduos deixaram a realidade de dificuldades financeiras - trabalhistas do colono, para atingir o status de agricultor reassentado. Assim, realizava a submissão desse sujeito ao sistema de exploração econômica agroindustrial, pois para manter-se em suas atividades no trabalho com a terra deveriam enquadrar-se no processo de produção comercializado, essencialmente focado no cultivo da soja, milho e trigo. Antes de investigar minuciosamente as discussões sobre os novos modos de apropriação da terra por essa população, é indispensável analisar as complexidades e desdobramentos que envolveram os atingidos antes e durante a construção da barragem.

2.2 Os ATINGIDOS por Salto Caxias

As ideologias governamentais ignoraram muitos princípios legislativos para possibilitar a construção de grandes complexos hidrelétricos. Isso colaborou para o

surgimento de um novo objeto de pesquisa – o atingido por barragens. Essa situação ganhou maiores repercussões com a Itaipu Binacional, construída entre 1974-1982, abrangendo “a área de 111,332 já comprometida com a represa [...], quer com a formação do lago, quer com o reflorestamento marginal a este, é, estimadamente, habitada por 42,444 pessoas que serão expulsas de suas terras [...]” (GERMANI, 2003, p. 53). As várias disputas judiciais sobre polêmicas indenizações dessa hidrelétrica renderam enormes experiências sociais, compartilhadas em movimentos sociais que surgiram em luta pelo reconhecimento dos direitos dos atingidos. Os contextos reivindicatórios transformaram com o passar do tempo a postura de luta desses indivíduos, manifestando-se publicamente contra tais empreendimentos.

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidade e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...]. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Através de mecanismos como jornais, revistas e panfletos, propagam-se os princípios institucionais do idealismo progressista, muito aplicado nos discursos favoráveis à construção de UHE, sempre minimizando a importância dos territórios afetados. Esse processo é arbitrário, desconsiderando a necessidade de amplos diálogos que envolvam a sociedade civil, especialmente com as populações atingidas, que está à mercê dos grandes projetos da engenharia moderna. A estrutura publicitária utiliza sua influência para dissimular crenças evolucionistas na demonstração de números e gráficos sobre os avanços econômicos. Entretanto, os impactados por essas obras são marginalizados aos interesses capitalistas, sendo forçados a incluir-se na luta por justiça, associando-se em instituições de categorias sindicais. Mesmo conseguindo boa parte das compensações financeiras reivindicadas sobre os bens perdidos, os danos históricos, ambientais e culturais são irreparáveis, pois as águas do reservatório apagam inúmeras recordações que constituem a história de vida desse povo.

Os componentes que fundamentavam os discursos governamentais para apropriação desses territórios ocupados podem ser analisados com a fundação da Companhia Paranaense de Energia– COPEL, a qual tinha como maior objetivo garantir e ampliar o fornecimento de eletricidade no Estado. Em outubro de 1969, começou a publicar suas principais ações, enquanto notícias em boletins mensais denominados

Copel Informações-CI, interagindo diretamente com seus próprios funcionários. Vários argumentos favoráveis à produção de energia hidroelétrica eram utilizados. Assim apresentou numa de suas edições a crescente evolução proporcionada por suas ações no setor elétrico.

Figura 4- Reportagem sobre a representação da COPEL no Paraná.

COPEL: MAIOR EMPRESA PARANAENSE

A COPEL é a maior Empresa do Paraná. Novamente este ano a prestigiosa revista "VISÃO" fez publicar o estudo denominado "Quem é quem na economia brasileira", destacando as maiores empresas brasileiras, em vários ramos de atividade, considerando o Capital Social e as reservas com base nos balanços do exercício de 1968. Dessa forma, a COPEL surge em primeiro lugar, dentre todas as Empresas do Paraná. Eis as cinco maiores sociedades anônimas de nosso Estado (em NCr\$ 1.000): 1ª Companhia Paranaense de Energia Elétrica-COPEL - 200.900,00; 2ª Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná-BADEP - 128.650,00; 3ª Banco do Estado do Paraná S.A-BEP - 43.419,00; 4ª Centrais Elétricas Capivari-Cachoeira-ELETROCAP - 36.410,00; 5ª Hermes Macedo S.A.- 34.823,00.

ELETRICIDADE - Dentre as maiores Empresas brasileiras, surge em grande número as concessionárias de energia elétrica, aparecendo a COPEL em posto de relêvo, ocupando a nona colocação. São estas as maiores empresas de energia elétrica do País: 1ª Centrais Elétricas de São Paulo - CESP - 2.511.367,00; 2ª Light-Serviços de Eletricidade - 2.212.019,00; 3ª Centrais Elétricas Brasileiras-ELETRONBRÁS - 1.777.989,00; 4ª Central Elétrica de Furnas S.A. - 675.474,00; 5ª Centrais Elétricas de Minas S.A.-CEMIG - 566.254,00; 6ª Cia. Hidro-Elétrica de São Francisco-CHESF - 411.543,00; 7ª Companhia Paulista de Luz e Força-CPLF - 398.619,00; 8ª Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul-CEEE - 313.461,00; 9ª Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL - 200.900,00.

AS MAIORES - No âmbito nacional, e dentre todas as sociedades anônimas, a COPEL situa-se em posição bastante honrosa, posto que, além de ser a primeira empresa paranaense, é a trigésima sexta do País. A maior empresa brasileira é a Petróleo Brasileiro-PETROBRÁS, cujo Capital Social e reservas atinge NCr\$ 2.846.530,00. As três seguintes colocadas são, respectivamente, a CESP, a LIGHT e a ELETRONBRÁS.

4

Fonte: COPEL Informações (1969, p. 4).

Considerando a calamidade do setor elétrico paranaense na década de 1950, período que originou a companhia por meio da interferência governamental, a matéria apresentada dedica-se em contextualizar o grande crescimento econômico da COPEL, colocando-a em 1969 como a maior empresa do estado. Esse destaque valorizava as iniciativas adotadas até então, ao mesmo tempo em que se incentivava a perpetuação e ampliação dos projetos de geração e distribuição de energia, afirmando que a posição ocupada por esta empresa é bastante honrosa. A intenção dos editores em supervalorizar o cumprimento das responsabilidades que lhes couberam desde o ato de sua criação, enfatizando a competência e dedicação de seus funcionários. Para comprovar tais

argumentos, os números e comparações com as demais agências concorrentes em nível nacional são essenciais, a exemplo da Petrobrás, demonstrando sua competitividade no sistema capitalista. Assim fidelizava os trabalhadores segundo a ideologia empresarial.

A superioridade da COPEL enquanto a maior empresa pressupõe que, além de estar acima de todos, superava e exercia suas atividades em grandeza, tamanho, intensidade, duração, etc. Apesar de ainda não ter nesse período uma grande idade de atuação, comparando-a com as demais oponentes, projetava-se em processo de aperfeiçoamento, almejando superar suas próprias expectativas de crescimento. Para a impregnação desse esquema estratégico, é fundamental que a empresa coloque seus funcionários como principais responsáveis pelo desenvolvimento, aumentando ainda mais o rendimento das atividades setoriais, pois ao serem valorizados, os servidores não se sentiam explorados, pelo contrário, defenderiam as ideologias norteadoras da COPEL.

[...] a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante. (ALTHUSSER, 1985, p.58).

O autor fundamenta a importância dada pela COPEL na alienação de seus funcionários segundo os princípios capitalistas, buscando com que os mesmo se sintam parte dessa importante tarefa de gerar e distribuir eletricidade para o Estado do Paraná. Apoiando-se num discurso ideológico, a reportagem apresentada reafirma o protagonismo da COPEL na produção energética do Paraná, introduzindo no imaginário popular sinônimos de evolução tecnológica numa sociedade colocada enquanto norteadora de um Brasil atual, assemelhando-se cada vez mais às grandes potências mundiais. Esse fenômeno serviu de justificativa para a construção de novas barragens nas décadas de 1980-1990, demonstrando preocupações com o futuro da demanda energética. Assim, fortaleceram as iniciativas de retirar a UHE de Salto Caxias do papel, ainda mais que seus estudos de viabilidade foram realizados, “[...] nas décadas de 1960 e 1970, contudo, o início das construções se deu em 1994” (KARPINSKI, 2007, p. 03). Nas matérias da CI, enfatizava-se que Caxias seria o último grande aproveitamento hidro energético do rio Iguaçu, entretanto novos empreendimentos estão sendo

realizados, a exemplo do que aconteceu após 1º de julho de 2013, quando foi emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) o reconhecimento da Licença de Instalação (LI), autorizando o início das obras UHE Baixo Iguaçu no município de Capanema.

Os assuntos relacionados à construção de Salto Caxias ocuparam maiores espaços nas reportagens do CI a partir de 1993, especialmente quando os dirigentes do estado e o presidente da COPEL anunciaram publicamente seu projeto básico. Em solenidade especial realizada no Palácio Iguaçu em novembro do mesmo ano, pronunciaram-se três importantes autoridades, o governador Roberto Requião acompanhado do ex-governador Álvaro Dias e o presidente da concessionária João Carlos Cacaes. Os conteúdos desse pronunciamento objetivam impregnar a necessidade de executar esse projeto, a ponto de reunir esses representantes com ampla experiência administrativa para repassar de forma transparente a urgência dessa obra, bem como os benefícios que seriam alcançados.

Figura 5 – Governador Apresenta Projeto Básico de Salto Caxias.



Requião manifestou certeza que o Paraná irá repetir para o Brasil a mesma lição de seriedade e austeridade dada com Segredo

Nem Grande nem Pequena

"Salto Caxias será uma Usina de tamanho perfeito para integrar-se ao ecossistema da região de influência". Essa a definição dada ao projeto por João Carlos Cacaes, que agradeceu o apoio que a Copel recebeu e vem recebendo do Governo do Estado nos últimos anos. Além de resaltar os benefícios sociais e econômicos que decorrerão da implantação do empreendimento.

Cacaes lembrou que desta Usina dependerá de boa parte o processo de crescimento do Brasil na virada do século. "Vamos transformar esse Estado num verdadeiro canteiro de obras em 1994, pois além de Caxias já estaremos construindo a derivação do Rio Jordão e também dando continuidade aos programas sociais de ligações nas cidades e campos". Já o ex-governador Alvaro Dias voltou a enaltecer a Copel e seu empregados, dedicando-lhes diversos elogios. " trata-se de uma empresa modelo, uma das estatais mais eficientes do País, e seu quadro um dos mais respeitados técnica e éticamente". Dizendo que "caxias será mais um salto de qualidade" na área energética do país, Alvaro concluiu comparando: " enquanto o Brasil é um deserto de obras públicas, o Paraná volta a ser exceção graças a postura rígida e seria de seus governantes e administradores".

Fonte: COPEL Informações (1993, p. 3).

A maioria das informações sobre as obras de Salto Caxias não chegava diretamente aos atingidos, sendo que a maioria dessas populações desconheciam os

princípios jurídico-históricos que envolviam a construção das barragens. Por causa disso, as principais notícias circulam em forma de boatos nas vizinhanças, passando a ser encaradas com maior seriedade com aumento do fluxo de automóveis estranhos ou pela presença de aeronaves.

É importante analisar que nas primeiras colocações do governador sobre a matéria, referenciam-se as bravas iniciativas do estado e da COPEL no empenho de garantir a evolução paranaense por meio da ampla oferta de energia elétrica. A via ideal para noticiar o projeto básico de Salto Caxias é, citar sucessos de obras do mesmo gênero. Assim referenciam a prosperidade da barragem de Segredo. A organização das matérias do CI era própria da COPEL, articulando para que suas interpretações fossem passeadas em outras experiências, quando “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2015, p.37). Nestes moldes se organizavam as estruturas que as reportagens deveriam produzir.

Entre os elementos que reforçavam esse projeto hidrelétrico estavam suas dimensões territoriais, não sendo grande ou pequena, ou seja, perfeita para as condições das regiões abrangentes. Essa colocação do presidente Cacaes produz efeitos positivos, unindo a necessidade de aumentar a geração de energia com a lúdica interpretação de mínimos impactos às áreas atingidas. As falas políticas presentes na matéria estão entrelaçadas, pois na sequência do protocolo o ex-governador destaca a eficiência dessa empresa idealizadora, elogiando o desempenho de seus funcionários. Em sua perspectiva, compara a realidade paranaense com o restante do Brasil, enquanto alguns poucos estados se envolviam com grandes obras o restante do país estava estagnado.

As expressões desenvolvimentistas nas obras paranaenses eram nítidas, usufruindo de modelos técnicos eficientes na ampliação da qualidade de vida no campo e nas cidades, visto que as comercializações da energia produzida em Caxias estavam previstas para dezembro de 1998. Compreende-se nesse pronunciamento público a grande preocupação das lideranças políticas em fundamentar a necessidade do início dessas obras, para isso frisavam as vantagens econômicas ao estado, elencando a ampla responsabilidade da COPEL sobre esse setor.

Entretanto, não é mencionada a real situação social, cultural, econômica dos milhares de atingidos, muito menos as alterações que iriam sofrer. Nessa dinâmica capitalista, as alterações do espaço físico, nos âmbitos terrestres ou aquáticos, estão em planos secundários, visto que são desconsideradas suas relações com o território, “as

censuras mais radicais, mais seguras e melhor escondidas, estão aquelas que excluem certos indivíduos da comunicação” (BORDIEU, 2007, p. 06), como se tais regiões nunca tivessem sido ocupadas.

[...] a reiterada acusação de que a intervenção das empresas elétricas com vistas à implantação de aproveitamentos hidrelétricos é imposta de fora da região, desconhece suas realidades, e tem sido decidida sem a participação daqueles que sofrerão mais diretamente os efeitos da construção das barragens e usinas. (ARAÚJO; VAINER, 1992, p.10).

Os territórios que durante décadas ficaram à mercê das interferências do Estado, despertaram na segunda metade do século XX, interesses econômicos mercantilistas sobre seus elementos naturais, provocando “mudança no modo de apropriação dos recursos naturais se exprime na privatização de bens livres ou na interdição de sua exploração” (ACSELRAD; SILVA, 2011, p. 63). As terras utilizadas essencialmente de forma exploratória, com respectivos equilíbrios entre as necessidades humanas e as condições ofertadas pelo meio naturais, mantendo tradições de cooperação comunitária oriundas de seus antepassados, integraram os interesses do capital comercial elétrico.

A matéria do CI apresentada anteriormente envolveu vários aspectos, porém sem mencionar qualquer dado sobre os atingidos. Esse conceito passou a ser usado com mais frequência a partir de 1994, quando se publicaram, nesse material, os resultados do encontro que envolveu as populações afetadas com os dirigentes da COPEL, essa discussão visava esclarecer questionamentos sobre as obras e principalmente das indenizações. Esses princípios demonstram que os atingidos estavam inseridos num horizonte de incerteza, diante do que aconteceria quando a hidrelétrica estivesse pronta para o funcionamento.

Figura 6 - Reunião sobre as desapropriações dos atingidos da UHE Salto Caxias.



A comunidade esclarece todas as dúvidas nas reuniões

REUNIÕES

Para melhor informar sobre a Obra, a Copel promove reuniões de conteúdo didático e abertas a discussão, participação e debate dos pontos de interesse dos habitantes. Dezenas de encontros já foram realizados e assistidos por centenas de pessoas que residem na área de influência da usina.

As reuniões transcorrem em clima de tranquilidade e muitas dúvidas são esclarecidas. As mais frequentes dizem respeito aos procedimentos e prazos a serem cumpridos pela Copel na desapropriação, avaliação de terras e benfeitorias, pagamento de indenizações, relocação e reassentamento, além das consequências da obra sobre a economia regional.

Fonte: COPEL Informações (1994, p. 6).

A seleção de palavras é fundamental para projetar o sentido desejado ao texto e contexto, a exemplo da utilização do termo “*influência*” em vez de “*atingido*”. Essas palavras podem ser entendidas de várias formas, destacando-se no primeiro caso efeitos menos impactantes, sobretudo tratando-se de ações que uma pessoa ou objeto exerce sobre outra, influxo de poder em algo. No segundo caso, o significado é mais vigoroso ao reportar o mesmo que alcançado, ferido, humilhado, machucado, percebido, ultrajado, inadequado às características do discurso almejado pela COPEL, pois segundo Bourdieu para atingir a eficácia desejada, deve atender os seguintes princípios:

[...] ele é pronunciado por um locutor legítimo, isto é, pela pessoa que convém – por oposição ao impostor (linguagem religiosa/padre, poesia/poeta etc.); ele é enunciado numa situação legítima, isto é, no mercado que convém (no oposto do discurso do louco, uma poesia surrealista lida na Bolsa de Valores) e dirigida à destinatários legítimos; ele está formulado nas formas fonológicas e sintáticas legítimas (o que os lingüistas chamam de gramaticalidade), salvo quando pertence à definição legítima do produtor legítimo transgredir essas normas (BOURDIEU, 1977, p. 08).

O projeto básico desta obra tinha sido aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE através da portaria 332/94, autorizando o andamento do processo licitatório. Todavia, pela falta de esclarecimento institucional da provedora

desse investimento, somado ao medo de perder suas propriedades sem quaisquer direitos indenizatórios, essa população organizou-se na representatividade da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens no rio Iguaçu-CRABI. A atuação desse órgão ampliou as reuniões entre afetados *versus* COPEL, aumentando o público em debates que instruíam questionamentos aos critérios e cronogramas das indenizações, elemento não contextualizado na reportagem do CI. Para reunir vários atingidos no mesmo lugar, era necessário considerar as implicações dos deslocamentos, isso porque se trata de um projeto que influenciou diretamente nove municípios da região num período que o uso de automóveis era restrito a poucos, inviabilizando inúmeras participações em locais distantes.

As autoridades presentes na imagem da matéria representavam o protagonismo copeliano no esclarecimento de ‘todas’ as dúvidas pessoais, intenção pretensiosa comparada ao realismo social do público em questão. A problemática da plena interpretação começa pela organização do espaço, colocando alguns sujeitos em pontos mais elevados que os demais, transparecendo as relações de poder exercida pelos detentores de informações sobre a barragem – representantes da COPEL- em relação aos presentes no local. O modelo de reunião adotado constituiu barreiras subjetivas que bloqueariam a dinâmica do diálogo cotidiano entre atingidos, principalmente que em virtude de suas origens simples de baixa escolaridade evitavam o constrangimento de se expor nas amplas discussões. Essa situação alterou-se na medida em que a representatividade da CRABI demonstrava resistência sobre os descumprimentos dessa concessionária em determinações indenizatórias por direitos adquiridos, elemento responsável por agitações que movimentavam as reuniões, quebrando os protocolos de manipulação aos interesses da COPEL.

Buscava-se induzir que as reuniões ocorriam de forma tranquila, sem qualquer tipo de exaltação entre os representantes da concessionária em relação aos atingidos, justificando o comprometimento profissional da empresa no atendimento das necessidades populares. Entretanto, Atas de reunião entre essas mesmas partes, apresentam divergências em vários pontos, demonstrando inclusive disputas judiciais, como destacado na reunião de Barra Bonita, Município de Três Barras do Paraná no dia 14/06/1993, onde vários questionamentos dos agricultores eram feitos ao Engenheiro Gilson e ao superintendente de obras Simão da COPEL. Destaca-se:

Figura 7 – Ata de Reunião entre Copel e os Expropriados da UHE Salto Caxias.

Agric.: Apresentamos algumas propostas:

- Não há negociação sem a retirada do processo da COPEL contra os agricultores de Três Barras e adjacentes;
- Problemas sociais desde 1990;
- Tratamento pessoal entre COPEL e agricultores;
- Outras Usinas (Itaipu, Segredo);
- Engº. Gilson questionado sobre trabalhos realizados em Itaipu?

Simão: A origem do processo COPEL X Agricultores de Três Barras, deu-se devido a invasão por esses em área onde a empresa executava trabalhos de piqueteamento e demarcação. O Departamento jurídico da Empresa obrigou-se a tomar tal medida devido a defesa de seu patrimônio. O trabalho realizado pela Empresa nesta área estava autorizado por seu proprietário.

Gilson: Afirimo que há 18 anos não pertencia ao quadro da empresa. Na ocasião era proprietário de uma empresa que prestava serviço de regularização fundiária, por solicitação do INCRA. Áreas cuja ocupação era mansa e pacífica. Citou que o INCRA desapropriava baseando-se na medição executada pela sua empresa que emitia o título de posse posteriormente.

Fonte: Arquivo particular de Helio Bruning, gentilmente cedido ao autor. Acesso em: Jun./2017.

A quantidade e complexidade dos questionamentos apresentadas na Ata por parte do agricultor se deu pelas atuações dos representantes que integravam a CRABI, trabalhando em defesa dos atingidos. Para isso foi necessária a formação de lideranças que se constituíram por meio de instruções de outros movimentos barrageiros, trocando experiências em dificuldades e obstáculos vivenciados. Esta organização tinha em seu plano de ação o objetivo de “representa os interesses dos atingidos frente às empresas, autoritárias e outras entidades que de alguma forma estejam envolvidas na questão” (CRABI, 1997, p. 03). A denominação usada – agricultor- esconde o atingido, palavra não mencionada nos conteúdos dessa reunião. A postura do responsável pela superintendência de obras de geração, engenheiro Simão, quando indagado do processo movido pela COPEL sobre a população adjacente era de exclusiva indignação, visto que a empresa *obrigou-se* a tomar essa atitude em virtude da *invasão* dos mesmos em áreas de demarcação. Essas duas nomenclaturas destacadas estruturam a ideia de que não existia alternativa a ser tomada, necessitando urgentemente o amparo jurídico para evitar a repetição desse ato, legalizando a realização de seus trabalhos.

Esta ata expõe dimensões não divulgadas pelas revistas da Copel Informações, intencionando evitar quaisquer desgastes públicos em discussões polêmicas, ameaçando negativamente a formação de opiniões favoráveis à ampliação da oferta de energia elétrica e conseqüentemente da construção da UHE. A manipulação de reuniões pacífica, sem perturbações ou distúrbios em problemas tumultuados foram desfeita, demonstrando as particularidades nos conflitos e choque de interesses entre ambas as partes envolvidas.

O responsável pelo departamento do reservatório, engenheiro Gilson, apresenta os processos técnicos utilizados por sua empresa em desapropriações requeridas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, relacionando com a expropriação que seria feita em Salto Caxias, ou seja, os atos de rebeldia seriam insignificantes frente às concessões judiciais da COPEL. Nessa prática discursiva se identifica o jogo de interesse por meio dos não ditos, relacionando “o que é dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2006, p. 44). As desobediências jurídicas da população atingida deveriam tornar-se insignificantes durante as reuniões, mas paralelamente seriam silenciadas em meios de comunicação, evitando grandes repercussões a ponto de despertar criticidade nas opiniões públicas, incentivando novas invasões.

A consistência dos conteúdos registrados em atas era desconhecida pela grande sociedade civil paranaense, dando a entender que as negociações entre ambas as partes envolvidas ocorriam sem qualquer problema, isso porque os noticiários de maior circulação urbana não publicavam dados regulares sobre o andamento dessas atividades, frisando apenas as etapas concluídas da obra. A possibilidade de contraposição em argumentos analisados nessa dissertação, contando com variedade significativa de fontes, tais como Atas e Correspondências, só foi possível mediante consulta ao acervo particular de Hélio Bruning, morador de Três Barras do Paraná. Esse nome surgiu por meio de vários encontros com as famílias atingidas, exercitando a lembrança dos contextos que vivenciaram, quando suas narrativas lembravam personagens que participaram de momentos significativos na luta pelo reconhecimento de garantias indenizatórias. A partir disso, buscou-se o contato desse prenome juntamente com possíveis contribuições orais e documentais, resultado de sua participação junto às

lideranças sindicais da CRABI, com isso descobria-se a existência de raros registros dessa organização que está inativa há vários anos.

A falta de arquivos documentais é resultado de desintegração dessa comissão, entretanto não se sabe ao certo quando isso aconteceu, entendendo-se em contínuo processo que se intensificou a partir dos anos 2000. Com isso, muitos documentos, como papéis oficiais, impressos, manuscritos, cartas e fotografias se perderam ou foram descartados como lixo. Paralelamente à extinção da CRABI, o Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB incorporava dimensões nacionais na luta contra hidrelétricas, resultado do acúmulo de experiências articulados em encontros e congressos nas décadas de 1980-90.

[...] foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil – Março de 1991-, onde se decide que o MAB – movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março é instituído como Dia Nacional de Atingidos por Barragens, sendo celebrado em todo o país. (MAB, 2011, p. 01).

Durante as lutas por recenseamentos justos aos atingidos pela UHE de Salto Caxias, o MAB não era agente protagonista na organização de reivindicações, ou seja, por mais que suas dimensões fossem nacionais, os poderes de atuação ainda estavam sendo adquiridos, atingindo amplo reconhecimento ao longo das décadas seguintes.

Os documentos do arquivo de Élio Bruning possibilitaram relacionar com conteúdos não abordados nas matérias do CI, analisando os poderes na manipulação de informações sobre acontecimentos revoltosos que poderiam abrir margens para divergências públicas na construção da barragem. Os posicionamentos contrários a esse empreendimento começaram muito antes do início das obras ou das reivindicações da CRABI. Em 1987 a população atingida solicitou através do sindicato de trabalhadores rurais do município de Dois Vizinhos, amparo institucional do governador do Estado contra a instalação da UHE nesta região.

público com o empresarial. Para isso, usa-se os princípios de interdiscursos, ou seja, as relações de multiplicidade discursiva elaborada historicamente, mantendo ou alterando seus sentidos conforme as necessidades políticas. Na resposta ao Sindicato de Dois Vizinhos, entre as justificativas do empreendimento está:

Figura 9 – Resposta da COPEL ao Sindicato de Dois Vizinhos-PR.

o crescimento do consumo — que é permanentemente acompanhado pela COPEL e pelas demais empresas do setor — tanto as turbinas de Itaipu como as demais obras já programadas se afiguram imprescindíveis. Basta dizer que — só para manter o atual nível de confiabilidade do fornecimento de energia elétrica — é preciso implantar, nos próximos dez anos, usinas cuja potência deve equivaler à de três usinas de Itaipu.

Fonte: Arquivo particular de Helio Bruning, gentilmente cedido ao autor. Acesso em: Jun/2017.

Nessa perspectiva o esforço em aumentar a geração de energia não poderia acomodar-se na grandiosidade de Itaipu, isso porque segundo os dados citados acima indicavam aumento significativo do consumo nas décadas seguintes, necessitando de novas fontes elétricas que fossem de baixo custo, mas ao mesmo tempo eficientes para comportar a crescente demanda. Esses elementos concretizam a certeza de que a construção de Salto Caxias era uma questão de tempo, motivando a organização social dos atingidos em torno da CRABI, buscando fortalecer-se para reaver melhorias compensatórias. As instruções básicas desse movimento pautaram-se principalmente nas experiências relatadas por atingidos de outras barragens, enfatizando dificuldades e obstáculos enfrentados durante as negociações.

[...] o sucesso do projeto de reassentamento coletivo de Caxias esteve vinculado à organização e à resistência política dos agricultores sob a liderança de importantes organizações sociais, como a CRABI, a Pastoral da Terra e o MAB, que vieram em socorro dos agricultores porque estes perceberam, através de vistas dos colegas de Segredo, os problemas que enfrentaram nas negociações com a Copel. (RAMOS, 2005, p. 195).

O êxito dos reassentamentos em Salto Caxias envolvem essencialmente os princípios reivindicados, estes se estruturavam em duas formas distintas para indenizar os afetados em relação aos bens materiais perdidos. Primeiramente através das cartas de crédito, quando técnicos da COPEL e lideranças da CRABI avaliaram a partir de critérios financeiros os valores das propriedades atingidas, pagando determinadas

quantias para que os indenizados aplicassem segundo seus interesses. A outra forma empregada foi à estruturação de novas propriedades em reassentamento, onde as quantias territoriais basearam-se na força de trabalho familiar. Esses projetos estavam sendo construídos em localidades distantes das áreas afetadas, situação que desagradou parte dessa população que não queria morar em espaços estranhos. Assim formou-se a terceira forma de indenização defendida pela CRABI, reivindicando a permanência desses sujeitos em reassentamentos construídos nos próprios municípios atingidos.

A atuação da CRABI tornou-se essencial na criação de “identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, [...] projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p. 336). O fortalecimento do movimento reivindicatório foi fundamental para enfrentar as resistências feitas pela COPEL, possibilitando concessões indenizatórias mais justas. A construção da barragem já estava em andamento e muitos atingidos não possuíam clareza do que aconteceria quando as obras fossem concluídas. Essa angústia misturava medo, incerteza e temor que aumentou quando visualizaram o desvio do rio Iguaçu para início da primeira etapa do projeto. Nesse período, já tinham absoluta certeza de que suas propriedades ficariam embaixo das águas, e que esse reservatório apagaria muitas lembranças, bem como suas referências identitárias. Esse contexto motivava a integração desses afetados junto à CRABI. Tais elementos não compunham as abordagens do CI, o qual se preocupava com a geração de energia, aspectos verificáveis na reportagem a seguir.

Figura 10 – Anúncio sobre o início das Obras da UHE de Salto Caxias.

TUDO PRONTO PARA O INÍCIO DA BARRAGEM

NUM LEITO MENOR, RIO IGUAÇU CORRE COM MAIS VELOCIDADE

Está concluída a primeira fase do desvio do Rio Iguaçu junto ao canteiro da futura Hidrelétrica de Salto Caxias. No início de agosto foi completada a ensecadeira da margem direita, uma barragem auxiliar de enrocamento com núcleo de argila de 930 metros de comprimento e 25 metros de altura em forma de “U”. Essa ensecadeira isola a parte do leito original onde serão construídas as adufas (galerias em concreto por onde o Iguaçu será desviado no final do ano que vem) e, acima delas, a estrutura do vertedouro e de parte da barragem. Serão 15 adufas, cada uma com 4,35 metros de largura por 10 de altura. Elas serão definitivamente fechadas em setembro de 1998, quando for iniciado o enchimento do reservatório.



A ensecadeira de primeira fase da Usina de Salto Caxias

Fonte: COPEL Informações (1995, p.11).

O título “*Tudo Pronto para o Início da Barragem*” configura o entendimento de estar concluída por completo, porém é só a primeira fase do desvio do rio Iguaçu que foi concluída. Como o texto é afetado pelas condições de produção, desconsiderou a importância de mencionar o andamento das indenizações realizadas até então às populações atingidas. Os conteúdos incorporados pela revista resultam de ideias antecipadamente planejadas, objetivando de produzir significados específicos, ou seja, marcar para setembro de 1998 o enchimento do reservatório que conseqüentemente resultará no aumento da eletricidade paranaense. Esse procedimento é permeado por elementos técnicos, apresentando as particularidades dimensionais, classificado numericamente as alturas, larguras e profundidades da estrutura física da usina relacionando aos componentes oriundos do rio Iguaçu, assim enaltece a capacidade humana em desenvolver habilidades para dominar e usufruir dos benefícios que a natureza oferecer.

Os encaminhamentos sobre múltiplos impactos proporcionados pela obra não são apresentados na matéria, isso é “para justificar projetos hidrelétricos de grande impacto ambiental e social, seus apoiadores utilizam uma retórica que remete à ideia de bem comum e interesse nacional que tais obras representam” (PINTO, 2012, p. 26). O discurso constrói significação, levando este objeto a ser apreciado no entendimento

social como sinônimo de evolução tecnológica e econômica. Entretanto, paralelo aos anúncios de início às obras, fundava-se a certeza que a esfera atingida perderia referências culturais e simbólicas, isso implicaria nas formas de reorganização social quando se formasse o reservatório. Nas perspectivas do setor energético é fortemente utilizado o termo desenvolvimento, amarrado ao consumo de novas mercadorias.

Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessa. (PORTO-GONÇALVES, 2016, p. 170).

A vida urbano-industrializada necessita da eletricidade para evoluir, sendo assim, dependentes das grandes matrizes geradoras, as barragens. Os elementos progressistas também foram utilizados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES na elaboração e apresentação do Termo de Referência sob o Projeto de Desenvolvimento Associado à UHE Salto Caxias, objetivando “avaliar e potencializar os impactos positivos da obra, tanto em termos da área diretamente afetada pelo empreendimento, como daquelas áreas que, por aproximação ou por estímulo, possam ser influenciadas por ações conjuntas” (IPARDES, 1994, p. 02). Esses argumentos exercitam a valorização dos benefícios que abrangeriam muito além da área diretamente afetada, colocando a Hidrelétrica como solução referente aos problemas regionais enfrentados. A análise feita por este órgão mergulhava inteiramente nos princípios econômicos de consumo industrial do sistema capitalista, considerando ultrapassadas as múltiplas relações que ainda se mantinham nos espaços que a Usina ocuparia.

Uma análise dessa região deixa antever que sua dinâmica econômica é ainda relativamente muito frágil, o que tem conduzido a perdas populacionais crescentes e a uma incapacidade de explorar todo o potencial produtivo da área. A execução de um projeto do porte de Salto Caxias parece constituir um momento impar para viabilizar alternativas que permitam à região alterar a sua inserção na economia do estado. (IPARDES, 1994, p. 02).

A principal caracterização econômica regional pode ser resumida na palavra frágil, intencionando destacar que essa estrutura se quebraria facilmente em pouco tempo, isso porque não possuía firmeza e estabilidade em suas relações, diferenciando-se dos padrões capitalistas. Além disso, ressalta-se a incompetência no aproveitamento dos recursos livremente disponíveis na região. Entretanto, os entendimentos populares eram voltados para extraírem aquilo de que precisavam, mas não quer dizer que se incluía na incessante busca pelo excedente financeiro lucrativo. Esse contexto caracteriza as divergências ideológicas nas relações sociais. Enquanto uns defendem a interrupção exploratória na acumulação de bens materiais para o desenvolvimento tecnológico, outros atuam em consonância com suas necessidades em consideração aos ciclos da natureza produtiva.

A compreensão do IPARDES vincula-se estreitamente às ideologias do governo estadual, reconhecendo na UHE a chave fundamental para resolver as dificuldades de desenvolvimento nessa região, além de contribuir para a progressão paranaense. Os empecilhos que atrapalham essa evolução no Sudoeste ainda faziam parte das heranças arcaicas coloniais e suas relações com o território. Essa realidade ultrapassada deveria sofrer drásticas alterações, ampliando suas potencialidades econômicas segundo as perspectivas do mercado agroindustrial. Os atingidos deveriam se transformar em pujantes agricultores atualizados ao mercado financeiro, agora com as terras recebidas nos reassentamentos poderiam progredir mais facilmente, isso porque poderiam usar máquinas e agrotóxicos em seus cultivos agrícolas. Esse não era o imediato entendimento desses indivíduos que ainda buscavam referenciais norteadores das atividades cotidianas na adaptação com a propriedade recebida, precisando da lenta atuação temporal para compreender a rápida transformação entre o colono que passou à categoria de atingido por barragem e se encontrava na condição de reassentado.

2.3 O Ser Reassentado em Salto Caxias

As Hidrelétricas ocasionam múltiplos impactos ao meio físico, econômico e social que se somam às desapropriações compulsórias. Visando amenizar essa situação, as concessionárias realizam várias obras como forma de compensação às transformações proporcionadas. Antes de contextualizar as dificuldades enfrentadas nos reassentamentos, serão analisadas as melhorias estruturais destinadas aos municípios afetados de Salto Caxias, as quais objetivavam ampliar positivamente as opiniões

públicas a respeito da instalação da usina, bem como constituir alianças políticas municipais na exploração econômica de seus recursos naturais. Essa perspectiva inicia-se como parte do amplo investimento destinado às pequenas cidades, que registraram os maiores índices de investimento.

Figura 11 – Os Investimentos financeiros efetivados na região afetada pela UHE.

MUNICIPIOS DA REGIAO RECEBEM INVESTIMENTOS

Além do alagamento de uma área de 108 quilômetros quadrados para a formação do reservatório de Salto Caxias, os municípios afetados estão enfrentando o súbito aumento da população. Em vez de uma vila residencial no canteiro de obras, os trabalhadores da usina foram instalados nas cidades vizinhas. A previsão é que o número de trabalhadores chegue a três mil (500 da Copel) no pico das obras da usina.

Daf surgiu outra dimensão fundamental do projeto ambiental de Salto Caxias: o apoio aos municípios. "A idéia é que a obra não traga somente impactos negativos, mas possa ser um impulso para o desenvolvimento da região", explica Terezinha Kolz Bruno, da equipe da CNEA. Os municípios diretamente afetados pela usina são Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Boa Esperança, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste e Salto do Lontra.

A lista de programas e ações nos municípios atingidos ocupa dez páginas, e envolve desde a construção e reforma de colégios e postos

ração do Rima, são proporcionais ao impacto sofrido pelo município. Assim, os principais beneficiados são Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida e Nova Prata do Iguaçu.

Nem tudo, porém, está sendo custeado exclusivamente pela Copel. "Sempre que possível, procuramos parcerias com órgãos governamentais para a antecipação de investimentos já previstos ou para a inclusão dos municípios afetados em seus programas", explica Terezinha. Foi assim, por exemplo, que surgiu o curso de formação de auxiliares de enfermagem, já desenvolvido pela Secretaria da Saúde em outras regiões do Estado. A Copel bancou o pagamento dos professores e trouxe o curso para Capitão Leônidas Marques.

Nas próximas edições, o CI vai publicar reportagens especiais sobre os principais programas. ■

Antônio Fonseca dos Santos (CNEA) faz entrega de ambulância em Três Barras do Paraná

Posto de saúde construído em Capitão Leônidas Marques (distrito de Alto Alegre do Iguaçu)

Ampliação da Escola Cristo Redentor, em Nova Prata do Iguaçu

Escola construída pela Copel em Boa Vista da Aparecida

16 COPEL INFORMAÇÕES Novembro

Fonte: COPEL Informações (1995, p.16).

O primeiro parágrafo dessa reportagem aponta uma das principais problemáticas enfrentadas pelas cidades atingidas na construção de barragens, o aumento populacional. Existem diversos grupos especializados - pedreiros, pintores, motoristas, eletricitas - que migram de região à região, acompanhando as diferentes faces dessas obras; situação que momentaneamente congrega vários benefícios aos comércios afetados, os quais entusiasmados com o aumento das vendas ampliam seus espaços

físicos e o número de funcionários. Porém, a mesma matéria não apresenta argumentos sobre o impacto econômico que essas cidades receberam após o término das obras, situação que virá inverter rapidamente a situação favorável. Essa circunstância fez com que muitos empregados fossem demitidos, instigando a evacuação de milhares de pessoas aos centros urbanos maiores em busca de serviço. Isso esvaziou demograficamente os locais atingidos ao mesmo tempo em que ampliou os problemas sociais enfrentados nas grandes cidades.

Em contrapartida, a ideia de que o responsável pelos investimentos adquiridos era a Hidrelétrica foi reforçada, valorizando a construção dos postos de saúde, escolas e entrega de ambulâncias. Os argumentos descritos na matéria apresentam o compartilhamento ideológico da Copel com Estado, cúmplices em projetos desenvolvimentistas. Isso se fundamenta na influência da Companhia de Energia Paranaense em conseguir antecipar recursos que estavam previstos para os municípios atingidos, demonstrando o caráter político envolvido na obra.

O avanço na infraestrutura conflitou-se com os interesses dos atingidos, os quais conscientizados pela CRABI ampliaram os debates com lideranças da COPEL, característica distinta na historiografia sobre as barragens¹⁹. A atuação sindical rendeu benefícios a centenas de agricultores, sendo que os mesmos reconhecem a importância desse órgão. Para melhor contextualizar esse elemento, analisaremos as falas dos atingidos que apresentam a importância dos benefícios adquiridos pela CRABI.

Os benefícios que eles trouxeram, na verdade que a Copel não por que quem correu mais de atrás foi eles, nois ajudemo, mas eles correram mais. A Copel não tava aceitando esse tipo de coisa que conforme saiu, ai eles foram pra cima fazendo os acordos fazendo os acertos com a Copel. Então na verdade esses acertos do reassentamento, as casas do jeito que nois peguemo, os galpão foi tudo eles que fizeram e, foi a importância que eles trouxeram para nos né [...]. (Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 20/05/2017, por Miguel Abatti).

Da mesma forma, o senhor Antônio Coelho apresenta sua concepção sobre a importante atuação da CRABI, para os atingidos.

¹⁹ Nos trabalhos acadêmicos desenvolvidos por RAMOS, Renê Wagner e GERMANI, Inez Guiomar, sobre as hidrelétricas construídas na década de 1970-80, descreve a grande resistência por parte das concessionárias energéticas em estabelecer amplos diálogos com as comunidades atingidas, discutindo as formas de indenização em relação aos bens perdidos. Situação que se alterou com em Salto Caxias a partir do maior envolvimento sindical das populações.

Se não fosse a CRABI nois não tava aqui, por que a organização deles era imensa né, que quantas vezes de nois sai com o Camilo e a Margarete pra pode sai pra fora pra Curitiba, pra São Paulo fui umas quantas veis. Pra mode de organizar os terreno ai né na época. Por que essas indenizações ai não foi, pra muitos foi tranquilo pegar, nunca foi atrás né, agora pra genti igual eu, o Carlo de Oliveira a Cleusa o ponpilho, esse caras ai, nois batalhamos bastante pra poder direito ao reassentamento[...]. (Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 13/05/2017, por Antônio Coelho).

As organizações formaram o elemento ímpar durante as reivindicações, auxiliando a constituir base de resistências no cumprimento dos acordos estabelecidos em reuniões e assembleias. Entretanto, a relutância da empresa em colocar na prática as concordâncias definidas coletivamente, forçou os atingidos a protestarem pelos seus direitos que estavam em “[...] atraso de quase um ano no cronograma de indenizações leva a CRABI a mobilizar, no dia 14 de março de 1995, mais de 4 mil atingidos no canteiro de obras da barragem” (PARMIGIANI, 2006, p.118). Os agricultores acusavam o descaso da COPEL referente às indenizações, persistindo num caráter autoritário herdado da construção de outras hidrelétricas.

Figura 12 – Manifestação dos Atingidos pela UHE de Salto Caxias no Município de Boa Esperança do Iguaçu.

Gráfica e Editora Berzon
523-2296
524-1486

Resposta
Realmente durou pouco a "lua-de-mel" entre os professores da rede estadual de ensino e o governador Jaime Lerner, de quem foram os maiores cabos eleitorais. Na tarde de quarta-feira, centenas de professores se concentraram em frente ao Palácio Iguaçu, cobrando de Lerner os compromissos assumidos em campanha, principalmente no que diz respeito ao aumento de salários do magisterio. Entre os professores, é crescente o arrependimento por haverem acreditado nas promessas do governador curitiboca.

TRIBUNA REGIONAL
Francisco Beltrão, 01 de setembro de 1995
Ano I - Nº 19 - R\$ 0,50 -

Salto Caxias: Copel aceita pedidos dos reassentados

Em reunião marcada por um clima de cordialidade entre os produtores rurais que terão suas terras inundadas pela formação do Lago da Usina de Salto Caxias e representantes da Copel, a empresa concordou em dar prioridade para reassentar em seus municípios de origem as milhares de famílias de agricultores, que por sua vez, aprovaram preliminarmente as 30 áreas já fiscalizadas por via aérea e terrestre pela Copel, totalizando 12.473 alqueires, no Oeste do Paraná. A reunião aconteceu na Prefeitura de Nova Prata do Iguaçu, na manhã de terça-feira, oportunidade em que o prefeito Edgar Scotti (PP), disse ter 320 alqueires disponíveis em seu próprio município, área suficiente para reassentar pelo menos 20 famílias. A Copel, através de seu representante Gilson Beckert, disse que terão prioridade nos assentamentos as famílias cujas áreas alagadas estejam mais próximas do local onde será construída a Usina.

Frigobel
Os agricultores preferem uma área de topografia acidentada, de sua terra, áreas planas longe do município de origem.

Fonte: JORNAL TRIBUNA REGIONAL, n.19, p.01, 01 set.1995.

A imprensa jornalística estava entre os principais veículos de informações ao público inter-regional sobre os desdobramentos de Salto Caxias. Assim coube a ela “Além da tarefa informativa, (...) na condição de intermediária entre o governo e os cidadãos, expressar a opinião pública. Nesse sentido, a imprensa se constituiu como uma instituição pública” (CAPELATO, 2015, p. 121). As transformações estruturais do século XX reordenaram os propósitos empresariais jornalísticos segundo a lógica comercial do lucro. Desta forma aproximaram-se dos princípios discursivos afirmados pela COPEL, disseminando impressões desvirtuadas sobre as negociações. O título da matéria propõe a ideia que a Copel recebeu de boa vontade os pedidos dos reassentados, porém essas pessoas ainda eram atingidas, pois não haviam recebido suas indenizações, sejam estas por terras ou cartas de crédito.

Para contextualizar as circunstâncias sociais desse período, como era objetivo do jornal, é necessário compreender suas multiplicidades interpretativas, “cujas dimensões e significados variam cujos limites se superpõem e se recortam, de tal modo que, num ponto qualquer do planeta não estará no interior de um, mas sim, de diversos conjuntos espaciais definidos segundo variáveis também diversas” (CARDOSO, 2005, p. 38). Na exuberância de enunciados jornalísticos, prevaleciam as inspirações que valorizavam o protagonismo econômico hidrelétrico naquele território.

Sem fazer mencionar as tensões que se desdobraram nos canteiros da Usina, o jornal enfatizava que as reuniões entre Copel e Atingidos eram “*marcada por um clima de cordialidade...*”, referindo-se aos ideais de afeto, carinho ou amizade, conceitos que não faziam parte daquele contexto. Além disso, os enunciados “*Copel aceita pedido dos reassentados*” e “*Reassentados reúnem-se novamente com a Copel*”, eram usados intencionalmente com objetivo de mascarar os acordos desrespeitados pela concessionária, ao mesmo tempo em que ampliava o marketing da Copel aos leitores, caracterizando-a como empresa interativa e acolhedora das demandas populares. Porém, era inquestionável seu comprometimento assumido em 20 de agosto de 1993 quando estabelecia os princípios básicos para o remanejamento da população atingida, em que “As famílias deverão ser relocadas ou reassentadas sempre que possível no mesmo bairro rural ou município” (COPEL, 1993, p. 03). É notório que o manifesto de 1995 pelos atingidos de Boa Esperança do Iguaçu, cuja pauta principal era de permanência no município de origem, justifica-se por esse princípio não ser respeitado, obrigando-os a

protestar para permanecer nessas localidades, já que a hidrelétrica seria construída de qualquer forma.

Salto Caxias retirou milhares de pessoas das encostas declivosas do rio Iguaçu para acomodá-las em áreas produtivas e planas, propícias ao desenvolvimento econômico. Porém esse deslocamento “[...] forçou os produtores rurais a lidar com novas condições ecológicas caso eles quisessem manter seus modos de vida. Fatores como declividade, acidez do solo, fertilidade, umidade e microclima diferem significativamente nas encostas e nos campos” (MORETTO; PULICE; ROQUETTI, 2017, p. 125-126). Essa inexperiência proporcionou dificuldades para encontrar a forma ideal na reorganização dos trabalhos nos reassentamentos, isso porque estavam habituados a preparar o solo com meses de antecedência utilizando a força animal, para em seguida realizarem o plantio manualmente. As transformações exigidas refletiram expressivamente na ressignificação dos espaços ocupados, sobretudo pelas técnicas agrícolas que não mais poderiam ser usadas. Outro elemento que implicou na acomodação desses sujeitos era a certeza de nunca mais conseguir visualizar as terras onde passaram a maior parte de suas vidas, pois o reservatório da Usina apagou as simples paisagens que davam sentido para as vivacidades daqueles espaços. Porém, a ênfase da Copel estava em elencar positivamente os avanços econômicos que o empreendimento proporcionou a esses sujeitos.

Figura 13 – Reportagem sobre a Realocação dos Atingidos por Salto Caxias.



Fonte: COPEL Informações (1998, p. 6).

A titulação da matéria apresentada desconsidera as organizações socioculturais existentes nas comunidades afetadas, pautada em princípios econômicos do capitalismo industrial, buscava inserir os sujeitos reassentados no ciclo de acumulação de bens, lutando pelo aumento dos lucros. A nova vida referia-se aos conjuntos de transformações nos hábitos e costumes que moldariam as maneiras de se viver, por meio disso, buscava fortalecer a concepção de que os atingidos deveriam agradecer à COPEL e à barragem de Salto Caxias por retirá-los do atraso que se encontravam, disponibilizando-os novas perspectivas para desenvolver-se. A imagem da simples moradia contida na fonte reforça a estagnação evolucionista nos bens econômicos das comunidades atingidas, não demonstrando perspectivas de alterações nas próximas décadas, em outras palavras, o salto progressista que a hidrelétrica proporcionaria em uma década era equivalente a séculos dos atingidos.

O que empiricamente se detém do que ocorreu até o momento no processo de alagamento sistemático de territórios é que as estratégias de gestão até agora postas em prática, tanto no ciclo estatista-militar quanto no —neoliberal, têm sido desastrosas para as comunidades e para o meio ambiente, já que pautadas no desenvolvimentismo, que sob a lógica do capital torna-se —desenvolvimento a qualquer preço. (ESPINDOLA, 2009, p. 102).

Os desenvolvimentos proporcionados pelo setor elétrico são extremantes desiguais, auxiliando os mecanismos monopolistas dos capitais financeiros. Essa constatação pode ser analisada na forma como os reassentados desenvolviam suas práticas agrícolas, conservando os hábitos de seus antepassados que não foram modificados na mesma proporção como aconteceu com as terras, provocando insucesso agrícola e conseqüentemente o endividamento. Como se tratava de cultivos técnicos na extração de excedentes, segundo a lógica globalizante do capitalismo, em pouco tempo muitos indenizados começaram a vender ou a trocar suas propriedades, favorecendo hegemonicamente aos grandes proprietários da região.

A COPEL disponibilizou equipes técnicas temporárias para monitorar e orientar, do plantio à colheita, as lavouras desses produtores, porém a insuficiência desse serviço foi tão grande que não evitou o abandono rural. Esse contexto retirou os reassentados de suas atividades cotidianas, ainda mais que os serviços eram feitos por meio de máquinas, concentradas no cultivo extensivo da soja. Essa dinâmica econômica “[...] longe de produzir um cenário de integração entre as diversas regiões do globo, a lógica

seletiva do capital atinge de maneira distinta determinadas regiões e camadas sociais, resultando numa distribuição desigual dos impactos e riscos decorrentes das atividades produtivas” (OLIVEIRA; ZHOURI, 2007, p. 119).

Os pequenos municípios atingidos não possuíam grande diversidade econômica, concentrando seus recursos essencialmente na agricultura ou pecuária, as quais semanalmente traziam os interioranos aos pequenos centros urbanos em busca de utensílios voltados às atividades do campo. Esse contexto contribuiu para a COPEL e o Estado justificarem as intervenções territoriais com hidrelétricas, sempre envolvido no manto dos discursos desenvolvimentistas.

Para analisarmos melhor as relações de poder entre as legislações ambientais, a construção dos reassentamentos e as readaptações sociais, aprofundaremos no próximo capítulo discussões sobre consequências das transformações cotidianas proporcionadas pela construção de barragens sobre as representações simbólicas dos instrumentos que envolvem o ser atingido. Para alcançar esse propósito, as entrevistas orais concedidas por sujeitos que vivenciaram tais alterações foram de suma importância, possibilitando questionar os discursos evolucionistas disseminados pela COPEL através da geração e distribuição de energia elétrica no Paraná.

CAPÍTULO III -

Disputa pelo Território - Sentido e Memória

Partindo da perspectiva de exploração dos recursos naturais, especialmente os casos das hidrelétricas que abrangem diversas regiões do Brasil, serão contextualizados as significações dos territórios entre as principais partes envolvidas nos processos de licenciamento ambiental: atingidos de um lado e as concessionárias de outro, essas contam com a colaboração do terceiro elemento, o Estado, que contribui essencialmente nas articulações jurídicas favoráveis aos grandes projetos de desenvolvimento. A problematização dos sentidos empregados sobre os territórios afetados, parte das memórias e suas historicidades individuais - coletivas, para isso, as fundamentações da história oral são de grande importância, pois “o ato de rememorar é em si um evento histórico de grandes proporções, no qual o passado é ressignificado, um resultado da experiência da rememoração da vida vivenciada” (NETO, 2013, p. 87).

As transformações das paisagens culturais e o ambiente físico irão compor a estrutura desse capítulo, confrontados aos princípios da legislação ambiental, a qual sofre vários questionamentos em virtude de suas falhas e alienações aos princípios instrumentais - econômicos do Estado. As consequências das políticas desenvolvimentistas refletem na desvinculação de milhares de pessoas das suas origens, formando assim, vazios demográficos com a finalidade de bloquear milhões de litros de águas, assegurados por grandes barragens, que são canalizados na movimentação das turbinas, consideradas os motores do progresso das nações evoluídas. Os resultados dessas atuações são assustadores, todavia, por ampliar drasticamente as desigualdades sociais, uma vez que os afetados não possuem competências para se prepararem adequadamente em relação aos impactos que sofrerão, perdem seus referenciais naturais, além de não serem reconhecidos como indivíduos portadores de direitos.

As disputas sociais promoveram a ampliação das alianças entre atingidos, intensificando os movimentos populares a partir da década de 1970, solidificando frentes reivindicatórias, contrárias ao autoritarismo legislativo. O auxílio recebido desses órgãos possibilitou avanço nas indenizações, porém estão longe de ser considerados ideais, entretanto vem ampliando a participação democrática em discussões ambientais, conforme verificaremos a seguir nas obras de Salto Caxias.

3.1 A Legislação Ambiental e suas Repercussões

A edificação de barragens causa inúmeros problemas, principalmente em obras mais antigas, isso porque não havia as exigências legislativas atuais, como a necessidade de realização dos Estudos de Impactos Ambientais - EIA, além do Relatório de Impactos Ambientais- RIMA, fundamentais no diagnóstico sobre as interferências que o empreendimento causa nas áreas direta ou indiretamente atingidas. Assim Martins (2004) discute sobre a importância dos estudos antes do licenciamento ambiental.

Entretanto, a complexidade dos problemas ambientais exige mais do que medidas pontuais que busquem resolver problemas a partir de seus efeitos, ignorando ou desconhecendo suas causas. A questão ambiental deve ser tratada de forma global, considerando que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se e utiliza os recursos naturais. Não é possível pretender resolver os problemas ambientais de forma isolada. É necessário introduzir uma nova abordagem decorrente da compreensão de que a existência de uma certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pela nações.(MARTINS, 2004, n.p).

Para milhares de atingidos, as hidrelétricas representam a destruição dos modos de vida que vigoram há gerações, expulsão das suas terras sem apresentação de planejamentos claros sobre as compensações financeiras que reproduzissem as condições semelhantes ao nível verificado antes das construções. Paralelamente, disseminam ideal que as hidrelétricas são fonte de energia limpa, barata e renovável justificando os interesses públicos ou privados. Quanto aos impactos negativos, são minimizados ou colocados sobre perspectiva de superação.

Entre as maiores polêmicas envolvendo a construção de UHE estão as questões de terras, essencialmente a partir da instrumentalidade jurídica em que são abordados esses territórios. Do ponto de vista constitucional, tais propriedades às margens do rio Iguaçu poderiam ser substituídas por meio da compra, troca ou venda, sobretudo por serem encaradas do pressuposto capitalista. Entretanto, as relações histórico-afetivas são desconsideradas, ameaça que fortificou o resgate do “sentimento de pertencimento a esse lugar se transmuta em declaração de identidade, com base nas experiências concretas, passadas e presentes, de que derivam e são selecionados significados, práticas

e valores compartilhados pelo grupo” (NOGUEIRA, 2009, p. 105). Baseando-se nisso, as barragens recuperam as particularidades que constituem os grupos sociais, aumentando suas resistências frente às concessionárias e os governos de Estado.

As histórias das regiões estão entre os caminhos percorridos para fortalecer esse sentimento identitário, vinculando estreitamente sujeitos e territorialidade, onde as experiências vividas marcam as particularidades dos espaços ocupados e seus direitos de posse. Dessa forma, a união em torno das características temporais é supervalorizada, atribuindo significados coletivos sobre o território almejado pelas hidrelétricas, diferenciando-se dos ideais jurídicos do Estado, voltados essencialmente ao progresso comercial. Essa conjuntura de conflitos requer fundamentação teórica das ciências sociais sobre o conceito de identidade e lugar, sobretudo pelo “compartilhamento de experiências (sejam sons, cheiros, símbolos, palavras, lugares, fatos históricos) que remetem o sujeito para um significado coletivo, frequentemente encapsulado pela memória do grupo” (NOGUEIRA, 2009, p. 107).

Em relação às populações atingidas, a identidade não é algo inflexível ou imutável, pois se constituem da multiplicidade de situações que compõem determinados contextos em diferentes períodos. Ao esclarecer os princípios que emergem do grupo, consegue-se localizar as estruturas dos movimentos sociais que reivindicam direitos num mecanismo de resistência dos princípios culturais. Tais características são mais nítidas a partir da constituição dos conflitos, pois “a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais” (LITTLE, 2004, p. 254). Entende-se por espaço algo que preexiste e do qual se formam os territórios, modificados ao longo do tempo pelas interferências humanas no estabelecimento de normas, valores, hábitos e costumes simbólicos em determinados ambientes. Os impactos causados pelas hidrelétricas são de múltiplos efeitos, destacando-se as mudanças nas relações sociais e retiraram o maior bem que essas pessoas possuem - a terra.

Mesmo com as atuais exigências legislativas em torno das concessões de licenciamentos ambientais, detecta-se que a “política ambiental nacional privilegia primordialmente os interesses do capital, respectivamente das empresas, sejam eles privados ou público” (LASCHEFSKI, 2011, p. 23). Isso se intensificou com os abusos e

violações que aconteceram durante o Regime Militar (1964-1985). A geração de energia personalizaria a aparência brasileira, deixando para trás os sinônimos do atraso monocultor para abrir horizontes à tecnologia, modernização e desenvolvimento. Por esse caráter inovador, muitas concessões continuam sendo agilizadas para suprir as necessidades da demanda industrial e acelerar o crescimento econômico nacional.

A ausência de controle nas concessões ambientais era tão grande que se tornou preocupante internacionalmente, principalmente com a ampla degradação da natureza, situação que impulsionou em 1972 a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada na Suíça onde reuniu as maiores influências mundiais para discutir a degradação dos recursos naturais. Essa pauta pressionou o Brasil em adotar uma Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o que aconteceu somente com a promulgação da Lei 6.938 de 31/08/1981, num discurso de equilibrar desenvolvimento econômico com a preservação ecológica, estabelecendo punições “ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos” (BRASIL, 1981, art.4º,VII).

Novas medidas legislativas foram incorporadas a essa política ambiental, como o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que assegura por meio da Resolução 01 de 23 de janeiro de 1986, no Art 2º que as Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10 MW, dependerão de elaborar estudos e relatórios de impactos ambientais. Entretanto, Karpinski aponta que tais legislações são problemáticas pela “falta de diálogo entre população e empreendedores nestes estudos prévios resultaram vários conflitos, pois as incertezas geraram muitas angústias principalmente entre aqueles que teriam suas propriedades alagadas” (2007, p. 33). O exemplo dessa prática está abordado na pesquisa desenvolvida por Renê Wagner Ramos sobre a Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga, construída entre 1987-1991 sobre o Rio Iguaçu diagnosticando que “embora a construção da usina tenha sido decretada em 1979, os relatos apresentados nas entrevistas indicam que as famílias atingidas passaram a ser informadas oficialmente, sobre o projeto e cadastradas pela Copel a partir de 1982” (RAMOS, 2005, p. 125).

É grande a exacerbação histórica das relações sociais com comunidades afetadas por barragens, sobretudo pelas ameaças e remoções compulsórias de indivíduos sem o amplo debate social, agravando a crise democrática. Esses conflitos são resultados de

diferentes projetos de sociedade, implantados pelas obras de geração de energia sustentável. A semântica de sustentabilidade se resignificou nas últimas décadas, principalmente pela ideia de gestão que se inclui na interpretação do termo, “este consenso aposta na possível conciliação entre os ‘interesses’ econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais” (ZHOURI, 2008, p. 97). Os princípios de minimização dos impactos ambientais são explanados enquanto falhas técnicas ou administrativas, facilmente resolvidas com uso de novas tecnologias ou em coerência nos planos de gestão.

Nas últimas décadas promoveram-se significativos avanços no âmbito da legislação ambiental, porém o maior desafio que se coloca diante das barragens é sua implementação. Essa conjuntura é concedida “[...] entre outros fatores, ao imediatismo das políticas econômicas centradas na ideia reducionista, ou melhor, no credo inarredável do desenvolvimento como crescimento econômico, verdadeiro valor cultural disseminado em nossa sociedade” (ZHOURI, 2008, p. 98). Os organismos economicistas dos Estados afetam os planejamentos do meio ambiente, quando o conservadorismo econômico sobressai à justiça ambiental, alegando que este último atrasa o desenvolvimento do país, dificultando sua inserção na globalizante economia mundial.

As injustiças ambientais iniciam-se essencialmente pelo desrespeito a diversidades culturais organizadas às margens dos rios ambicionados pelos projetos hidrelétricos, em cotidianos dotados de significações e vivências comunitárias construídas historicamente. A representação simbólica e as formas de uso do território são inadvertidas pelas políticas nacionais do meio ambiente, possuindo grandes lacunas em suas estruturas e em ordens procedimentais. Os conselhos de política ambiental elaboram concordâncias sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, compostos por representatividades governamentais e não-governamentais divididos nas altas hierarquias que controlam a entrada de novos membros ao mesmo tempo em que as decisões majoritárias ficam em mãos de minorias. O movimento de representatividades ambientais está na “[...] circulação de posições dos atores, ora em cargos públicos deliberativos, ora como consultores ambientais e mesmo como empreendedores” (ZHOURI, 2008, p. 100). Notoriamente, os agentes que comandam

grande parte das políticas ambientais estão ligados a perspectivas do capital financeiro, apropriando-se dos poderes constitucionais para mercantilizar os recursos da natureza.

[...] os agentes do campo da política ambiental terminam por promover o consenso de que a dinâmica do jogo que nele se joga deve estar limitada, por um lado, pelo cuidado em não obstaculizar os interesses da acumulação e, de outro lado, pela necessidade, para a própria sobrevivência do campo e dos proveitos que ele oferece a seus agentes, de obter “mitigações ambientais”. É precisamente nesses termos que os agentes podem se legitimar apresentando, à sociedade e a si mesmos, uma imagem do campo da “política ambiental” como um jogo sério e responsável, no qual os cuidados com a “defesa do meio ambiente” como um “bem público” não se curvam mecanicamente aos “interesses econômicos”, mas também não os obstaculizam “irresponsavelmente” (CARNEIRO, 2003, p. 78).

Na lógica capitalista exploratória, os elementos ambientais não devem atrapalhar o desenvolvimento econômico, mas precisam ser considerados em pautas jurídicas, evitando repercussões negativas aos projetos técnico-hidrelétricos. Por esse motivo, as indenizações compensatórias estão sendo discutidas na construção de barragens, lançando midiaticamente os valores orçamentários desses ressarcimentos como estratégia de comoção social sobre os avanços alcançados. As insignificantes propriedades atingidas são substituídas por áreas produtivas, slogan que viabiliza a apropriação dos recursos naturais sobre a ótica do mercado financeiro no usufruto dos recursos naturais. A representação de que as políticas ambientais visam ao bem comum de todos, mascara as relações de poder exercidas pelos pequenos grupos sociais na ambição de privilegiar seus princípios lógico-científicos.

As legislações ambientais brasileiras interpretam de forma desproporcional o grau de desenvolvimento entre os grupos envolvidos pelos projetos técnicos hidrelétricos, permeadas por elementos globalizantes. Os responsáveis legalizam as intervenções sociais ao meio ambiente justificadas pelo caráter econômico, descumprindo sua funcionalidade avaliativa perante a sustentabilidade dos programas energéticos. Os resultados obtidos através desse método concentram-se na marginalização das comunidades atingidas, excluindo-as dos debates sobre os impactos proporcionados pelas barragens numa constatação que revela a ausência de diálogo, em que os sujeitos afetados ficam sabendo da construção dessas obras quando as exigências legislativas estão bem avançadas. O EIA/RIMA devem contemplar diversas análises sobre as multiplicidades dos impactos que envolvem a obra, entretanto seguem os

roteiros pré-estabelecido pelo termo de referência disponibilizado pelos órgãos ambientais superiores, tornando-o falho por não envolver o público atingido e pelas cópias feitas de outros estudos, adequando somente dados específicos.

A maioria das normativas ambientais chega engessada, ou seja, prontas para serem executadas, sem priorizar as discussões com a participação das populações atingidas. Demonstração disso está na elaboração do RIMA, realizado por empresas de consultoria ambiental contratada pela concessionária provedora do empreendimento, ambos seguem a lógica mercantilista do capital, congregando elementos que viabilizem o funcionamento da obra.

[...] dessa estrutura, na qual convivem uma constelação de interesses institucionais e empresariais, bem como um conjunto de metodologias seguidas, resultam estudos de abrangência genérica, compartilhamento e, por vezes, muito distantes da realidade. Essa metodologia, inseridas na dinâmica que consolida a estrutura de produção de uma UHE, atendem plenamente às necessidades do mercado, na medida em que não incidem diretamente sobre a tomada de decisões – cumpre-se a legislação e não se inviabiliza o projeto. (LACORTE; BARBOSA, 1995, p. 31-32).

A grande dificuldade dos afetados em ter acesso às informações sobre o andamento dos licenciamentos ambientais está na burocratização documental mediante as solicitações formais, exigindo além dos longos deslocamentos, prazos específicos de entrega. Todavia, a maioria desses sujeitos provenientes de culturas simples não dominam os elementos técnicos utilizados nesses instrumentos normativos, deixando essas comunidades à mercê de representatividades sindicais que façam frente aos monopólios empresariais. Os obstáculos para acessar essas documentações se fundamentam nos mecanismos que são utilizados para desqualificar a legitimidade ocupacional dos espaços habitados, enaltecendo as hidrelétricas enquanto melhor projeto para o desenvolvimento regional, referenciando as atuais situações territoriais. Esses anacronismos podem ser observados no caso de Salto Caxias pelas incessantes contabilidades inclusas no EIA/RIMA, classificando o que pode ou não ser indenizado.

As propriedades rurais da Área diretamente afetada organizam-se em função das 48 comunidades identificadas pelo censo populacional e de estabelecimentos agropecuários, caracterizadas pela presença de uma igreja, cemitério, salão comunitário ou pavilhão de festas e escola, além de equipamentos de lazer como churrasqueira e, mais eventualmente, cancha de bocha, campo de futebol e uma bodega.

Estes conjuntos ocupam localizações estratégicas – cruzamento de acessos principais, elevações topográficas ou ponto de travessias de balsas. (RIMA, 1993, p. 525).

A intenção desse texto é reforçar o paradigma que as readaptações socioculturais dos atingidos por barragens aconteceriam naturalmente, desde que existisse a igreja, a cancha de bocha, o campo de futebol, etc. O sucesso dos reassentamentos favorece o discurso desenvolvimentista empregado sob as hidrelétricas, desqualificando as apropriações e os laços identitários estabelecidos nos ambientes afetados, valorizando a capacidade das concessionárias em desconstruir e reconstruir as sociabilidades existentes. O processo de compensação financeira quase sempre é polemizado, reflexo das organizações sociais que atuam na ampliação dos ressarcimentos para as comunidades atingidas, porém as financiadoras de hidrelétricas invertem os argumentos utilizados por estes mecanismos, condenando tais mobilizações por colocar em risco a soberania democrática das discussões públicas. As relações de poder se conflitam em dois lados, o primeiro contém os princípios jurídicos legitimadores do empreendimento e de outro as reivindicações sobre as perdas socioculturais. A vitória majoritariamente se concede ao mais resistente, desfavorecendo aos atingidos.

O aumento das reivindicações sociais impressionaram tanto as esferas estaduais e federais que as obrigaram a encontrar mecanismos que agilizem os licenciamentos ambientais. Entre as estratégias empregadas está a divisão dos técnicos responsáveis por análises que contemplam as exigências das leis em diferentes departamentos, dificultando localizar o indivíduo que originou as consultorias. É notório que a legislação ambiental brasileira está a serviço dos interesses progressistas-desenvolvimentistas, evoluídos e melhorados nas últimas três décadas do século XX e que por meio de sua atuação vem aniquilando centenas de sociabilidades ao longo do território nacional. As diferentes ambições sobre o território promovem o conflito e este “eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida” (ZHOURI, 2008, p. 98).

O principal problema na construção de hidrelétricas são as diferenciações dos projetos sociais que se colocam sobre o mesmo território. Essas áreas geralmente estão ocupadas por sujeitos que ainda preservam em seu cotidiano técnicas da agropecuária

herdadas de seus antepassados, contrapondo-se totalmente com a possibilidade de abandonar suas propriedades para dar espaço aos reservatórios. Por outro lado, as barragens demonstram visivelmente a ampliação de investimentos em locais até então abandonados pelo setor público, indicando crescentes otimismo no futuro próximo, essencialmente a partir da obra civil que melhorou as estruturas públicas dos municípios atingidos. As disputas territoriais promovem reordenamentos espaciais em duas contraposições, entre o sentido de nação colocado pelo Estado nacional e os valores regionalistas das comunidades afetadas. As hidrelétricas promovem “processos de reterritorialização, levados a cabo pelos grupos locais, os quais constroem novos discursos e identidades para o reconhecimento de seus direitos territoriais” (TEIXEIRA, 2011, p. 130).

As manifestações do Estado como centralizador das características que unificam os grupos sociais em seu respectivo território, partem da perspectiva progressista – economicista, exemplificada na construção de hidrelétricas. Paralelamente, as comunidades atingidas por esse empreendimento reorganizam-se socialmente em princípios de defesa sobre os vínculos de pertencimento com o território, assim se constituem processos de reelaboração cultural com novos sentidos para a afirmação desse grupo em seu espaço. Esse procedimento eleva esses sujeitos à categoria de agentes políticos ativos, abandonando as condições de objeto espectador frente aos avanços das políticas energéticas. O alicerce fundamental desses princípios está no conceito de territorialização, o qual envolve “[...] 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma nova identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado” (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

As noções administrativas do Estado-nação impõem divisões geográficas previamente estabelecidas sobre os territórios e as populações, repartindo-as para facilitação da gestão política. Os grandes projetos modernizadores –hidrelétricas- são impostos dessa mesma forma, provenientes de planificações macro para implantar-se em micro ambientes. Entretanto as esferas menores vêm se utilizando da coletividade organizada, como mecanismo de representatividades históricas na valorização cultural em relação ao território disputado. A partir de suas posses, esses sujeitos “[...] fazem

emergir discursos de valorização de seu território, de composição de uma identidade política, de resgate e recriação de sua memória coletiva.” (TEIXEIRA, 2011, p. 130).

A crescente necessidade de geração e distribuição de energia elétrica nas grandes economias industriais confrontou-se sequencialmente com a vivacidade de parcelas sociais afetadas por esses projetos, desconhecedoras da lógica funcional capitalista, obtiveram-se vários conflitos em oposição às medidas de desterritorialização e reterritorialização que seriam promovidas pela COPEL. As lutas pelo reconhecimento da apropriação territorial em Salto Caxias revelam a contraposição dos valores empregados sobre um mesmo espaço. Na visão do Estado é entendido como mercadoria, porém os afetados defendem as simbologias paisagistas em torno de seus cotidianos, demonstrando assim, as incompatibilidades compreensivas dos sinônimos de riqueza e pobreza. Para a construtora, tais territórios não demonstravam grandes valores monetários em virtude de sua baixa produtividade, entretanto as memórias coletivas apresentam interpretações diferenciadas ao serem indagados sobre as convivências comunitárias:

Era tudo vizinho bom, tudo genti boa. Que na verdade eu tinha me criado ali na época que vim ali, que depois vim para a boa esperança dai voltei pra lá di novo, a genti se criou ali. Ai eu estudei um pouquinho na aula, foi ali também na comunidade então a genti convivência foi boa assim com o pessoal. (Miguel Abatti²⁰).

O atingido pela Usina de Salto Caxias revela sua migração do município de Nova Prata do Iguaçu para Boa Esperança do Iguaçu, lindeiros do atual reservatório hidrelétrico. Porém, o mais importante de sua fala está na representatividade que a comunidade exerce na vida desse sujeito, referenciada pelos simples agrupamentos que se caracterizam pelas acentuadas coesões baseadas em acordos espontâneos pelos membros que constituem esse grupo. Está ausente a menção de riquezas, contudo evidenciam-se singelos vínculos de ligação afetiva entre a vizinhança, a qual foi composta historicamente pelas relações humanas na vinculação com os territórios ocupados, ou seja, todos os conhecimentos dominados por esses sujeitos são resultados de mesclas empíricas com os curtos períodos de escolarização. A sobrevivência desse sistema era possível graças à agricultura familiar, em que nem mesmo a baixa lucratividade diminuía ou eliminava a cooperação comunitária. As terras são entendidas além do sentido de propriedades, concepção que abarca:

²⁰ Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 20/05/2017.

Bens recebidos do passado devem ser remetidos ao futuro, sentido que integra o princípio da propriedade, a partir da compreensão sobre a transitoriedade das gerações e, portanto, de serem os indivíduos e grupos guardiões de um processo de acumulação de saberes e práticas. (CASTRO, 2000, p. 173).

O compartilhamento de experiências fortificou o grupo em torno de valores comuns. Essa coletividade foi responsável pela fundamentação do conceito “nós”, quando “a localidade define-se, então, de forma diacrítica às ideologias territoriais do Setor Elétrico (Estado, empreendedores e consultores) emergindo, nesse contexto, como uma nova esfera de pertencimento espacial e de construção de identidades sociais e políticas” (OLIVEIRA; ZHOURI, 2007). A reinvenção do passado ganha importância sobre as realidades intimidadoras, pois detém a capacidade de transformar o território em lugar, reconhecido como espaço-comum da vitalidade comunitária, reflexo das construções sócio-políticas opostas aos interesses da COPEL. A empreendedora se concentra nas reflexões dos custos socioambientais proporcionados pelas hidrelétricas na tentativa de retalhar os impactos proporcionados. Assim transformam os locais por meio dos fluxos tecnológicos de altos investimentos, convertendo-os em espaços transnacionais. Segundo Augé (2007, p.68) isso seria o não-lugar, ou seja, “medidas da época; medidas quantificáveis e que poderíamos tomar adicionando, ao preço de algumas conversões entre superfície, volume e distância [...] das redes de cabos ou sem fios que mobilizam o espaço extra-terrestre em benefícios de uma comunicação [...]”. A COPEL procurava homogeneizar tais paisagens para facilitar a remoção popular em outros espaços, despreocupando-se com as perdas de identificação cultural na ressignificação territorial dos reassentamentos adquiridos, “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (AUGÉ, 2007, p.95).

Por meio de justificativas tecnicistas, as concessionárias alegam que os impactos sociais e ambientais poderiam ser contornados com medidas compensatórias, colocando o meio ambiente como moeda negociável frente ao usufruto dos recursos naturais. Rapidamente os discursos sobre os territórios almejados pelas UHE transformam “[...] habilidade em carência, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência” (ESTEVA, 2000, p.74). Nesse contexto de disputas territoriais, perpassam os sinônimos de sustentabilidade norteadores do progresso energético que proclamam as viabilidades e potencialidades econômicas

sobre o uso da natureza. Essa ideia de progresso civilizatório promove profundas degradações ambientais segundo a irracionalidade ecológica dominante. O uso exploratório do meio ambiente, segundo Leff (2001, p.17) “[...] se manifestou como sintoma de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza”.

O conceito de sustentabilidade, no Brasil, começa a ser pensando com maior seriedade a partir da década de 1990, procurando equilibrar o desenvolvimento econômico em relação às interferências socioambientais. Porém, tal proposta foi lançada em momentos de extrema desigualdade socioeconômica, aumentando o desafio dessa movimentação frente às resistências dos planejamentos progressistas que evitavam alterar as estratégias exploratórias. Esse movimento impulsionou calorosos debates no campo teórico-ideológico, fundamentando muitas teses que afirmavam possibilidade de um crescimento econômico sustentável, entretanto, os efeitos marcantes da globalização tornaram visíveis as irresponsabilidades humanas sobre o então uso de terrenos comuns. Fazia-se necessário traçar parâmetros que norteassem o significado de desenvolvimento sustentável, definido por Leff (2001, p.19) em “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

Essas reflexões impulsionaram a reunião das principais lideranças do planeta na realização da Conferência das Nações Unidas, sediada no Rio de Janeiro em 1992, onde se abordou a temática - meio ambiente e desenvolvimento. Como resultado desse encontro aprovaram-se programações globais que regulamentariam as contradições entre o desenvolvimentismo e ambientalismo, porém não se definiram claramente os sentidos teórico-práticos que seriam responsáveis pela unificação das medidas de transição para esse modelo sustentável. As frágeis fundamentações geraram divergências sobre as formas de aplicação das propostas estabelecidas, decorrentes da multiplicidade de interesses sobre o mesmo território, dificultando ainda mais os acordos nacionais e internacionais em virtude das instrumentalidades jurídicas. A pluralidade se estabelecia entre os defensores da exploração ambiental em detrimento dos ocupantes nativos que buscam o reconhecimento da diversidade étnica-cultural. As políticas neoliberais globalizantes sufocaram através das barragens os justos valores da natureza e das culturas, as quais foram processadas tal qual mercadoria resistindo no econômico.

O discurso do desenvolvimento sustentável vai engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social. A estratégia discursiva da globalização gera uma metástase do pensamento crítico, dissolvendo a contradição, a oposição e a alteridade, a diferença e a alternativa para oferecer-nos em seus excrementos retóricos uma re-visão do mundo como expressão do capital. (LEFF, 2001, p.25).

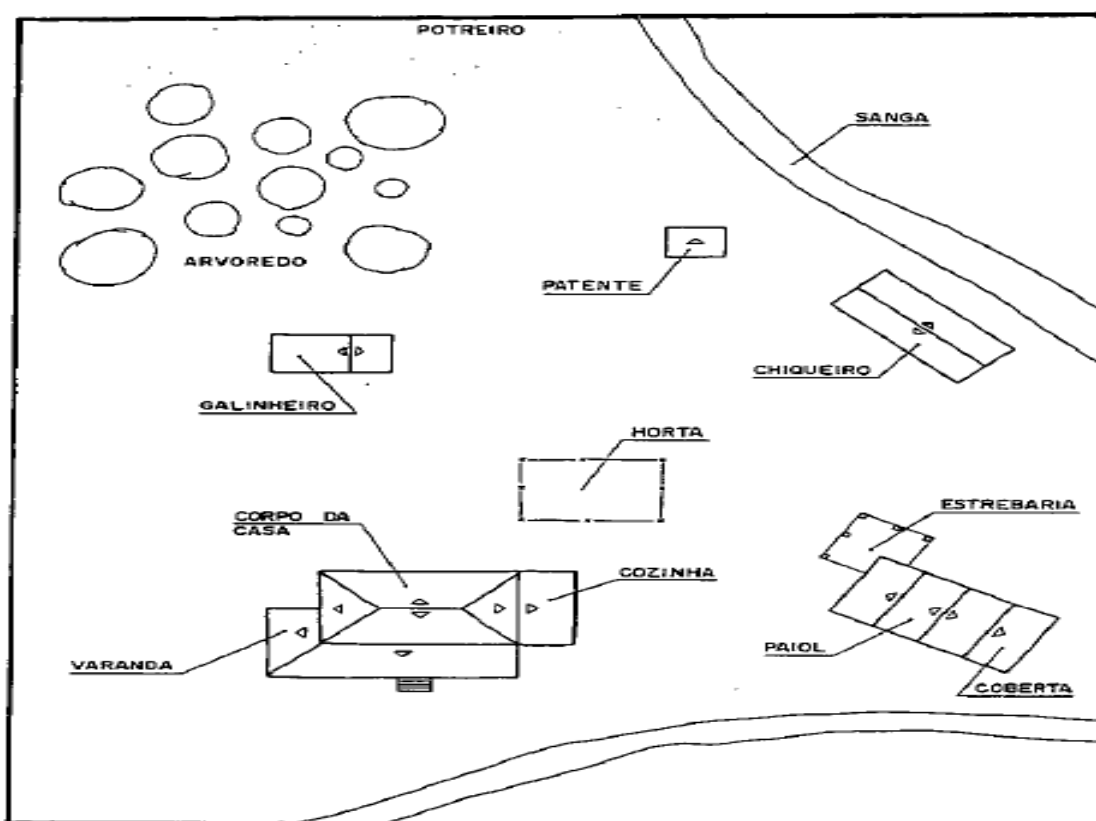
A natureza, fornecedora de potências brutas para a funcionalidade do sistema capitalista, está sendo reduzida em valores regulamentados pelos órgãos comerciais, independentemente da sua historicidade ou simbologia, construída em determinadas regiões. A gênese do discurso de sustentabilidade está racionalizada no objetivo de convencer os opositores da conciliação lógica entre: desenvolvimento econômico - meio ambiente. Nesse sentido, a hidrelétrica de Salto Caxias reforça o uso de novas tecnologias obtidas através da eletricidade para rever os impactos negativos proporcionados pela obra. Esses recursos são elevados enquanto minimizadores das críticas sobre a degradação ambiental, contrárias à modernização do Estado em áreas interioranas. O termo sustentabilidade usado pelo sistema neoliberal, visa à legitimação de princípios jurídicos para o enfraquecimento dos movimentos sociais reivindicatórios contrários às capitalizações da natureza. Entretanto a desproporcionalidade de concentração do poder conduz essas populações a aceitarem compensações econômicas pelas concessões territoriais. As pautas de sustentabilidade ecológica pouco são discutidas nos processos de licenciamento hidrelétricos, isso porque muitos atingidos são facilmente contagiados na ganância dos preços proporcionados em compensações financeiras pelas renúncias das identidades culturais, reduzidas a expressões numéricas do sistema econômico vigente.

As resistências tornam-se frágeis quando se intensificam as individualidades, facilitando as negociações e dificultando o reconhecimento dos princípios ambientais, ao mesmo tempo em que são favorecidos os paradigmas da globalização econômica que está na contra mão da funcionalidade natural, a qual autorregula as sociabilidades comunitárias. Essa espontaneidade vem sendo afetada de múltiplas formas, entre elas destaca-se a ilusória possibilidade de reconstrução e melhoramento sociocultural em áreas reassentadas, onde segundo Leff (2001, p. 31) “os recursos ambientais se convertem em potenciais capazes de reconstruir o processo econômico dentro de uma nova racionalidade produtiva, propondo um projeto social baseado na produtividade da natureza, nas autonomias culturais e na democracia participativa”. A eficiência dos

cálculos matemáticos sobre a maximização do aproveitamento no custo-benefício das terras atingidas pela UHE de Salto Caxias, além de comprovarem sua improdutividade e estagnação exploratória, reforçava as potencialidades que a hidrelétrica proporcionaria na região. Entretanto, tratavam-se de territórios usados, ou seja, dotados de significações dialéticas que segundo Santos (1999, p.18) “[...] se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade; é daí que começa a dialética. A sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou futuro”.

As disputas sobre esses territórios foram ocasionadas essencialmente pelas atitudes tomadas de cima para baixo por parte da COPEL, desconsiderando importantes elementos da vivacidade espacial que ao serem resgatados fortificaram as representatividades socioculturais comunitárias. Essa supervalorização de estatísticas quantitativas utilizadas nas categorias de análises nos Estudos e Relatório de Impactos Ambientais desqualificou em Salto Caxias, relevantes características da dinâmica socioespacial possíveis de serem identificadas no trecho a seguir: “Assim como na Área de Influência, não foram identificadas na Área Diretamente Afetada edificações de excepcional valor histórico, artístico ou arquitetônico que suscitasse algum interesse de preservação” (RIMA, 1993, p.5.42). A simplicidade das construções – casas, galpões, hortas - não despertavam interesses políticos em resguardar sua manutenção, isso porque nessas interpretações inexisiam legados históricos que necessitassem de preservação por representar a identidade coletiva do povo paranaense, não averiguando adequadamente o conjunto das formações e mutações históricas que comporão as atuais paisagens.

Figura 14 – Representação das Propriedades atingidas pela UHE de Salto Caxias.



FONTE: RIMA, 1993, p. 5.42.

Essa representação busca caracterizar o formato básico das propriedades atingidas, evidenciando as precariedades já que nem ao menos possuíam banheiros anexados às casas, levando esses indivíduos a realizarem suas necessidades fisiológicas em patentes²¹. Estas características auxiliavam os discursos de atraso econômico vivenciado nessas regiões, entretanto deixavam de enfatizar as lógicas funcionais que orientavam tais disposições espaciais, construídas por meio de conhecimentos empíricos em relação aos meios naturais. Esses saberes locais são constantemente nutridos por novas experiências cotidianas que reformulam as técnicas de trabalho conforme as necessidades coletivas ao longo do tempo. Através disso é possível constituir consciência histórica sobre as mudanças e permanências das atividades humanas em determinados territórios. Através de princípios metodológicos mais abrangentes é possível analisar que as posições de cada ponto das moradias são estrategicamente pensadas, como por exemplo, a proximidade entre o chiqueiro e a sanga facilita a busca

²¹ Essa designação refere-se a um tipo de vaso sanitário comum nas áreas interioranas no sul do Brasil.

de água para os animais, assim como também o paiol utilizado como armazém de milho está ao lado da estrebaria, facilitando a alimentação das vacas durante a ordenha.

A insuficiente análise elaborada nas documentações ambientais proporcionam interpretações que muitas vezes são incoerentes com o cotidiano afetado, favorecendo os interesses empresariais sobre a instalação da UHE de Salto Caxias nessa região.

3.2 Reassentamentos: Os obstáculos da readaptação social

Nos anos de reivindicações organizados pelas frentes sindicais, principalmente pela CRABI, lutando pelo reconhecimento de direitos básicos aos atingidos pela UHE de Salto Caxias garantiram-se indenizações²² compensatórias sobre os bens perdidos. Mais de 80% da população afetada concentrava suas atividades na agricultura, porém isso não significava que todos eram donos de suas terras. Dos nove municípios atingidos “Apenas 67% dos produtores rurais são proprietários. Os 33% restante são não-proprietários, formados por arrendatários, parceiros e ocupante” (RIMA, 1993, p. 5.27). Nos acordos estabelecidos entre a COPEL e os atingidos estava previsto a disponibilidade de terras aos habitantes para aqueles que optassem, porém as proporções territoriais se baseariam no número de integrantes de cada família e em suas faixas etárias.

Figura 15 – Idade base para o cálculo da força de trabalho.

Idade	Peso
5 a menos de 10 anos*	0,25
10 a menos de 15 anos	0,50
15 a menos de 55 anos	1,00
55 a menos de 60 anos	0,80
60 anos e mais	0,40

COPEL, 1995, p. 04.

²² As famílias puderam escolher entre propriedades em um reassentamento rural coletivo ou uma compensação financeira em valores proporcionalmente em cartas de crédito.

O tamanho mínimo dos lotes nos reassentamentos da UHE de Salto Caxias era de 7 alqueires, isso quando as famílias eram de um ou dois integrantes adultos. Tal situação se alterava proporcionalmente a 2,5 alqueires para cada unidade a mais de força de trabalho, conforme especificado na ilustração acima. Por meio desse cálculo, a COPEL determinou a quantidade de terras que foram adquirir para acomodar as famílias que permaneceriam em reassentamentos. O cadastramento responsável pela identificação dos sujeitos indenizados contabilizou além dos proprietários de terras, os arrendatários e parceiros. Para os dois últimos grupos essa conquista representou mais que a simples posse sobre a terra, pois houve melhorias significativas nas condições financeiras verificadas a partir da infraestrutura das propriedades – luz elétrica, casa, escolas, etc. O conjunto de transformações proporcionadas pela COPEL na construção dos reassentamentos e no remanejamento dessa população lhe rendeu status heroicos segundo a concepção de inúmeros afetados, isso porque os mesmos conquistaram o antigo sonho de se tornarem proprietários de terra, o que foi possível com a construção da usina. Conforme a entrevista cedida pelo meeiro, Salvador:

Como era a situação do senhor em relação à terra que ocupava antes de construir Salto Caxias?

Eu não era dono, eu plantava e cuidava o gado e plantava dois alqueire de terra para mim, então aquilo era meu, eu podia soltar o gado ou não soltar, era eu que mandava ali, ganhava um pouco também, era difícil, mas meu patrão gostou de mim e fui ficando, aí esse patrão vendeu pra outro e eu fique também. Valeu a pena né! Aí passou a cadastramento pra depois a Copel da isso aqui pra nois né. Na verdade a Copel foi uma mãe pra nois. [...] (Salvador Alves da Silva²³).

As notícias sobre a construção de reassentamentos geraram enormes expectativas sobre a população sem-terra ao ponto de aliená-los sobre as problemáticas de impactos ambientais, sociais e culturais. Paralelamente a UHE de Salto Caxias incorporou ideais messiânicos²⁴ na região ao solucionar problemáticas de acesso às terras. Essa concepção facilitou a manipulação ideológica difundida pela COPEL em torno do desenvolvimentismo e progressismo por meio da eletricidade. O deslocamento populacional dessa barragem colocou centenas de pessoas em condições econômicas, políticas e tecnológicas distintas das quais estavam acostumados, exigindo modificações

²³ Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 27/05/2017.

²⁴ Considerava-se ou apresentava-se como líder providencial, iluminado pela graça divina para reformar a ordem vigente sobre a facilitação do acesso a terra por meeiros e arrendatários.

nas relações de trabalho agrícola em vinculação com os recursos territoriais, alterando as atividades cotidianas. As implicações que envolvem o processo de resiliência precisam estar amplamente contextualizadas a ponto de não simplificar suas complexidades bem como sua consonância aos fenômenos naturais, isso porque o enfoque principal da COPEL foi à retirada de inúmeros agricultores das encostas íngremes do rio Iguazu para colocá-los em áreas planas e produtivas nos reassentamentos da região, desconsiderando importantes fatores do entendimento popular sobre as alterações da fertilidade, umidade e o microclima.

A incompatibilidade das experiências vivenciadas com as exigências de manipulação agrícola nos reassentamentos colocou-se como obstáculo ao sucesso desse tipo de projetos em assentamento populacional. Nos primeiros cultivos agrícolas realizados pelos atingidos, disponibilizou-se assistência técnica especializada, porém as mesmas foram insuficientes para orientar tais agricultores sobre as alterações que deveriam ser feitas no manejo de seus plantios, sobretudo na manutenção de métodos pouco rentáveis e inviáveis utilizados nas encostas do Iguazu. As recomendações técnicas se concentravam em “[...] aconselhar agricultores a usar agroquímicos em seus cultivos como forma de lidar com pragas, bem como produtos à base de calcário para corrigir a acidez do solo. A mecanização do cultivo foi também encorajada a partir do emprego de arado mecânico, tratores e sistema de irrigação” (MORETTO; PULICE; ROQUETTI, 2017, p. 126). Tratava-se em remodelar drasticamente as características de trabalho que tais agricultores mantinham há gerações em consonância às temporalidades da natureza, isso conseqüentemente proporcionou significativas perdas sobre a diversidade econômica dos reassentados em função da ampla exigência na aceleração produtiva, focada essencialmente no plantio da soja. Essa nova cultura exigia amplos investimentos em tecnologia orientada pelas oscilações do mercado externo. Isso contribuiu para o afastamento das características da agricultura a que estavam acostumados.

O que mais sente saudade do período que morava nas terras alagadas? [...] não tinha lugar pra dar mais produção do que lá naquele pedacinho de terra nosso ali, nois plantava quando ia bater com a trilhadeira lá aquilo ficava branco de sacaria de feijão home, a turma passava lá quando o feijão tava grande assim, pedia pra mim quanto de adubo que eu tinha botado. Ma adubo da onde home, eu nem conhecia, falar bem a verdade, nois o tempo que morava lá nois nunca, eu não sabia o que era adubo, eu não sabia o que era veneno

pra ponha na roça i oreia assim, nada. A gente plantava lá a folha de feijão era igual uma folha de batata assim ó, de tanto feijão que dava home do céu, bom pra começar eu vim passar veneno nas roças depois que nois tá aqui ó, que lá em baixo eu não chegava nem perto, se você tivesse lá ó como lá na estrada passando veneno eu se pudesse passar lá em cima eu passava, de medo de passar perto do veneno. (Antônio Coelho²⁵).

As modernas exigências nos cultivos agrícolas excluíram muitos reassentados das áreas rurais justificando-se pela não adaptação ao novo sistema produtivo, proporcionando abandono e a venda das propriedades ressarcidas, enfraquecendo constantemente a coletividade dessas comunidades. Antes da hidrelétrica esses indivíduos não possuíram contato com as evoluções tecnológicas do sistema de produção agrícola. Pela solidificação nos princípios tradicionais de cultivo eram considerados atrasados na ótica capitalista, que desconsiderava os sentimentos de satisfação com as produções naturais. A maior luta desses sujeitos foi pela permanência no campo, tendo na simbologia da terra a representatividade de suas vidas, responsável pelo conjunto de características identitárias, elaboradas por meio do trabalho individual e coletivo ao longo dos tempos. Esse tipo de compreensão não referenciava as dimensões físicas do relevo acidentado ou as expressões econômicas das propriedades próximas ao Iguaçu, isso porque se tratava de parte complementar dos próprios atingidos.

Os avanços nas negociações compensatórias de Salto Caxias foram significativos, incluindo segundo Schreiner (2002, p.303) “O tamanho da casa definido de acordo com o tamanho da família e o modelo foi decidido junto às mulheres. As famílias também puderam escolher entre 10 modelos de galpões, observando a sua utilização em função do que iriam produzir”. O objetivo dessas ações era transferir os aspectos culturais para as propriedades reassentadas, o que possibilitou uma maior participação popular na composição das vizinhanças, realizadas principalmente pelos laços de parentesco e amizades, entretanto não foram suficientes para solucionar os problemáticos fenômenos da adaptação. Os repasses de verbas provindos da COPEL nas infraestruturas dos reassentamento eram realizados por meio das associações, compostas por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, vice-secretário e conselho fiscal que realizavam suas funções a partir de estatutos e regimentos internos aprovados coletivamente. Em Caxias, se compuseram 19 grupos dos quais presidentes e

²⁵ Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 13/05/2017.

vice-presidentes integravam o conselho sindical da CRABI, primeiramente lutando para as aquisições dos reassentamentos em condições básicas de permanência e posteriormente na estimulação da cooperação nas atividades agrícolas.

As águas que originaram o reservatório na hidrelétrica de Salto Caxias acionaram os princípios do individualismo entre lideranças das associações e os reassentados. Isso pode ser compreendido pelos atos de alguns agricultores preferirem cuidar sozinhos de suas lavouras, não utilizando as vantagens dos baixos preços proporcionados pelas grandes quantias de produtos agrícolas adquiridas nas associações²⁶. Esses atritos se ampliaram ao passar do tempo, dificultando a funcionalidade das associações bem como as intermediações entre famílias reassentadas com as instituições financeiras do Estado realizadas pelas lideranças sindicais, prejudicando a oferta de crédito com baixos juros.

A readaptação nos reassentamentos tornou-se ainda mais difícil a partir das perdas socioculturais nas relações coletivas, originando os desentendimentos comunitários por competitividade, discórdia ou desavenças. Esse contexto pode ser analisado a partir do abandono na manutenção das estruturas construídas nas sedes das associações, a exemplo do grupo de Boa Esperança, verificada na imagem a seguir:

Imagem 1 - Quadra de Esporte no Reassentamento de Boa Esperança



Fonte: Fotografia de Fernando Marciniak, 19-01-2017.

²⁶ Como a associação representava um grupo de reassentados, seus dirigentes adquiriam produtos – sementes, fertilizantes, agrotóxicos, inseticidas – em grandes quantidades, conseguindo negociar em valores mais acessíveis do que as revendas municipais ofertavam, isso consequentemente diminuía os custos de produção aumentando a lucratividade.

A imagem da quadra aos fundos e da paisagem em sua volta, evidenciam a dissolução de memórias sobre controversas, produtora de sentidos integrante as múltiplas posições sociais em determinadas realidade. Essa fotografia foi selecionada e produzida em uma das visitas ao reassentamento de Boa Esperança do Iguaçu, e assim como as fontes orais, coloca o historiador diante de várias informações sobre o passado a serem analisadas. A infraestrutura na sede do reassentamento encontra-se em péssimas condições, diagnosticando a desorganização social do grupo na conservação básica da quadra de esporte, projetada como área de lazer e realização de atividades físicas almejou substituir os antigos campos de futebol alagados pela barragem, entretanto não obteve sucesso. Sob o viés econômico tais locais estavam supervalorizados a partir dos amplos investimentos, porém culturalmente encontravam-se vazios pelas perdas identitárias, assim “[...] a maneira como comunidades imaginadas [...] ligam-se a lugares imaginados, na medida em que povos deslocados se reúnem em torno de terras natais, lugares ou comunidades imaginadas, em um mundo que parece negar cada vez mais essas firmes âncoras territorializadas em suas realidades” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 36). O êxito das readaptações nesse fluxo populacional dependia, segundo as interpretações da COPEL e as lideranças sindicais, do arcabouço arquitetônico, transferindo sistematicamente as simbologias e representatividades comunitárias na capitalização monetária das propriedades. Entretanto, a imagem referenciou o abandono das práticas esportivas entre os reassentados, não substituindo os antigos campos comunitários com traves de madeira e sem cercado pelas telas que envolviam o piso na quadra de esportes construída pela COPEL. Por mais simples que seja essa atividade, exerceu influência na readaptação no reassentamentos essencialmente pela falta de compatibilidade entre aquilo que estava alagado e as novas construções. Esses indivíduos estavam desorientados em meio às múltiplas transformações com que se deparavam, situação que contribuiu para o enfraquecimento das sociabilidades culturais.

Nesse sentido, a “terra natal” permanece um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados, embora a relação com ela possa ser construída de modo diferente em cenários diferentes. Ademais, mesmo em tempos e cenários mais completamente desterritorializado – cenário em que a “terra natal” não só está distante, mas também nos quais a própria noção de “terra natal” como lugar de duração fixa é posta em questão – certos aspectos de nossas vidas permanecem altamente “localizados” em um sentido social [...]. (GUPTA; FERGUSON, 2000, p.36-37).

As organizações sociais que reivindicaram durante anos melhorias sobre os ressarcimentos perante a construção da UHE de Salto Caxias, enfraqueceram gradativamente a partir das realocações populacionais, substituindo a forte personalidade de luta em egocentrismo diante dos desafios político-culturais. As espacialidades projetadas e construídas nos reassentamentos pela COPEL por meio de acordos com a CRABI não caracterizaram as dimensões simbólicas dos espaços vividos, tornando ainda mais delicado o processo de readaptação, principalmente pela impossibilidade de regresso às terras de origem, ou seja, diferentemente do imigrantes os atingidos por barragem têm suas heranças territoriais apagadas pelo volume de água do reservatório.

Os problemas enfrentados nos reassentamentos resultavam de diversas situações, iniciando-se pelas dificuldades de adaptação sob as diferentes condições do território adquirido, estendendo-se sobre as divergências coletivas nas associações que provocaram o individualismo e conseqüentemente o insucesso agrícola. A desmotivação aumentou em vários núcleos familiares ao ponto de não continuarem com as atividades agrícolas. Iludidos, com novos recomeços, acabaram vendendo suas propriedades para adquirirem moradias nas cidades, submetendo-se ao trabalho fabril. A paisagem dos reassentamentos foi drasticamente se transformando, conforme a imagem a seguir.

Imagem 2 - Casa vendida no reassentamento Centenário - UHE Salto Caxias



Fonte: Fotografia de Fernando Marciniak, 23-02-2017.

A representação ilustra uma dentre tantas realidades do reassentamento Centenário, localizado no município de Cascavel - Oeste paranaense. Essa moradia em destaque já estava vendida, aguardando a destruição, situação inversa ao projeto inicial COPEL que adquiriu tais proporções territoriais na década 1990 como parte das indenizações aos atingidos pela UHE de Salto Caxias. Porém, as mesmas estão sendo negociadas ao longo do tempo com grandes latifundiários da região dedicados aos cultivos agrícolas extensivos. Estes destroem casas e galpões para conseguirem mecanizar o máximo de área possível.

Para a manutenção desses estabelecimentos populacionais era necessária a capitalização de recursos financeiros para investirem nas lavouras. Somente assim conseguiriam competir no mercado da monocultura tecnológica imposta pela reterritorialização, isso “[...] causa dependência de insumos externos e pode inviabilizar a reprodução do grupo social, já que os filhos não conseguem constituir uma família no mesmo lote, nem nas proximidades” (RUPPENTHAL, 2013, p. 176).

O costume dessa população era manter seus filhos trabalhando na mesma propriedade da família. Quando isso não era possível procuravam ocupações remuneratórias próximas à comunidade de origem, situação difícil na realidade dos reassentamentos. A impossibilidade de expansão territorial através da compra ou do aluguel aumentou consideravelmente a partir das delimitações interna dos lotes ressarcidos, ao mesmo tempo em que externamente ficavam cercados por grandes propriedades. O cultivo extensivo de grãos contribuiu para a alteração da paisagem, anteriormente dotada de sinônimos naturais transformada drasticamente com a formação do lago e a mecanização da agricultura, elementos que influenciaram várias famílias a procurarem novas oportunidades de estudos e trabalho para seus filhos nas cidades. A partir disso, esperavam conseguir bons empregos remuneratórios para custear as despesas mensais, sem a necessidade das árduas jornadas de trabalho exigidas pela agricultura, conforme a descrição.

Quais os motivos que levaram as pessoas a vender as terras do reassentamento?

Viu, o problema é assim ó, às vezes a pessoa não tem um pedacinho de terra pra trabalhar dai pensam, não eu pego e é tudo fácil, e muitos ali se tacaram em dívida e não se saiu mais, a solução foi vender, dai ó, qui nem eu aqui, eu vendi e empreguei para meus pia ai né, por que na verdade o que é meu aqui é a casa que tenho pra morar o resto é deles né.

Quantos alqueires era a propriedade que o senhor tinha?

Eu ganhei 14 alqueires, era pela quantidade de filho e hoje meus filhos não conseguiriam viver lá por que eu tenho 6 filhos, eu trabalhei 16 anos mais ou menos lá no meu terreno, morei lá, dai faz uns dois anos e pouquinho que estou aqui na cidade, ma dai ainda continuo trabalhando na rosa, tenho um pedacinho de terra lá que eu ainda cuido, gosto da lavoura, me criei sempre na lavoura trabalhando. Eu me desfiz do terreno pensando em ajudar meus filhos e também devia um pouco, fui lutar com os bancos e não deu certo, dai vendi. (Miguel Lourenço²⁷).

O entrevistado foi reassentado no município de Boa Esperança do Iguaçu em uma das áreas mais próximas dos locais afetados. Teoricamente sua readaptação deveria ser simples pela manutenção de algumas características do microclima em contraste com as relações socioculturais, entretanto suas palavras apresentam faces não encontradas em estudos sobre Salto Caxias. Por meio dos elementos empíricos o Sr. Lourenço ressalta a longa preocupação com sua família, isso porque os cálculos técnicos da COPEL, contabilizando os filhos dos reassentados, não proporcionaram condições suficientes para a permanência destes trabalhadores nas áreas rurais, isso porque no período do cadastramento muitas crianças não somaram unidade de trabalho adulta que assumiria 2,5 alqueires a mais. O problema da inexistência de terras para comportar as seis novas famílias, no caso do Sr. Lourenço somou-se com outras implicâncias que atormentaram o cotidiano dos reassentados, a exemplo da readaptação socioeconômica e as dificuldades de cultivos agrícolas, ingredientes que influenciaram ainda mais a busca pela vida urbana.

No início da fala do entrevistado é possível diagnosticar a utópica crença de que os impactos proporcionados pela hidrelétrica seriam solucionados por meio das proporções de terras ressarcidas ou pelas infraestruturas construídas, essa concepção favoreceu a atuação da COPEL entre 1990-99. Muitos indenizados não possuíam a posse das terras em que trabalhavam, pois poderiam atuar enquanto meeiros ou parceiros, entretanto a maioria almejava adquirir no futuro suas próprias moradias, esse sonho tornou-se cada vez mais real com a notícia da construção da barragem. Essas preposições influenciaram a participação desses sujeitos nas reivindicações para que assegurassem seus direitos, porém ao se estabelecerem nos reassentamentos muitos não sabiam como trabalhar com as terras.

²⁷ Entrevista concedida a Fernando Marciniak em 13/05/2017,.

As orientações técnicas sobre os cultivos agrícolas envolvendo o preparo do solo, o plantio e manejo somente aconteceram nos primeiros anos de estabelecimento. Nesse mesmo período, todas as famílias reassentadas ganharam contribuições financeiras mensais para custear as despesas domésticas provisoriamente até que a agricultura se desenvolvesse plenamente. Entretanto, a partir do terceiro e quarto ano extinguiram-se os custeios remuneratórios, elevando automaticamente os problemas com as atividades agrícolas, isso porque vários reassentados não possuíam conhecimentos sobre a qualidade das sementes que plantavam ou da quantidade de fertilizantes de que o solo precisava. A principal consequência foi o endividamento, obrigando muitos sujeitos a se desfazer das propriedades para cobrir os gastos obtidos pelo insucesso agrícola das safras anteriores. A mesma terra entendida enquanto solução para as mazelas sociais durante as indenizações causou graves problemas com o endividamento diante das cooperativas ou agropecuárias, mas sua capitalização amenizaria momentaneamente essa questão.

É importante esclarecer que tais circunstâncias descritas não se constituem como regra geral, essencialmente por sofrer alterações nas organizações familiares, existindo casos em que reassentados prosperaram financeiramente. A capitalização dos territórios tem contribuído essencialmente para o aumento do êxodo rural, deixando vastas áreas desocupadas, assim como em desertos, entretanto o principal responsável desse processo é o grande volume de águas dos reservatórios de barragens. A contradição entre o desenvolvimento econômico e a readaptação sociocultural nos reassentamentos da UHE de Salto Caxias proporcionaram perdas irreparáveis na vida dos atingidos, demonstrando a urgente necessidade de reestruturação nas políticas públicas energéticas, reconhecendo os direitos sobre os territórios ocupados e suas representatividades simbólicas.

CONCLUSÃO

Durante esta pesquisa foram investigadas regiões do Paraná afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, a qual removeu milhares de famílias que ocupavam determinadas terras há gerações. Ao logo do tempo, vários conjuntos de saberes populares se constituíram às margens do rio Iguaçu, sociabilidades empíricas dotadas de aspectos culturais praticados naqueles espaços. Sobre isso, ainda restam flashes de memória sobre as lembranças vivenciadas nos territórios que estão submersos.

Pode-se concluir que as barragens detêm a capacidade de alteração social, cultural e econômica nas estruturas atingidas, transformando as paisagens naturais pelos imensos reservatórios. Essas volumosas quantidades de água movimentam o que muitos consideram a engrenagem da evolução e do desenvolvimento tecnológico no futuro, alegando que as ausências de turbinas gerando energia deixariam o Brasil diante da resseção evolucionista.

No entanto, a historiografia dos grandes projetos hidrelétricos apresenta vários escândalos, principalmente por não reconhecer os direitos básicos dos colonos ou ribeirinhos que ocupavam as margens dos rios que seriam alagados. Entre a década de 1970-80 alguns movimentos sociais começaram a ganhar força, buscando essencialmente o reconhecimento e o direito de indenizações para aqueles que possuíam a posse de suas propriedades. A contínua evolução das pautas reivindicatórias proporcionou em Salto Caxias a ampliação dos ressarcimentos aos arrendatários e meeiros, porém as resistências foram grandes e mantiveram-se, isso por que antes de construir essa Hidrelétrica os dirigentes governamentais afirmaram que seria o último aproveitamento hidráulico do rio Iguaçu, entretanto, atualmente mais de 70% das obras da Usina Baixo Iguaçu estão concluídas, necessitando de várias reuniões entre movimentos sociais, empresa responsável pelo empreendimento e população afetada para adequar as diretrizes das indenizações.

Em Salto Caxias foi de fundamental importância a participação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragem no Rio Iguaçu (CRABI) durante as negociações com a COPEL, em termos de organizar frentes de resistência que chegaram a ocupar o canteiro de obras, forçando as adequações de propostas não aceitas. Essa luta proporcionou significativos avanços nos ressarcimentos compensatórios, porém as análises dessa pesquisa contextualizaram as problemáticas que surgiram após as

indenizações com a ausência sindical, o que aumentou significativamente as dificuldades de readaptação. Durante as reivindicações havia cooperação mútua em prol de interesses sociais comuns, porém com o fim das obras e as realocações concluídas, a CRABI continuamente enfraqueceu-se até sua extinção, aumentando o individualismo nos reassentamentos.

Essa conjuntura ainda é reflexo da instrumentalização jurídica que o Estado proporciona por meio de suas legislações, em vários casos colocados como burocratização dos licenciamentos ambientais. Esta dissertação incluiu análises sobre as falhas desse sistema jurídico que acompanha os interesses do grande capital comercial, alienação que além de agravar as sociabilidades culturais dos atingidos, atrai perdas ambientais irreparáveis na funcionalidade dos ciclos da natureza. Entretanto, para essa realidade elaboram-se discursos minimizadores, enfatizando os aspectos positivos que o empreendimento proporcionará, e paralelamente apresentam-se em gráficos quantitativos a insignificância econômica dos territórios atingidos na economia estatal, elemento que favorece o marketing de obras desse gênero.

A principal ênfase dada na construção da UHE de Salto Caxias estava sobre os princípios econômicos regionais e estaduais, todavia os elementos simbólicos das áreas atingidas foram pouco considerados. Os princípios numérico-financeiros proporcionaram equívocos, isso porque a maioria dos afetados acreditava que a solução de seus problemas estava na garantia de amplas infraestruturas nas moradias reassentadas, porém ao passar do tempo identificaram problemáticas que não estavam previstas e por falta de experiência ou de orientação ficaram sem saber como solucioná-las. Os resultados das políticas públicas para ampliar a geração de energia elétrica foi o fortalecimento do êxodo rural, produto de uma conjuntura que envolve problemas com os endividamentos, perdas dos vínculos comunitários, transformações das paisagens e nas práticas de trabalho. A mecanização da agricultura reduziu significativamente as ocupações remuneradas nas áreas rurais, isso influenciou muitos filhos de reassentados a buscarem novas oportunidades por meio do estudo-trabalho nas cidades próximas, sobretudo por sua família não possuir quantidades de terras suficientes para conseguir abarcar a rentabilidade de novas residências. Essa dinâmica tem favorecido em grande medida o surgimento de extensivas propriedades rurais, incorporando terras de pequenos agricultores que passam a integrar o grupo de funcionários mensalistas de

fábricas urbanas, enquanto as estruturas dos reassentamentos são enterradas para o extensivo cultivo da soja.

Foram expostas aqui algumas das problemáticas que acompanham a construção das UH. Contextualizaram-se as necessidades de amplas reflexões sobre as estratégias minimizadoras dos múltiplos impactos, mas para que isso seja praticado é necessário ultrapassar as alienações econômicas de determinados grupo social. Atualmente, Salto Caxias é colocado como modelo a ser seguido pelas obras de seu gênero, enfatizando essencialmente as melhorias proporcionadas aos nove municípios diretamente afetados, ampliando drasticamente a qualidade de vida regional. O repasse dos royalties²⁸ disponibiliza outra grande oportunidade para investimentos públicos em estruturas básicas, como educação, saúde e transporte. Porém, as dificuldades socioculturais que as comunidades atingidas enfrentam não são amplamente divulgadas ou discutidas nos meios de comunicação em massa. Diante disso, os argumentos abordados nesta dissertação oferecem reflexões sobre as consequências que a manutenção dos interesses capitalistas proporcionou nas sociabilidades e no meio ambiente, encontrando alternativas para repensar os resultados na esfera simbólica do meio.

Através desta pesquisa em história, busca-se esclarecer os anacronismos utópicos do desenvolvimento industrial por meio da ampla oferta de eletricidade, já que, mesmo com a construção de várias Usinas ainda permanecemos num lento processo de modernização. Além disso, percebeu-se durante as visitas nos reassentamentos, uma desmotivação por parte das comunidades indenizadas, resultado das perdas de referencial simbólico que envolvia o cotidiano desses sujeitos.

As experiências, estratégias e memórias impactadas pelas barragens necessitavam de sucintas análises sobre as conjunturas sociopolíticas que integraram determinados períodos, contextualizando os múltiplos interesses envolvidos nessas obras, reinterpretando muitos dos desdobramentos históricos. Dessa forma, a partir do entrecruzamento das fontes foi possível apresentar os obstáculos que ainda acompanham esses sujeitos tanto no interior dos reassentamentos quanto fora deles, ambiguidades que invertem as perspectivas técnicas da COPEL fundamentadas em metodologias quantitativas sobre os elementos simbólicos que envolviam o cotidiano dos territórios afetados, ou seja, os moradores não encontraram significados expressivos

²⁸ São compensações financeiras que os municípios lindeiros recebem por terem perdido parte de seu território quando da formação do reservatório.

nos valores monetários das propriedades da mesma forma como se identificavam com a simplicidade das antigas moradias.

Dessa forma, esta dissertação buscou entender os mecanismos utilizados nas defesas dos interesses envolvidos na construção de Salto Caxias, diagnosticando no final desse percurso divergências de ideias sobre as obras. Nem todos concordam ou defendem as melhorias nas condições de vida proporcionadas pela barragem conforme defende a COPEL. Isso torna ainda mais questionável a história dessa hidrelétrica. Por meio dessa trajetória, contribuiu-se para que outras comunidades inspirassem nos desafios enfrentados por esse grupo, prosperando nas adequações de propostas que minimizem as transformações dos meios sociais, culturais e econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATTI, Alexandro.; GELLER, Odair E. **A Farda no Sudoeste do Paraná: a Assesoar é investigada pelo DOPS (1964-1985)**. In: BONAMIGO, Carlos Antônio, (Et al.) (Org.). *História: conflitos e diálogos*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015.

ACSELRAD, H.; SILVA, M. G. Rearticulações sociais da terra e do trabalho em áreas de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. In: ZHOURI, A. (Org.). **As tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ALBUQUERQUE, Durval M. **FAZER HISTÓRIA SEM LIMITES: a historiografia e as identidades espaciais**. In: NETO, J. M. A.; KLANOVICZ, J.; SOCHODOLAK, H. (Org.). *Regiões, Imigrações, Identidades*. 1. ed. Irati: UNICENTRO, 2010. p. 21 – 33.

ALLIÈS, P. **l'Invention du territoire**. Grenoble: PUG, 1980.

ALMEIDA, Alfredo W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, Vol. 6, n. 1, p. 9-32, maio/2004.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Tradução de Walter José Evangelista – Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMANCIO, Silvia M. **ONTEM, LUTA PELA TERRA; HOJE, MONUMENTO HISTÓRICO: a Revolta dos Posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. *Diálogos*, v.13, n. 2, p. 499-505, 2009.

ARAUJO, Frederico G. B de; VAINER, Carlos B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. 1ª edição francesa. Lisboa: 90 graus, 2007.

BARBOSA, Nair Palhano.; LACORTE, Ana Castro. **Contradições e Limites dos Métodos de Avaliação de Impactos em Grandes Projetos: uma contribuição para o debate**. *Cadernos: IPPUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro*, ano IX, nº1/4, p. 29-38, jan./dez. 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOURDÉ, Guy.; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Tradução de Ana Rabaça. Ed. Publicações Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. *Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 107-132.

BRASIL. *Lei 6.938 de 31/08/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. D.O.U. – Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 02 set. 1981.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1991.

CANO, Wilson. **Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento**. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 3, p. 444-460, jul./set. 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador**. In: PRADO, Maria Lígia Coelho, VILLAÇA, Mariana. **História das Américas**. Fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: CAPES, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia, Ensaios**. Bauru, SP: Edusp, 2005.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **Modernização recuperadora e o Campo da Política Ambiental em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais**. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC – NUPAUB-USP, 2000, p. 165-182.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COPEL. **Princípios, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida**. Três Barras do Paraná, 1993.

CORRÊA, Maria. L. **Contribuição para uma história da regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica**. *Política & Sociedade*, nº. 6, p. 255-291, abr. 2005.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra Prometida: Discurso, Prática e Representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CRABI. **Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu.** Manifesto Político. Cascavel: 1997.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento.** In: SACHS, Wolfgang. Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. JOSCELYNE, Vera Lúcia.; GYALOKAY, Susana de.; CLASEN, Jaime A. (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-81.

GERMANI, Inez Guiomar. **Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu.** 2. ed. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GOHN, Maria da. Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** *Revista brasileira de educação*, v. 16, n.47, p. 333- 361, mai./ago. 2011.

GOMES, Iria Zanoni. **1957. A Revolta dos Posseiros.** 2ª ed. Curitiba: Criar Edições, 1987.

GOMES, Paulo C. da C. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GUPTA, Akhil.; FERGUSON, James. **Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença.** In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-36.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KARPINSKI, Cezar. **Navegação, cataratas e hidrelétricas: Discursos e representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853 – 1969).** 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as Águas a Memória: relações de Poder e Subjetividade durante a Implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis, 2007.

LAFER, Celso. **JK e o programa de metas – processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LAMARÃO, Sergio Tadeu Niemeyer. **A energia elétrica como campo de pesquisa historiográfica no Brasil**. *América Latina em la historia econômica*, nº 08, p.39-49, jul./dici. 1997.

LASCHEFSKI, Klemens. **Licenciamento e Equidade Ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos**. In: ZHOURI, A. (Org.). *As tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 21-59.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 5º Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2003.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. ORTH, Lúcia. M. E. (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2001.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MAB. **Os Encontros Nacionais e a Criação do Movimento Nacional**, 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis, 5º Edição: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, Tais. **O conceito de desenvolvimento sustentável e seu contexto histórico: algumas considerações**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 382, 24 jul. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5490/o-conceito-de-desenvolvimento-sustentavel-e-seu-contexto-historico>>. Acesso set/2017.

MAZZOLA, Renan Belmonte. **Análise do discurso: um campo de reformulações**. In: MILANEZ, N.; SANTOS, J. J. **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 07-16.

MORETTO, Evandro Mateus.; PULICE, Sérgio M. P.; ROQUETTI, Daniel Rondinelli. **Deslocamento Populacional Forçado por Grandes Barragens e Resiliência Socioecológica: o caso da Usina Hidrelétrica de Barra Grande no Sul do Brasil**. *Ambiente & Sociedade*, v. XX, n.3, p. 117-138, jul./set. 2017.

MOTTA, Luiz Eduardo.; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. **A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes.** *Revista de sociologia e política*, v. 22, n. 50, p. 125-147, jun. 2014.

NETO, José Miguel Arias. **Memórias do Totalitarismo: Cultura histórica e educação patrimonial.** In: OLIVEIRA Carla Mary S.; MARIANO Serioja Rodrigues Cordeiro. (Org.). *Cultura Histórica e Ensino de História*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v.1, p.65-94.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais.** Tese (Doutorado em Antropologia), UNB, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** *Mana* (UFRJ, Impresso), v.4, n.1, p.47-77, 1998.

OLIVEIRA, Raquel.; ZHOURI, Andréa. **Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: O caso das Usinas Hidrelétricas.** *Ambiente & Sociedade*, v. X, n.2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Posseiros de 1957, Interpretações, Apropriações e Memória.** Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

ORLANDI, Eni Pccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes Editores, 2015.

PARMIGIANI, Jacqueline. **Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR.** *Tempo da Ciência*, v. 13, p. 107-123, 2006.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do Óbvio.** Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PEREIRA, Fagner Guglielmi. **Paternalismo, Trabalhadores e a Ocupação das Terras em Francisco Beltrão.** In: BONAMIGO, Carlos Antônio, (Et al.) (Org.). *História: conflitos e diálogos*. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2015.

PINTO, Laura Coutinho. **Os projetos hidrelétricos como causa dos deslocamentos populacionais: migrações forçadas em nome do desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais). Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2012.

PORTO-GONÇALVES *apud* VIGNATTI, M. A. P.; SCHEIBE, L. F.; BUSATO, M. A. Projetos hidrelétricos em Santa Catarina. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.30, n.87, p.165-176, 2016.

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Sociedade e Política Ediciones, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Renê Wagner. **O Impacto da Construção da Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga na Região do Médio Iguaçu**. Porto Alegre: Cidadela, 2005.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RUPPENTHAL, Eduardo Luís. **Reterritorialização dos Atingidos pela Barragem Barra Grande – RS/SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. XII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia: um Estudo sobre os Processos de Organização da vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Bruno Gonçalves da. **Evolução do Setor Elétrico Brasileiro no Contexto Econômico Nacional: Uma Análise Histórica e econométrica de longo Prazo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 2011.

SILVA, Edson Armando. **Energia Elétrica e Desenvolvimento Industrial em Ponta Grossa 1904-1973**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

SOCHODOLAK, Hélio. **HISTÓRIA, REGIÕES E NARRATIVA TRÁGICA**. In: NETO, J. M. A.; KLANOVICZ, J.; SOCHODOLAK, H. (Org.). *Regiões, Imigrações, Identidades*. 1. ed. Irati: UNICENTRO, 2010. p. 13 – 20.

TEIXEIRA, Raquel. O. dos S. **A “rua” e o “nosso lugar”**: Processo de Reterritorialização no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Murta. In: ZHOURI, A. (Ed.). *As tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UFPR. **Um século de eletricidade do Paraná**. Curitiba: COPEL, 1994.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability**: desafios para a governança ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.

FONTES IMPRESSAS

ATA. **Copel e os futuros expropriados da U.H de Caxias**. Três Barras do Paraná: 14 de Jun./ 1993. Acervo de Helio Bruning. Acesso em: jun.2017.

COPEL. **Programa de Reassentamento: especificações técnicas gerais**. Curitiba, 1995.

ENGEVIX – ESTEIO - INTERTECHNE – LEME. **Relatório de impacto ambiental**. Curitiba: Intertechne – Leme – Engevix – Esteio, 1993.

IPARDES. **Projeto de Desenvolvimento Associado à UHE de Salto Caxias: Termo de Referência**. Curitiba, 1994.

JORNAL TRIBUNA REGIONAL. **Salto Caxias: Copel aceita pedidos dos reassentados**. Francisco Beltrão: n.19, p.01, 01 Set./1995.

PARANÁ. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Águas e Energia Elétrica. **Plano Hidro-Elétrico Paranaense Moysés Lupion: 1ª e 2ª parte**. Curitiba, 1949.

PERIN, Delcio. [Carta] 07 out. 1987, Dois Vizinhos [para] DIAS, Alvaro., Curitiba. **Solicitação de apoio contra a construção das Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Salto Capanema**. Acervo de Helio Bruning. Acesso em: jun.2017.

REVISTA COPEL INFORMAÇÕES. **Copel: a maior Empresa Paranaense**. Curitiba: v.01, n. 01, p.04, Out./1969. Disponível em: <http://www.copel.com/ci/lista_edicoes.jsp>. Acesso em: Nov./2017;

REVISTA COPEL INFORMAÇÕES. **Governador apresenta projeto básico de Salto Caxias**. Curitiba: v.01, n. 183, p.03, Nov./1993. Disponível em: <http://www.copel.com/ci/lista_edicoes.jsp>. Acesso em: Nov./2017;

REVISTA COPEL INFORMAÇÕES. **Municípios da região recebem investimentos.** Curitiba: v.01, n. 200, p.16, Nov./ 1995. Disponível em: <http://www.copel.com/ci/lista_edicoes.jsp>. Acesso em: Nov./2017;

REVISTA COPEL INFORMAÇÕES. **Salto Caxias Salta do Papel: o primeiro trator já rasgou a terra no canteiro.** Curitiba: v.01, n. 187, p.06, Jul./Ago.1994. Disponível em: <http://www.copel.com/ci/lista_edicoes.jsp>. Acesso em: Nov./2017;

REVISTA COPEL INFORMAÇÕES. **Tudo Pronto para o Início da Barragem: num leito menos, Rio Iguaçu corre com mais velocidade.** Curitiba: v. 01, n. 198, p.11, Set./1995. Disponível em: <http://www.copel.com/ci/lista_edicoes.jsp>. Acesso em: Nov./2017;

FONTES ORAIS

Entrevista concedida por Antônio Coelho a Fernando Marciniak em 13/05/2017.

Entrevista concedida por Miguel Abatti a Fernando Marciniak em 20/05/2017.

Entrevista concedida por Miguel Lourenço a Fernando Marciniak em 13/05/2017.

Entrevista concedida por Salvador Alves da Silva a Fernando Marciniak em 27/05/2017.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do abstract no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 24 de Julho de 2018.



Fernando Marciniak

